



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 20**

Sessão ordinária de Dezembro

Reunião de 28-12-1998

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: José Augusto Fernandes Júnior, Libério da Silva Santos, João Pedro Simões Dias e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos vogais: Álvaro Patrício do Bem, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Manuel Simões Madaíl e Joaquim dos Santos Abreu, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

De seguida deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão Ordinária do mês de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto n.º 1 - Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**

**Ponto n.º 2 - Aquisição de Bens:**

a) Quinta da Condessa de Taboeira;

b) Quinta da Médica;

**Ponto n.º 3 - Contribuição Autárquica;**

**Ponto n.º 4 - Câmara Municipal - Plano de Actividades e Orçamento para 1999;**

**Ponto n.º 5 - Serviços Municipalizados - Plano Plurianual de Investimentos para 1999;**

**Ponto n.º 6 - Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança;**

**Ponto n.º 7 - Eventual designação pela Assembleia Municipal de Cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança, como previsto no citado Regulamento Provisório.**

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário as seguintes actas:

Acta n.º 14 - Colocada à discussão verificou-se a seguinte intervenção.

Vogal Henrique Diz:

*“Sr. Presidente, eu peço desculpa, não é sobre o conteúdo especificamente mas é sobre a forma como está redigido. Penso que é muito difícil traduzir em linguagem escrita aquilo que nós muitas vezes dizemos oralmente. De qualquer das formas, sendo a acta um documento oficial não pode ter, na minha óptica, erros gramaticais como há com h em vez de à com acento grave ou formas reflexas se quando não se justificam e fazem parte integrante da palavra. Portanto, eu agradecia que o Sr. Presidente desse instruções aos serviços no sentido de num documento desta natureza não haver erros de ortografia.”*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta n.º 14, sendo a mesma aprovada por maioria de trinta e quatro votos e uma abstenção.

Acta n.º 15 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos e duas abstenções.

Acta n.º 16 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos e três abstenções.

Acta n.º 17 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos e três abstenções.

Acta n.º 18 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos e três abstenções.

Acta n.º 19 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e dois votos e três abstenções.

Continuando e nos termos do art.º 60 do Regimento da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para intervirem aos munícipes: Maria Vitória Ferreira Neto, Manuel Alberto Vaia dos Reis, Francisco José Pereira da Costa, Rui Manuel Martins Jorge Ferreira e José Manuel Teixeira da Costa.

Sr.ª Maria Vitória Ferreira Neto:

*“Estou aqui na qualidade de munícipe e em segundo lugar no de professora aposentada, que trabalhou 8 anos na Escola da Vera Cruz n.º 3. Há trinta anos tive um filho a frequentar a escola da Vera Cruz n.º 2. Já nessa altura a escola não oferecia condições; os miúdos brincavam na rua, tinham o recreio à chuva, muitas das vezes tive de os deixar à chuva e não havia semana que não fosse um com a cabeça partida para a casa de saúde, que então era em frente, onde hoje está a cooperativa de ensino. Já nessa altura se falava que era necessário uma nova escola para os rapazes, que nessa altura havia os dois sexos separados - masculinos e femininos - e toda a gente lamentava as condições em que aquelas crianças trabalhavam. Passados trinta anos admira-me e sinto-me admirada, que os pais sintam que os seus filhos estejam nessa escola e digam que “têm muito boas condições”. Não posso aceitar! E não posso*

*aceitar, porque em baixo, a uns poucos metros, está uma escola nova com todas as condições; todas as condições para as crianças e para os professores, fechada. Eu como munícipe pergunto: com que direito é que se tem uma escola fechada e as crianças brincando numa área pública? Isto não cabe na cabeça de ninguém! Que as crianças brinquem numa praça pública. Corre uma bola, vai para o meio da rua... bem, isto não é para comentar.*

*Em segundo plano pergunto eu: e os dinheiros gastos com a escola nova? Quem o pagou? Com que direito está ali o dinheiro empatado sem uso nenhum! Não posso aceitar.*

*Depois nos jornais vi, que as pessoas argumentam que os meninos em baixo, coitadinhos ... fica uma mega escola e partem a cabeça uns aos outros! Isso é falso. Eu quando trabalhei na escola n.º3, eram vinte lugares (dez de manhã dez à tarde) um número enorme de crianças, havia muito menos cabeças partidas na escola de baixo que na escola de cima; com muito menos lugares mas com piores condições. Depois já não era os recreios, era esperar uma nova escola que está a fazer-se nas Agras (que acho, ainda nem começou). Isto não entra, não posso aceitar e vinha a esta Assembleia para pedir explicações, porque o que li no jornal “Público” deixou-me bastante desanimada, na medida que se argumentava que isto eram trabalhos de bastidores! Se isto são trabalhos de bastidores vamos desfazê-los, se há veneno vamos arranjar remédio para ele, se há aqui trabalho de “sapa” vamos saber onde está e vamos combatê-lo. Eu falei com vários encarregados de educação e o que me disseram é que deixaram de ir às assembleias porque dois ou três pais tomavam conta e manipulavam os outros de uma maneira que não valia a pena argumentos, nem para trás, nem para a frente. Quer dizer, as pessoas deixaram de lutar. E hoje estão contrariados porque os filhos estão realmente a trabalhar em péssimas condições. Isto não cabe na cabeça de ninguém: eu ter uma casa nova e querer viver numa barraca... sinceramente! Além disso, muitos pais não residem na Vera Cruz, vêm cá pôr os seus filhos. E não podem proibir, que além da escola em si o outro edifício que ficaria vago servisse para apoio da terceira idade. Porque nós na Vera Cruz 3 não temos nada, menos nada de apoio à terceira idade a não ser aquele centro paroquial.*

*Eu lamento que isto se esteja a passar, mas em nome das crianças que eu sei que não foram ouvidas e que os pais estão manipulados; têm que estar, alguma coisa têm na manga. E essa coisa que têm na manga tem que a desfazer, porque se há professores que não querem passar para a escola de baixo, que se demitam e que vão para casa e que dêem lugar a outros porque há muito quem queira trabalhar. Eu não posso aceitar que me digam: nós gostamos de viver no casebre e é no casebre que temos que estar. Sempre lamentaram: a escola não presta, não tem condições. Faz-se a escola não querem ir para a escola! Eu li no jornal “Público” que eram sessenta e tantos votos, em cento e dez, é uma média de trinta e três por cento. Não pode ser! Muitos deles nem vivem na freguesia, portanto estão a ser manipulados e alguém os manipula. Quem é o pai que não quer que os seus filhos estejam bem instalados, seguros e com boas condições de trabalho? Não aceito como munícipe e como pessoa que contribuiu em certa medida através dos impostos para que a escola fosse feita, porque o dinheiro é da autarquia. São cinquenta mil contos que estão ali empatados. Com que direito é que as pessoas se recusam a ir para lá? Meus senhores muito obrigado, mas eu não aceito esta situação.”*

Entretanto deram entrada na sala os vogais Victor Manuel da Silva Martins e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Sr. Manuel Alberto Vaia dos Reis:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro.*

*Em Aradas existe um movimento, que essencialmente rejeita a actual taxa de ligação ao saneamento da rede pública.*

*Desse movimento venho aqui trazer o testemunho e dar opiniões que deverão ser nesta sede devidamente consideradas para a correcção daquilo que ainda julgamos ser um mero desmando*

*burocrático e não uma decisão séria, de um poder político responsável e democrático. A verba de 82.500\$00 que a Câmara Municipal de Aveiro, por intermédio dos seus serviços municipalizados, pretende cobrar é uma exorbitância e uma decisão profundamente injusta. É exorbitante porque há pessoas não abrangidas formalmente por alguns dos actuais critérios de isenção, para quem esse valor representa na prática um esforço muito elevado. É injusta porque se discriminam os habitantes da periferia urbana, com o saneamento em vias de ligação, relativamente aos da cidade. É injusta, porque não se tem em consideração a data de construção das habitações. É injusta porque não são tidas em conta as necessárias e avultadas obras de adaptação que serão necessárias para a ligação, suportadas pelos proprietários, quando as habitações foram licenciadas tendo em consideração um local de passagem da rede de saneamento e na realidade se apresenta outro. É injusta quando o licenciamento das habitações dependeu da construção de fossas sépticas. É injusta quando a ligação à implementada rede de saneamento, obrigue o utente à instalação e manutenção de sistemas de bombagem. É exorbitante, injusta e preocupante quando aparecem testemunhos de que todo este processo apresenta indícios de alguma desorganização e descuido.*

*Segundo alguns, aparecem em duplicado postais para pagamento dessa famosa taxa, na mesma morada mas destinados a pessoas diferentes. A informação prestada aos utentes, quer sobre os regimes de isenção, quer sobre o decurso das obras, é praticamente inexistente e pouco coerente, não sendo conhecido sequer um impresso que suporte os regimes de isenção. Dá a sensação de que os serviços tomaram aquela atitude subtil que se traduz nesta frase: “Se quiser pagar, eu recebo ...”.*

*O decurso das obras, por vezes, assume aspectos rocambolescos e os cidadãos interrogam-se. Os magníficos “tapetes” que cobrem partes de algumas das principais artérias da nossa freguesia, mais parecem agora uma qualquer serapilheira rota de tão esventradas que têm sido. O decurso das obras nem sempre tem aplicadas as regras de segurança adequadas nestas circunstâncias, colocando em risco quer a circulação de veículos, quer a de peões. As sucessivas reposições de pavimentos, com falta de sinalização adequada e com trânsito sistemático de viaturas pesadas, criam condições para acidentes de viação e pessoais, que podem assumir alguma gravidade. Pergunta-se então: não estará a faltar algum cuidado na coordenação de actividades desta natureza? Não estará a faltar algum cuidado na fiscalização das obras? Ou está-se à espera que aconteça alguma coisa grave que justifique então um inquérito?*

*É o empreiteiro que pergunta, se nesta ou naquela casa, se pretende instalar a caixa de ligação? É ao empreiteiro em obra, que compete determinar a cota de passagem dos traçados da rede? Há fiscalização no terreno que permita corrigir a tempo e eficazmente, eventuais problemas de execução? Como foi determinado este preço? Teve em conta o interesse público e a importância social deste equipamento? Ou apenas se executou uma espécie de contabilidade de mercearia? Por que razão é apresentada ao município, esta instalação sem alternativa e por este preço? Houve fundos comunitários para o seu financiamento?*

*Comparando com concelhos vizinhos, paga-se uma tarifa de disponibilidade de água muito elevada. Enquanto em Aveiro se paga 800 escudos, em concelhos vizinhos tal aluguer não ultrapassa os 250 escudos. Paga-se ainda uma taxa de disponibilidade de saneamento de 200 escudos e utilização quase proporcional ao do consumo de água.*

*Dirão que não se fazem morcelas sem sangue. Só que o cidadão já se vai fartando de pagar, pelas mais diversas e subtis formas. Será que para ver resultados ainda tem que pagar mais?*

*Será que o cidadão tem de pagar uma obra por esta estar enterrada? Por não ser vista? Por a sua eficácia em termos eleitorais ser reduzida? Em baixo assinado que já conta com cerca de 500 assinaturas exigimos pois que tais despesas sejam suportadas inteiramente pelo Orçamento Geral do Estado e pelo Orçamento Municipal. Em defesa do actual executivo camarário surge-nos esta afirmação: são heranças...*

*Meus senhores, nem todas as heranças são para usar.”*

Sr. Francisco José Pereira da Costa:

*“Boa noite a todos. Faço parte da comissão de trabalhadores da Renault de Cacia e é sobre a fábrica da Renault de Cacia, que gostava esta noite de fazer uma pequena intervenção.*

*Hoje em Cacia, vive-se uma situação difícil cheia de interrogações e de incertezas. A nossa fábrica já teve um efectivo de 1200 trabalhadores. Hoje somos cerca de 680 e 60 subcontratados a prazo.*

*Deixámos de fabricar os motores que era o produto principal e passámos a fabricar apenas caixas de velocidades e pequenos componentes para motores e caixas de velocidades. Este projecto das “caixas” termina no ano de 2001, sem que se preveja no futuro outro projecto que o vá substituir.*

*Durante anos, embora sem êxito chamamos a atenção dos Governos para que o acordo de incorporação nacional fosse cumprido, o que nunca se verificou.*

*Se hoje fabricássemos em Portugal 80% das peças dos motores e 60% das peças para as caixas de velocidades, estávamos numa posição mais favorável para sermos potências fabricantes de outras peças.*

*É do conhecimento geral o desinteresse da Renault em não ter fábricas de montagem em Portugal. A multinacional depois de ter ganho através do esforço dos trabalhadores, benefícios e benesses concebidas pelos sucessivos Governos, centenas de milhões de contos aquando da abertura do mercado e consequente fim de reserva de que beneficiava.*

*O Governo ou os Governos, por sua vez, limitaram-se a usufruir das mordomias sem intervenção útil no desenvolvimento do projecto Renault. Das três fábricas em Portugal duas já foram despachadas - Guarda foi vendida e Setúbal encerrada - Do famoso acordo entre o Governo Português e a Renault em 1997, nada foi cumprido. Recordo-vos que a Renault comprometia-se a assegurar a viabilidade da fábrica de Cacia.*

*Estamos no fim de 98, e entre recuos e contrapartidas do Governo, passou-se das garantias às intenções por parte da Renault.*

*É assim a política das multinacionais, não respeita compromissos, nem tem qualquer preocupação com os problemas sociais e a dignidade humana.*

*Não podemos esquecer a peso e a responsabilidade que tem a Renault em Portugal e em especial no distrito de Aveiro. Não são só os cerca de 700 trabalhadores directos que a empresa tem. São também as dezenas de pequenas empresas que dela vivem e respectivamente os milhares de postos de trabalho por elas criados.*

*No princípio de 1999, a passagem da fábrica a filial com alteração do próprio nome, reforça as nossas preocupações. Ao mesmo tempo pergunta-se: Qual a atenção que o Estado Português está a dar a esta questão?*

*Qual é o conhecimento que os órgãos do poder local (Câmara, Governo Civil e Partidos Políticos) têm sobre este problema?*

*Os trabalhadores merecem mais respeito à nossa condição de homens e de trabalhadores.*

*É pois sobre este quadro negro e sobre um futuro muito incerto que os trabalhadores da fábrica da Renault de Cacia vivem. Nesta base queremos avançar com uma resolução (que vai ser entregue ao Sr. Presidente da Assembleia) e que se me permitirem eu passo a ler.*

**Resolução:**

*1 - Renault Cacia constituiu um marco relevante no processo de crescimento e afirmação do concelho de Aveiro.*

*Pelo incremento específico no panorama industrial e pela dimensão das suas repercussões no surgimento e laboração de outras unidades produtivas do ramo, no comércio e no urbanismo locais. Isso mesmo esteve subjacente, na altura da sua instalação, nas facilidades e apoios concedidos para o efeito à Renault pelo Município de Aveiro.*

*A Renault é referência incontornável, de natureza estratégica para o desenvolvimento económico e social do Concelho e do Distrito.*

*2 - O desencadeamento de recentes acontecimentos no grupo Renault, ao nível internacional, nacional e local, têm provocado as maiores preocupações quanto ao futuro.*

- a) O incumprimento dos acordos firmados entre o Governo e a Renault, que não só inviabilizou o estabelecido aumento de 180 novos empregos em Cacia, como se traduziu na liquidação de centenas de postos de trabalho nos últimos anos.*
- b) A recente decisão de cisão da empresa em Aveiro relativamente ao grupo Renault, passando a constituir-se sob nova denominação, “Companhia Aveirense de Componentes da Indústria Automóvel” CACIA.*
- c) A conclusão para breve (ano 2000) do projecto (caixas de velocidades) que actualmente sustenta toda a actividade produtiva em Cacia, sem que se conheçam quaisquer outros projectos que credivelmente permitam assegurar o futuro da empresa .*
- d) O silêncio, comprometedor, do Governo sobre a evolução destes acontecimentos.*

*3 - As preocupações são, sem dúvida, em primeiro lugar, dos mais de 600 trabalhadores da Renault e suas famílias, mas responsabilmente e de facto, também o são de todos os Aveirenses, das Entidades e Instituições locais. A ameaça que pende sobre os trabalhadores da Renault, pende sobre toda a vida económica e social do concelho e da região.*

*4 - A Assembleia Municipal de Aveiro reunida aos 28/12/1998, delibera:*

- A) Requerer ao Governo uma informação pormenorizada e urgente sobre os factos e a situação descrita.*
- B) Requerer ao Governo a “Garantia”, através das iniciativas e matérias para o efeito protocoladas ou acordadas com o grupo Renault, da manutenção dos actuais postos de trabalho no futuro bem como o da actividade produtiva da empresa em Cacia.*
- C) Apelar à atenção da população, da comunicação social, das várias Entidades e Instituições Aveirenses relativamente à importância da salvaguarda da empresa para o desenvolvimento Regional.*

*Muito obrigado.”*

**Presidente da Mesa:**

*“Este é um problema de grande relevância, é evidente que sim. Só que, enfim... esta Assembleia está sujeita a regras. Eu vou mandar tirar uma cópia para cada grupo parlamentar, uma cópia para a Câmara e uma cópia para a Mesa, depois se alguém quiser tomar por si ou pelo colectivo, o tema, fá-lo-á nos termos regimentais.”*

**Sr. Rui Manuel Martins Jorge Ferreira:**

*“Boa noite. Sou munícipe de Aveiro, residente na freguesia da Vera Cruz e membro dos corpos dirigentes da associação de pais e encarregados de educação das duas escolas da Vera Cruz. Esta nossa intervenção tem como objectivo esclarecer algumas notícias erróneas, mesmo com falsidades, que tem vindo a público nos últimos dias, nos últimos tempos, sobre o processo ou o possível processo de integração das duas escolas e que enfermam de várias vicissitudes que de facto não correspondem à verdade.*

*Este processo de integração da escola n.º2 na escola n.º 3 já vem de 1996, altura em que foi executado o projecto. Nessa altura foi solicitado pelos pais, através da associação de pais, que relembro: somos uma associação legalmente constituída, dos pais e encarregados de educação das duas escolas. Em 1996, quando foi iniciado o projecto da ampliação da escola n.º 3 e não da construção de uma nova escola como às vezes se afirma, a associação de pais teve uma reunião com o presidente da Câmara de então, onde manifestou de facto a opinião de que não gostaria de ver integrada as duas escolas e que deveria ser construída uma escola nova para albergar a escola n.º 2, continuando a funcionar a escola n.º 3, nas mesmas instalações. Na*

altura o Sr. Presidente da Câmara concordou com esta posição, e de facto o que se verificou foi que, a ampliação da escola n.º 3 originou um pavilhão onde existiam duas salas de aulas e um gabinete, fosse demolido. Era um pavilhão pré-fabricado que não reunia as condições para que se desse aulas. Entretanto com o decorrer do tempo, este processo foi-se agravando, uma vez que as obras ficaram praticamente concluídas este ano. Eu digo praticamente concluídas porque nesta altura as salas de aula ainda não foram entregues à escola para serem utilizadas. Julgo que estão praticamente prontas, pelo acompanhamento das obras que temos feito, mas ainda não foram entregues para ocupação, à escola n.º 3.

Nós tivemos uma reunião, como pais preocupados com as crianças das duas escolas, com a comissão executiva instaladora da escola n.º 3, que elaborou um projecto educativo para essa escola com uma série de actividades curriculares e de apoio. Essas actividades eram oito e que segundo a comissão executiva da escola n.º 3 iria ocupar integralmente os novos espaços que foram construídos da ampliação da escola n.º 3. Obviamente, que a associação de pais concordou com esta posição e portanto, sempre manteve a posição de que se deveria construir uma escola nova para substituir a escola n.º 2.

Vieram novas notícias a público, nomeadamente por parte da Junta de Freguesia, que gostaria de ter o edifício da escola n.º 2 como sede. Houve depois, influenciado igualmente por essa posição e também, porque se dizia que o edifício da escola n.º 2 era pertença da Junta de Freguesia, o que soou falso pelos documentos legais que dispomos; a escola pertence à Câmara Municipal de Aveiro e não à Junta de Freguesia da Vera Cruz. E houve uma pré-intenção por parte da DREC, para que a escola fosse encerrada. Encetámos as nossas diligências, reunimos com as várias entidades e fizemos ver o nosso ponto de vista. E o nosso ponto de vista, sinteticamente, assume-se nos seguintes aspectos: primeiro a freguesia da Vera Cruz está a expandir-se para zonas novas como sejam a urbanização da Forca-Vouga, onde eu moro; a urbanização de Sá-Barrocas; futuramente a urbanização de Agradas do Norte. É uma expansão onde existem muitos casais novos com crianças e não se visualizava a construção de equipamentos escolares para albergar essa nova população, isto é, todos os dias a população da Vera Cruz que têm filhos, como é o meu caso que tenho três, tem de atravessar a cidade para vir à beira-mar colocar os filhos, atravessar a Avenida, com todos os inconvenientes que isso acarreta. De facto, nós tivemos posteriormente uma reunião em que conseguimos de facto explicitar a nossa posição e a posição final das várias entidades, é que reconhece que a escola em questão (n.º 2 da Vera Cruz), apesar de ser um edifício a preservar, não tem condições para continuar como escola, porquanto não tem qualquer espaço exterior para recreios e campos de jogos. A DREC e a Câmara Municipal de Aveiro, acordam que a extinção desta escola só deverá ocorrer depois de entrarem em parque, na mesma freguesia, uma EB 0+1 a construir pela Câmara Municipal e uma EB 2,3 já em PIDDAC pela DREC.

Termina este ofício dizendo que os terrenos já foram disponibilizados pela Câmara Municipal, o que significa que temos uma solução a contento dos pais. E digo dos pais, porque esta posição foi assumida numa Assembleia Geral de Pais, com cento e dez pais - dos tais cento e setenta que se referiu - cento e dez pais concordam com esta posição. A escola da Vera Cruz n.º 2 não tem condições físicas (às outras restantes condições já lá vamos) e a mudar seria para uma escola nova.

Relativamente ao problema dos acidentes da escola n.º 2, eu já lá tive a minha filha quatro anos, tenho lá mais dois agora, acidentes graves desconheço. Não têm acontecido. Se há trinta anos acontecia não sei porque eu não conhecia as condições em que funcionava aquela escola; agora conheço. Conheço o corpo docente, conheço o corpo auxiliar, conheço o modo como a escola funciona e, portanto, entendo que de facto aquela escola apesar de não ter condições físicas, tem as restantes condições para continuar a funcionar e portanto, entendo que deve ser de facto mudada para uma nova escola.

Terminando, eu gostaria de referir que todos os anos há sempre excesso de inscrições naquela

*escola em relação à capacidade dela para poder suportar. O que significa de facto, que esta escola a funcionar em separado da n.º3 tem toda a legitimidade, para a maioria dos pais. Queria também agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, a posição que tomou relativamente à percepção do problema, à percepção da qualidade do ensino que queremos para as crianças desta freguesia; penso que se encontrou a melhor solução. Faço um apelo a todos os municípios que estejam interessados na resolução deste problema, nomeadamente aos residentes na freguesia da Vera Cruz, para que este problema se encerre definitivamente, para que contribuam e colaborem para que as condições escolares sejam melhoradas nas duas escolas e para que estes problemas se encerrem definitivamente. Muito obrigado.”*

Sr. José Manuel Teixeira da Costa:

*“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Esta Assembleia aprovou um novo regime de isenção para a taxa de saneamento. A criação de uma comissão parlamentar para estudar a problemática do saneamento do concelho foi então recusada por esta Assembleia. Um dos argumentos para essa recusa, foi a aprovação do novo regime ; a sua aplicação não iria então prejudicar as pessoas abrangidas. Sendo assim eu pergunto: este regime está a ser aplicado? Já alguém foi isentado ou reembolsado por este novo regime? A sua aplicação é simples e eficaz para que realmente seja beneficiado quem precisa? Há pessoas a quem não foi aceite qualquer requerimento por parte dos Serviços Municipalizados. Continuamos no entanto a achar que o valor cobrado é exagerado face a outros municípios vizinhos, este é o problema principal neste momento. Não podem também serem penalizados os cidadãos que estiveram sem saneamento durante anos e que se viram obrigados a suportar outros custos. O saneamento já devia estar aplicado há muito tempo, certamente os custos seriam menores para essas pessoas. Isto é antes de mais, também, um problema de justiça. Era isto que queria dizer. Obrigado.”*

De seguida entrou-se no período regimental de Antes da Ordem do Dia.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados, espero que nesta quadra todos tenham passado um Natal feliz. E como estamos em época de Natal, eu acho que nos devemos todos penitenciar dos erros cometidos e solidarizar-nos uns com os outros. Infelizmente hoje, não posso deixar em claro, o assunto que alguns residentes da freguesia da Vera Cruz aqui trouxeram. É lamentável o que se tem passado! E depois do que temos lido e ouvido ultimamente, sentimo-nos indignados. Com muita honra, sou aqui o legítimo representante da Vera Cruz e não podemos deixar a ideia de que a Autarquia anda a reboque de pessoas sem representatividade na mesma. O assunto escolas da Vera Cruz, já foi discutido nesta Assembleia na legislatura anterior. Estivemos presentes nas decisões desde a primeira hora e sabemos bem os movimentos egoístas de alguns para satisfazer as suas vontades. Foi decidido pela Câmara presidida pelo senhor prof. Celso Santos, que a escola n.º 3 sofreria um aumento de 1500 m<sup>2</sup>, um aumento considerável, para alojar as professoras e alunos da escola n.º 2 visto que se encontravam a trabalhar em condições deploráveis. Tudo ficou decidido numa reunião com o Sr. Presidente da Câmara, a DREC, o CAE, o Presidente de Junta de Freguesia da Vera Cruz e as Senhoras Professoras das duas escolas. Ficou logo aí decidido a transferência da escola n.º 2 para o aumento que se faria na escola n.º 3 onde se fizeram 6 salas. Hoje ficámos pasmados com tanta ousadia nas mentiras proferidas porque são enganosas, tudo com o objectivo de prejudicar os reais interesses da freguesia da Vera Cruz. A Junta tem um projecto de qualidade, onde juntará idosos com crianças e a sua sede ficará dignificada.*



*Lamentamos o último comunicado da DREC. Foi insensível, prepotente e confuso. Estamos certos que se o Sr. Ministro entrasse hoje na escola n.º 2 daria imediatamente ordens para a fechar. Nesta época natalícia o bom senso prevaleceu. Podemos anunciar que já foi decidido pela Câmara que a escola n.º 2 será futuramente a sede da Junta de Freguesia da Vera Cruz, que no final do ano lectivo entrará em obras. O projecto da junta de freguesia será o da sua sede, com uma sala para convívio para idosos, uma ludoteca para crianças e uma sala de primeiros socorros. Na sua sede actual da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, será instalado um posto de assistência médica, visto não existir nenhum na freguesia da Vera Cruz.*

*Este projecto será realizado porque conhecemos bem as carências da freguesia e porque há dois anos fizemos um inquérito em toda a freguesia. Lateralmente no plano em 99, já existe a inscrição em PIDDAC de uma escola EB 2,3 nas Agras e esperamos futuramente uma escola EB 0+1 na Forca-Vouga; de momento são as necessidades consideradas. Espero que numa atitude democrática nada se fará sem que a Junta de Freguesia ser ouvida. Sr. Presidente, espero que este caso seja hoje aqui encerrado. A nossa maneira de ser é, e será sempre, pugnar pelos interesses da freguesia. Gostaria de terminar agradecendo o apoio que a maioria dos residentes me continuam a dar; podem contar sempre comigo e com a minha equipe. Obrigado.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar quero dirigir-lhe um cumprimento. Como sabe, pugnamos por uma democracia que só foi possível concretizar há 25 anos. Quando se tronou possível a vivência de uma democracia pluri-partidária, verificámos que as pessoas se assumiram como políticos e se assumiram como militantes de partidos. Nos últimos tempos, por razões que não vem agora ao caso averiguar quais, verificamos que é de mau tom as pessoas dizerem que são militantes de qualquer partido, o que é preocupante em termos de democracia. Não o fez o Sr. Presidente durante o referendo sobre a regionalização. O Sr. Presidente assumiu-se como político de uma área e de uma opinião que não era a minha, mas apresentou-se e deu a cara e apresentou-se diante dos eleitores por carta a dizer qual era a sua opinião. Cumprimento-o por isso, acho que isso valorizou muito a democracia.*

*Também é verdade que afirmou que durante esse tempo acreditassem em si e que a sua proposta era Sim ao referendo, o que não sucedeu. Eu devo dizer que as consequências se devem tirar para o bem e para o mal; cumprimento-o pela sua posição, mas devo dizer que os votantes de Aveiro aparentemente não acreditaram na proposta que era formulada e que o Sr. Presidente apoiou.*

*Gostaria ainda de chamar à atenção de pelo facto da maior parte de nós sermos contra esta regionalização, não significa que não queiramos uma descentralização. Eu penso que seria tempo e eu ia fazer esta sugestão: para um debate nesta Assembleia, sobre um conjunto de propostas que estão na Assembleia da República, propostas pelo Partido Social Democrata (são nove), onde se propõe desde o reforço de competências dos municípios, até à proposta de novas áreas metropolitanas, nomeadamente de Aveiro. Parece-me um tema que seria importante não perder e que não deveríamos debater à ultima da hora, mas sim com algum tempo.*

*Gostaria também de cumprimentar o Partido Socialista pelo êxito que teve nas últimas eleições na freguesia de S. Jacinto. A nossa vitória seria apenas ganhar em absoluto estas eleições, o que não aconteceu, e portanto devo cumprimentar o PS e nomeadamente o novo Presidente de Junta. Quero dizer que durante esta campanha me surgiu algumas vezes no espírito a seguinte interrogação: é que ainda há pouco tempo, nós dizíamos que fazer política em Aveiro era uma forma diferente de estar na política! Será? Acompanhando eu algumas eleições, em vários locais, fê-lo, nos últimos tempos, em Aveiro. Verifiquei cordialidade nos debates, correcção, uma postura civilizada, ao longo das campanhas que se fazem. Lembro-me inclusivamente da atitude do prof. Celso Santos, no dia das eleições autárquicas, em que ele tendo perdido as eleições se dirigiu à sede do PS para cumprimentar o novo Presidente da Câmara. Eu devo dizer que*

*também dessa forma, ao pensar nas eleições em S. Jacinto, o PSD preocupou-se em apresentar propostas positivas e não andar a fazer críticas a ninguém. Dentro deste contexto, dentro de algo mais lato que será uma reordenação e uma recuperação da Ria de Aveiro, falou-se inclusivamente de uma solução rodoviária que poderia ligar S. Jacinto a Aveiro.*

*E ao apresentarmos essa proposta verificámos, surpreendentemente, que o polimento, a posição civilizada que tem caracterizado as eleições em Aveiro, se estragou pela intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que sem ter qualquer ideia do que estávamos a apresentar, porque ainda nem sequer tinha sido apresentado, já dizia que o projecto era mau. Quando mais tarde foi afirmado (acho que infelizmente), que naquilo que é denominado uma ponte “passava por baixo a maré da baixa política”, tal afirmação não me pareceu nada dignificante para quem a pronunciou e, sobretudo, sem conhecer o projecto. Porque na verdade, quando uma pessoa se pronuncia sobre um assunto que nada conhece, revela a sua ignorância.*

*Por outro lado, fiquei com muita pena por verificar que o Sr. Presidente da Câmara tem revelado publicamente que é incompetente como presidente da Câmara. Na verdade, veio dizer publicamente, que uma ligação rodoviária a S. Jacinto era perigosa porque poderia criar um desenvolvimento desordenado de S. Jacinto. E eu pergunto: a quem cabe evitar isso? Creio que é ao Sr. Presidente da Câmara! Mas se tem medo de não o conseguir fazer; então revela pouca competência para cumprir a sua função. Tudo isto me leva a dizer que é muito urgente pensarmos num plano de recuperação e reordenamento da Ria de Aveiro e também recuperar algum civismo que tem caracterizado as campanhas eleitorais em Aveiro. É pena vir um independente fazer este estrago.*

*Finalmente, quero dizer que muito lamento que, o Partido Social Democrata tenha apresentado um projecto na Assembleia da República, no sentido da construção do cais da muralha, do cais de embarque de S. Jacinto (era apenas um projecto no valor de 50 mil contos) e tenhamos verificado, e com indignação, que o Partido Socialista votou contra e o Partido Comunista se absteve. Daí resultou a impossibilidade de termos esta verba inscrita no PIDDAC para fazer esta obra de vital importância. Também é verdade que quando isto foi dito em S. Jacinto, dizem os jornais, julgo que transcrevendo palavras do Sr. Presidente da Câmara, “que não havia nenhum problema, que no dia seguinte ou passado uma semana já lá estaria um ministro para resolver o assunto”. Não os vi até à data, e penso que seria importante que isto ficasse inscrito também nas preocupações da Câmara Municipal, já que estamos a recuperar os muros aqui na cidade, também aqueles são muros de município apesar de serem em S. Jacinto.*

*Finalmente, eu pergunto se nós estamos aqui nesta Assembleia a fazer um papel de “decore”, para as nossas propostas não serem consideradas, nomeadamente pela Câmara Municipal. Nós propusemos e foi aceite aqui um grupo de trabalho para averiguar a pertinência ou não, de uma candidatura de Aveiro a uma Faculdade de Medicina. Esse grupo de trabalho que eu saiba até à data ainda não produziu resultado nenhum, e daí resultou também, que tudo passou à margem, sem nós sabermos nada de nada, porque aquilo que aqui dissemos foi de facto para orelhas moucas. Temos de perguntar de facto: porque é que este grupo de trabalho não produziu resultados? E perguntar também ao Sr. Presidente da Assembleia: se de facto lhe cumpriria ou não verificar se os grupos de trabalho funcionam ou não? Ficaria por aqui.”*

**Presidente da Câmara:**

*“Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, eu de facto desapontou-me com a sua intervenção! Começou por lembrar os bons hábitos que temos de prática democrática em Aveiro e acabou por fazer um exercício de mau perder democrático. O que fez foi pura e simplesmente isso.*

*Sr. Prof. custou-lhe ter perdido em S. Jacinto, custou-lhe que a sua proposta da ponte não tivesse sido analisada e não tivesse sido colhido o benefício de ninguém. Agarra-se a uma frase que eu disse, vou reproduzir «a ponte proposta pelo PSD, não tem alicerces financeiros. Lá de*

*cima vê-se a maré baixa da política que estão a fazer neste momento». Foi isto que eu disse. Não acredite em tudo o que aparece nos jornais; seja mais prudente, é sua obrigação como líder parlamentar de um grupo com responsabilidades em Aveiro. Mas mais ainda, teve o desprazer (que eu não esperava de si) de me apelidar de incompetente, por eu por precaução e porque conheço muito da vida autárquica, sei que não basta termos planos aprovados e sermos competentes para que eles sejam respeitados. E se o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues não sabe isto, quando chegar a exercer funções autárquicas vai ter muitos dissabores e muitas surpresas desagradáveis.”*

Presidente da Mesa:

*“O Sr. Prof. Britaldo Rodrigues fez-me referências, eu ter saído em defesa da Regionalização, muito obrigado, eu dou a cara, (enfim não é muito bonita mas é a que tenho) e devo dizer-lhe que perdi ... a minha tese perdeu. Eu numa circular que distribuí dizia que era: «Patriota e Bairrista» não vejo que tenha ficado posto em causa propriamente. Disse que “tinha estudado o assunto” - o que é verdade - disse que “nunca tinha mentido aos Aveirenses”, o que também é verdade. Bem ... se não acreditaram em mim, se calhar esqueci-me de dizer que não era burro! Mas assumo a derrota com todo à vontade. Mas já agora que foi referido, penso que os porquês disso são muito complicados: o povo português tem uma experiência ancestral de que quando as coisas correm mal, é sempre o Zé que fica tramado e prejudicado, e têm porventura um excesso de prudência nas experiências novas porque sentem-se a correr riscos; terá sido a principal razão! Se calhar é um tema para discutirmos, se calhar na sua proposta de agendamento da problemática da descentralização, que se pode obter também por outras vias, que não apenas a regionalização. Acho que é um tema interessante para debatermos.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Só um pequeno esclarecimento. O que eu disse foi o seguinte: é que a população de Aveiro não acreditou no projecto em que o Sr. Presidente acredita. Não pus em causa a credibilidade do Senhor.”*

Vogal Nuno Tavares:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foram aqui levantadas, pelos cidadãos Aveirenses, três questões que revestem naturalmente importância. A mim, por formação, sensibilizou-me mais a questão posta em último lugar, a questão relativa à Renault e aos momentos de grande preocupação que vivem os trabalhadores da Renault e que eu procuro compreender, até por experiência de funções que já desempenhei na minha vida, tento compreender e analisar. Do meu ponto de vista, trata-se de mais um caso exemplar, do à vontade e da impunidade, com que se movimentam as multinacionais e com que se movimenta o poder; com absoluto desprezo pela soberania das nações. E, nestas condições, é porventura chegado o momento de as nações reagirem no seu inalienável direito de legítima defesa. É chegado porventura o momento de as comunidades se erguerem reforçando a acção do estado e a defesa do património nacional, abocanhado pelas forças do dinheiro, que não respeita a história das pátrias nem a memória e os direitos dos povos. Nem sequer, os compromissos livremente assumidos que lhes permitem arrecadar milhões e milhões, saídos dos cofres do Estado, ou seja, do esforço do trabalho do cidadão. Os trabalhadores da Renault têm pois a minha inteira solidariedade nesta hora de incertezas. O que desejo é que sejam firmes, mas serenos, na defesa dos direitos do trabalho; repetidamente lembrados, nas alocações de carácter social, do Papa João Paulo II. Dando dessa forma ao País um exemplo de seriedade, de prudência, de ordem, de disciplina, que será sem dúvida a melhor forma de sensibilizar as Autoridades e os Departamentos competentes, para a correcta resolução deste grave problema social. É isso que eu desejo. Muito obrigado.”*

Vogal João Maia:

*“Sr. Presidente, obrigado. Eu hoje, numa curta imagem, vi o Sr. Presidente na televisão, na SIC mais propriamente. Confesso, fiquei um bocado surpreendido e ao mesmo tempo preocupado, não propriamente pela falta de convites, que a Câmara ou a ERSUC, deveria ter enviado aos membros desta Assembleia para a inauguração do aterro sanitário. A importância deste aterro, acho que deveria merecer, atempadamente, o conhecimento de que essa inauguração iria ser feita. Por um lado a ERSUC, que já está acostumada ao tratamento dos lixos, com certeza fez o projecto de construção do aterro mais eficiente, com instalações adequadas à recepção dos utentes e ao tratamento mais adequado dos lixos. Com certeza a ERSUC fez isso; eles são bem conhecedores da actividade com certeza que se preocuparão com a recolha, com a separação, com a reciclagem. O que me preocupa é se de facto, com este aparecimento tão imediato, é se há já um regulamento do funcionamento do aterro? Se as contrapartidas da deposição dos resíduos sólidos urbanos, dos resíduos industriais e quais os pagamentos que os municípios vão fazer daqui para o futuro? Quais os pagamentos que vão fazer os grandes produtores que irão ser os mais beneficiados com o aterro, (Feira Nova, Universidade, Japa, Hospital, Lota, Fórum) mas deixemos isso tudo à ERSUC, a minha preocupação vai mais para o regulamento de resíduos do próprio município. Já está feito? Existe? De qualquer maneira as minhas preocupações vão também para as zonas envolventes do aterro. Há poucos dias passei por lá, vi lá umas habitações! As distâncias, o plano que envolve o aterro, com certeza que a Câmara está atenta a isso e com certeza que a zona está perfeitamente definida. No entanto, lembro a esta Câmara que o consumo é cada vez maior. No início dos anos 90 havia um aumento anual de duas mil toneladas de lixo, ou seja, ao fim de 10 anos haverá uma duplicação da quantidade de lixo produzido. Pergunto eu: a capacidade do aterro foi definida, foi bem observada, foi bem pensada, bem programada? E se encher? O que é que vai acontecer quando encher o aterro? E os municípios aderentes? Eu confesso a minha ignorância, que não sei exactamente quais são eles todos. Mas há uns tempos li num jornal, que alguns municípios da franja daqueles municípios que neste momento fazem parte da ERSUC, também queriam vir cá pôr os seus lixos! Qual é o próximo município que vai ter o aterro? Que vai receber o lixo? Que contrapartidas advêm para o Município de Aveiro actualmente, quando os outros municípios quiserem entrar? Mas, a minha preocupação máxima é realmente aqueles 10 anos. Eu já o disse aqui há uns anos, quando isto começou a ser tratado. Preocupa-me esta coisa de dizer que o aterro de Aveiro vai durar 10 anos; preocupa-me muito. Por que na minha óptica, a duração de 10 anos tempo, deveria ser convertida em 10 anos lixo, ou seja: o lixo por habitante, multiplicado pelo número de habitantes e multiplicado por números de anos é que devia ser (e agora com um aterro perfeitamente projectado dentro dessa capacidade) a preocupação número um do nosso Município.*

*Só para terminar, gostaria de dizer uma coisa. Eu fui aluno da escola da Vera Cruz n.º 2 nos anos cinquenta e, já nesse tempo, aquelas salas não tinham as condições mais apropriadas para ensinar (tal e qual como a Homem Cristo). Em noventa, eu sei que a Câmara investiu lá muito dinheiro, e eu fui lá ver o dinheiro investido pela Câmara e não o vi! O edifício é demasiadamente antigo, mas merece aos Aveirenses muito amor, muito carinho. Ele devia ser recuperado. As escolas têm de ser modernas, têm de ter outras condições. Aquele edifício já fez a sua obrigação, agora há que reformulá-lo, dar-lhe outra finalidade. Muito Obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Primeiro gostaria de dizer que me regozijo pela intervenção dos munícipes, acabamos novamente de obter um recorde de participação. Cinco participações, acho que é importante. Para mim faço esta leitura: é que a Assembleia Municipal de Aveiro cada vez menos passa ao lado dos Aveirenses, e por isso, faço votos Sr. Presidente, que as expectativas destes munícipes que aqui vieram até nós, não sejam goradas e que respondamos*

*aos seus anseios.*

*Primeiro gostaria de apresentar uma moção, que entreguei na Mesa, acerca de um voto de louvor que passaria a ler.*

*«Por ocasião da comemoração dos 25 anos da Universidade de Aveiro, ocorrida a 15 de Dezembro último, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida no dia 28 de Dezembro de 1998, congratula-se com este facto e manifesta o seu regozijo pelo prestígio já alcançado pela sua Universidade e pela elevação científica, tecnológica e humana que esta tem proporcionado à cidade e à região de Aveiro, e pelo contributo que tem dado à afirmação de Aveiro, quer nacional quer internacional.» Esta é uma moção da bancada do PSD, por mim apresentada e que deixo à sua consideração Sr. Presidente.*

*As pressões sobre as escolas. Isto permite que nós possamos claramente, fazer o nosso diagnóstico e dar a nossa opinião muito mais objectivamente. E eu faço-o de uma maneira muito especial, porque como muitos outros aqui nesta sala, fomos alunos daquela Escola.*

*Há cerca de trinta anos, frequentei aquela Escola durante quatro anos. Escola degradada; uma Escola onde se brincava na rua. E há um episódio que eu ainda hoje não esqueço: que foi no dia em que fiz anos e me deram uma bola de futebol; que levei a bola de futebol, para o recreio para brincarmos, e veio uma camioneta e deu-me cabo da bola! Ainda hoje me lembro!*

*O que quer dizer, que se já naquela altura não tinha condições - hoje, muito menos. E hoje a atenção que nós temos para as questões de segurança, é muito maior do que era naquele tempo. O que quer dizer, que se aquela Escola não serve; temos que arranjar outra solução. E a outra solução, já aqui disse isto há alguns anos, mas eu volto a repetir: não é voltar a um erro, que é um erro que se fez; que é criarmos uma mega escola, porque isso hoje, também nós estamos conscientes, que não pode funcionar assim! Hoje, o nosso sistema educativo, diz-nos que as professoras têm que estar próximas dos alunos. Têm que estar próximas dos pais. Têm que conhecer as suas realidades. O que quer dizer que uma escola com muitos alunos, não tem essa função. O que quer dizer, que as escolas devem estar próximos das habitações dos alunos, próximos dos locais de trabalho dos pais desses alunos.*

*E para mim, tanto são munícipes aqueles que moram na Freguesia da Vera Cruz e no Concelho de Aveiro, como são munícipes aqueles que não moram na Freguesia da Vera Cruz, mas trabalham no Concelho de Aveiro ou trabalham na Freguesia da Vera Cruz. E temos que dar uma solução, porque a Região de Aveiro, deve polarizar e polariza, uma vasta região que extravasa a área citadina. E temos que dar uma resposta concreta.*

*E a resposta concreta, passa, não pela criação de uma mega escola - ainda por cima num local de difícil acesso; a solução passa, é por criarmos nas zonas novas, na altura em que se estão a construir os edifícios novos, em que se vão para lá casais novos que vão ter filhos, vamos criar nessas zonas as escolas! Sá-Barrocas deve ter uma Escola Básica. Forca Vouga deve ter uma Escola Básica! Aliás, eu não concebo como é que os pais de Forca Vouga, têm que atravessar uma avenida, com uma rotunda congestionada, para chegar ao outro lado da Cidade. É impensável! Não pode funcionar dessa maneira.*

*O que quer dizer, que é urgentíssimo a criação de uma escola em Forca Vouga. E ainda bem, que existem mais salas na Escola da Vera Cruz; vamos funcionar em regime normal, que é assim que deve funcionar. Vamos funcionar em regime normal, vamos criar outras salas, para outras valências. Ainda bem que temos lá construções: se calhar podemos aproveitá-las para outro lado.*

*E isto não vai contra os anseios da Junta de Freguesia e que eu também concordo, que é: a população, principalmente naquela zona, é uma população que é envelhecida. A população junto às escolas, é uma população envelhecida e que precisa de estruturas de apoio à terceira idade e temos ali um edifício, que pode ter essa valência. Ainda bem que tem um jardim, que tem um espaço com um bancos, pode ser utilizado perfeitamente, para essas valências e por isso vamos é, construir uma escola onde ela realmente é necessária e vamos deixar lá estar a outra.*

*Por isso vamos desactivar a N.º 2 e vamos criar uma N.º 2 noutra local da Freguesia que seja mais apropriado, para os pais e para os alunos.*

*Bom! Quanto ao saneamento, é claro que Aveiro é dos Concelhos mais atrasados a nível de cobertura de saneamento. É dos mais atrasados; qualquer Concelho do Interior tem taxas de saneamento de 100%. Isto estatísticas que já foram aqui apresentadas nesta Assembleia Municipal, não é nada de novo aquilo que eu estou a dizer.*

*Agora pode me dizer assim: À mas os Concelhos do Interior tiveram incentivos. É claro que tiveram incentivos! Mas os concelhos do Interior, não criam a riqueza e os Concelhos do Litoral criam. O que quer dizer, que Aveiro com a riqueza que cria, se houver vontade política, pode ter um taxa de cobertura de saneamento de 100% e não está a onerar os munícipes, principalmente os munícipes que vivem nas periferias. O que quer dizer que tudo passa por uma vontade política: o Sr. Presidente da Câmara quer ou não quer! E o que acontece, é que o Sr. Presidente da Câmara, não quer. Prefere por exemplo, construir um Lago, o problema põe-se dessa maneira. Agora cabe-lhe a si decidir.*

*Muito bem! Agora o ónus político é seu. Ou por exemplo: em vez de construir o Lago, deixe um bocadinho para construir a escola na Forca Vouga, que é logo ali ao lado e deixe o resto para o saneamento. Agora, socialmente é deplorável, que quem a custo constrói uma casa na periferia e que depois ainda veja ser onerado, para ligar aquilo que devia ser oferecido, que é: vamos ligar toda a gente ao saneamento, estamos quase no século vinte e um. Vamos fazer as comemorações do milénio e depois vamos fazer assim: não, não, quem quer o saneamento é um luxo! Isso não é verdade, não é assim que nós devemos viver em Aveiro.*

*Quanto à Regionalização, muito rápido: só para dizer que Aveiro ganhou e ganharam os Aveirenses, felizmente!*

*Ponte para S. Jacinto. É pena, as pessoas responsáveis do PS não terem visão, daquilo que é uma intervenção na Ria, com seriedade, com profundidade e que ao mesmo tempo ia beneficiar o Concelho de Aveiro, ia beneficiar a população de S. Jacinto. Tenho dito!*

*Muito obrigado Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Bem, eu também fui aluno da Escola do Adro no final da década de quarenta. Se houver aí recordista mais velho que o diga.*

*A Hipoglicemia é péssima para os debates políticos, daí que vou dar a palavra a mais um deputado municipal e depois interrompemos para jantar. A Câmara Municipal, não obstante os acicates que de vez em quando lhe são dirigidos, mantém o convite para que os Membros da Assembleia e os Srs. Jornalistas, jantem na cantina. Para o público devo informar que se trata de um jantar frugal; coisa ligeira.*

*Tem a palavra o Deputado Virgílio Nogueira, que é a última inscrição: a camioneta está à espera dos Srs. Deputados, lá em baixo, como é da praxe. E vamos já dizer: nove menos vinte cinco; dez menos um quarto aqui, para começar às dez. Tem a palavra o deputado Virgílio Nogueira, faz favor.”*

Vogal Virgílio Nogueira:

*“Sr. Presidente! Aceita-se com naturalidade, embora com emoção e nostalgia, que a Escola Primária da Vera Cruz, deixe de ser um estabelecimento de ensino. Porque a referida Escola não possui no seu âmago, equipamentos para o harmonioso desenvolvimento educativo dos seus alunos.*

*Exemplo flagrante, encontra-se no que respeita à falta de equipamento para recreio e tempos livres dos seus discípulos. Porque as condições intrínsecas, por outro lado, são obviamente antiquadas, não prevendo a existência de raiz de meios que podem melhorar a qualidade de ensino dos alunos.*

*Custa-me aceitar que a Escola Primária N.º 3, a da Granja, absorva os alunos da escola da Vera Cruz, uma vez que a população estudantil aumentará significativamente, o que decerto contribuirá para uma escola menos atenta aos seus alunos e conseqüentemente mais problemática e deficiente.*

*Recomenda-se pois à Autarquia e à Direcção Regional de Educação do Centro, que crie uma nova Escola na Freguesia da Vera Cruz, localizando-a privilegiadamente nas novas urbanizações, como é o caso da Forca Vouga. Entendo que como antigo aluno da Escola Primária da Vera Cruz, que resguarda uma memória colectiva que tem de ser preservada, em ordem à manutenção da entidade aveirense, qualquer que seja o futuro da utilização do edificio, e a Junta de Freguesia da Vera Cruz, bem precisa de um espaço condigno; jamais se poderá olvidar que aquele espaço serviu de primeiro patamar para aprendizagem das letras e dos números de muitos Aveirenses; uns ilustres, outros nem tanto, como nós próprios. Muito obrigado.”*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

## 2ª PARTE

Pelas 22:00 horas, reiniciaram-se os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, João José Ferreira da Maia, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Libério da Silva Santos, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques e Élio Manuel Delgado da Maia

Retomados os trabalhos deu-se continuação ao período de antes da ordem do dia.

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queria em primeiro lugar manifestar a minha grande satisfação e a satisfação do PCP, pelo que representa a presença e a intervenção dos cidadãos nesta Assembleia, colocando problemas, alertando para situações, manifestando opiniões. Situação que é também extensível ou satisfação que é também extensível, a quem se dirige à Assembleia por escrito. Eu penso até que esta questão da correspondência dirigida à Assembleia poderia eventualmente ser objecto de outro tratamento, mas isso teremos que reflectir noutro momento e noutro local porventura, porque entendo que as questões que foram colocadas, nomeadamente pelo Sr. Porfírio Almeida, com o problema da passagem desnivelada de Mataduchos, que já há um ano que esta situação é alertada aqui e que não tem resposta*

*adequada. Foi dito em tempos que se devia a falta de pagamento ao empreiteiro, a falta de conclusão desta, o remate desta obra. O que é um facto, é que a obra está lá; está feito o fundamental e bastará pouco para a pôr a funcionar e quando entrar em funcionamento, ela faz de facto muita falta à população de Mataduzos.*

*Assim como a carta do Sr. Gonçalves Venâncio. É uma carta que ele teve o cuidado de enviar, penso que a todos os grupos e que eu tive muita satisfação em ler. E coloco um problema que é real, que é o problema da Urbanização da Quinta do Cruzeiro, em Esgueira, que foi feita numa determinada perspectiva - já em 1992, e que passados sete anos sobre essa data, a única coisa que está implantada no terreno, é a estrada e a bomba de gasolina. Tudo o resto, está completamente adiado. Não há centro de saúde, não há casa da cultura, não há mercado, não há jardim público, não há parque infantil. Portanto, tudo o que estava previsto naquela urbanização, a única coisa que existe de facto, é a estrada e o posto de gasolina. Portanto, tal como a carta que os moradores da Bela Vista nos dirigiram, este conjunto de problemas, penso que também era merecedor de alguma atenção.*

*Mas voltando aos assuntos que foram colocados aqui ao vivo, e que dadas as limitações de tempo, me obrigam a deixar para mais tarde outras questões que queria colocar neste ponto de antes da ordem do dia, queria referir algumas dessas questões.*

*Em primeiro lugar, a questão das Escolas da Vera Cruz. Penso que este problema, é o exemplo típico de problema ou de questão, em que para além do que está realmente em causa, pesam as questões subjectivas; as questões sentimentais; que devem na medida do possível, ser tidas em conta e respeitadas. Isto quer no sentido de quem frequentou a Escola e que gostará de continuar a rever a Escola que frequentou, quer no sentido de uma determinada perspectiva que existe e que tem consistência de uma escola que não seja muito sobredimensionada, que tenha uma dimensão humana, uma dimensão de proximidade de conhecimento muito pessoal, que também deve ser respeitada. Mas são este tipo de questões, que dificultam o que seria um mero acto de gestão corrente, aparentemente natural e pacífico, que seria a transferência de um conjunto de pessoas, que a Escola é um conjunto de pessoas: são os alunos, são os professores, são o pessoal auxiliar, conforme aqui foi referido e os próprios encarregados de educação - os pais, pois transferir a Escola para quinhentos metros de onde ela está actualmente sediada; aparentemente não é problema nenhum. Então porque é que há esta resistência? Porque cento e tal cartas de pais, é de facto uma resistência a essa medida e a deliberação da Assembleia é uma resistência, portanto há aqui um problema real que é preciso ter em conta.*

*Penso que a Câmara, que é quem em primeiro lugar terá que decidir, deve ter em consideração que para resolver este problema, porque se há uma divergência de opinião, se há um conflito de interesses, que é manifestado por posições contraditórias, isto tem que ser resolvido através do dialogo na medida do possível através do diálogo, ponderando muito bem as atitudes e talvez auscultando a vontade real da população da freguesia, em relação ao destino a dar às escolas. Porque não um referendo local acerca deste problema, que poria ponto final a este tipo de questões. Referendo local; consulte-se a população e haja uma decisão a ter em conta a vontade de maioria.*

*Pela nossa parte, o que é necessário partindo do pressuposto que os interesses das crianças serão sempre respeitados, é também a defesa do edifício enquanto parte do património cultural, construído deste Concelho. Foram avançadas algumas ideias em relação ao futuro, é reconhecido que há quem defenda outro tipo de soluções, que passem pelo respeito daquela construção. Mas uma coisa é necessário fazer, é separar os problemas: uma coisa é o futuro da Escola, enquanto conforme disse - conjunto de pessoas; outra coisa, é o destino do edifício, caso a Escola termine ali naquele local. É muito estranho ouvir o Sr. Presidente da Junta, e não o Presidente da Câmara a vir para os jornais e para esta Assembleia, a dar novidades acerca do futuro daquilo que é uma instalação municipal. Por acréscimo de razões, quando a responsabilidade da alienação do património artístico e estamos a falar de património artístico*



*construído; é da responsabilidade desta Assembleia, qualquer que seja o valor desse património. Por isso, resolvam bem o problema da Escola, o problema dos professores, o problema dos pais. A Câmara que assuma a sua responsabilidade no âmbito das suas competências e a Assembleia estará certamente atenta às melhores soluções para o edifício, quando e apenas quando o edifício estiver devoluto.*

*Quanto ao problema do saneamento e à vinda de dois municípios, que aqui nos vieram dar a novidade de um movimento em Aradas com mais de quinhentas pessoas que se junta à situação anterior de S.ta Joana, entendemos que há que reter o seguinte: por um lado o sentimento de injustiça que é sentido face à cobrança, ao atraso no saneamento, à discriminação relativa e ao valor exagerado da taxa de ligação. Penso que são questões que já aqui foram sobejamente discutidas, é conhecida a posição do PCP, que defende o alargamento das isenções a outras situações, é conhecida a vontade da maioria desta Assembleia, mas penso que não fica mal as pessoas “gritarem” e manifestarem o seu descontentamento e a sua vontade de ver alterada esta situação.*

*Por outro lado e não menos grave, é a situação que nos foi trazida de falta de sensibilidade no tratamento do problema das isenções. Dois meses e meio passados, e ao contrário do que a leitura do relatório dos sumários dão a entender; continua a não haver uma informação adequada às populações, continua a não existir mecanismos para que as isenções que foram decretadas ou decididas por esta Assembleia, passem a ser praticadas no terreno e o que é mais grave, é que quando as pessoas por vontade própria ou por modo próprio se apresentam nos Serviços dizendo que estão abrangidas pela isenção e apresentam o requerimento para que essa situação seja reconhecida, não é tida em conta, as pessoas não são tidas como pessoas de bem, que estejam a dizer a verdade, portanto, aceitando o requerimento e procurando comprovar à posteriori da veracidade dessa petição, desse requerimento e que as pessoas são mandadas embora, sem terem em conta essa questão, sendo obrigadas nalguns casos, a enviar de novo com aviso de recepção, para que os Serviços efectivamente fiquem senhores do pedido da isenção.*

*Portanto, dois meses e meio após a deliberação desta Assembleia, penso que é tempo mais que suficiente, para estar criado um mecanismo de aceitação, quer dizer, que as pessoas não sejam, não recebam o postal a dizer que têm que pagar no dia tal e que não tenham uma maneira de se defender, tendo conhecimento que estão abrangidos pelas isenções e tendo portanto, vontade e que manifestam essa realidade perante os Serviços.*

*Quanto à questão da Renault e é pena que o tempo seja limitado mas é assim, pelo menos obriga a algum esforço de síntese e a sermos mais objectivos. Quanto ao caso da Renault, o problema que aqui nos foi trazido pela Comissão de Trabalhadores, penso que é um problema extremamente grave, que merece a atenção desta Assembleia, que diz que tem haver com o futuro de Aveiro, tem haver também com o passado, visto que de facto o município deu grandes apoios à instalação da fábrica de Cacia no tempo, portanto, facilidades várias, ao nível do terreno, infra-estruturas de acesso, etc., etc. Portanto, é um problema sobre o qual a Assembleia se deve pronunciar e entendo que o acto de trazer aqui uma resolução, tal como foi chamada, penso que é um lapso de manifestação de intenção, penso que foi a vontade expressa de que esta Assembleia se pronunciasse sobre o assunto, facilitando de algum modo o trabalho e não querendo que fosse um grupo em particular ou um membro da Assembleia em particular, que tomasse a iniciativa, que ela pudesse sair da própria Mesa, portanto, entregando na Mesa, para que pudesse sair da própria Mesa a intenção dessa resolução. Por isso eu apelo ao Sr. Presidente, enquanto membro desta Assembleia para que o próprio Presidente, tenha em consideração este pedido dos trabalhadores da Renault e que ponha à consideração da Assembleia formalmente a proposta que lhe foi apresentada. Caso o não faça é evidente que eu acabarei por o fazer; mas entendo que seria mais elegante tendo em conta a própria atitude dos trabalhadores virem aqui intervir, de ser a partir da Mesa, que esta situação fosse colocada.*

*Para já era isto.”*

Entretanto entraram na sala os Vogais: Álvaro Patrício do Bem, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Henrique Manuel Morais Diz, Luís Miguel Capão Filipe e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Vogal Henrique Diz:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Se o Sr. Presidente me permiti-se, eu gostaria de começar por felicitá-lo, a si pessoalmente, pela frontalidade que o Sr. Presidente tem em assumir não só os sucessos, mas também os insucessos. De facto, a resposta que o Sr. Presidente deu ao líder da bancada parlamentar do PSD à cerca da derrota do Partido a que V.Ex.a pertence, no referendo Regionalização, deveria ser tomada talvez como exemplo por outros membros do Partido de V.Ex.a e, nomeadamente, alguns dos membros da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia, que só falam dos sucessos que têm. É bom que nós tenhamos a humildade democrática que o Sr. Presidente demonstrou, e reconhecer que perdemos. Essa atitude, se o Sr. Presidente me permite, tem que ser comparada pela positiva, com a atitude que o meu colega Prof. Britaldo Rodrigues teve, ao reconhecer que não ganhámos as eleições em S. Jacinto. E como não as ganhámos, fomos derrotados. Nestas circunstâncias Sr. Presidente, permita-me que saúde nesta atitude, a forma de fazer política como eu entendo que ela deve ser feita: com a verdade quando nos dói e quando nos apraz.*

*Permita-me agora que eu felicite, os munícipes que hoje nos vieram aqui trazer problemas, que também lhes doem a eles. De facto, tendo todos nós sido eleitos para desempenhar funções nesta Câmara, a verdade no entanto, é que nós não somos só por isso, os detentores únicos da verdade, e alguns dos munícipes tiveram hoje a hombridade de vir recordar isso. É uma lição que todos nós devíamos aprender. Sermos eleitos, não significa, que aqueles que nos elegeram não possam aqui vir discordar das posições que nós tomamos. MUITÍSSIMO obrigado Srs. Munícipes, por essa lição que nos vieram hoje aqui dar e que certamente servirá a muitas das pessoas à volta desta mesa.*

*Por outro lado ainda, no meio deste diálogo que hoje aqui foi trazido, eu gostaria de lembrar como tem sido útil o diálogo da parte do Governo da República em algumas situações. E como aparentemente a níveis mais baixos, às vezes, o exemplo que o Sr. Primeiro Ministro parece querer dar não é seguido. Foi falta de diálogo o que se verificou existir aqui, hoje, em relação a algumas das situações que vieram aqui ser trazidas, nomeadamente por pessoas da freguesia da Vera Cruz. Mas a falta de diálogo, Sr. Presidente, não pode significar a falta de autoridade, e foi de falta de autoridade que o representante da Comissão de Trabalhadores da Renault, em Cacia, nos veio aqui falar. Falta de autoridade não só do Governo, mas falta de autoridade do Estado, na medida em que tendo o Estado e a Renault assinado um protocolo, um contrato, - aquilo que lhe queiram chamar, os Sr. Juristas dirão certamente a palavra mais adequada - sobre a forma como iriam evoluir os seus negócios em Portugal e verificando-se que esse acordo, esse contrato, esse protocolo, não está a ser cumprido. A verdade é que não se vê que haja da parte do Estado Português e do seu Governo, não se vê, que haja autoridade para o impor. Porque é evidente, as multinacionais têm o poder que têm, mas os governos têm que se sobrepor aos interesses das multinacionais e seria grave que nós não reconhecêssemos isso aqui.*

*Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, de antes da ordem do dia, para colocar uma questão directa ao Sr. Presidente da Câmara, que certamente terá ocasião de me responder. Gostaria de lhe perguntar, Sr. Presidente da Câmara, que me indicasse se possível, os resultados dos projectos que a Câmara Municipal de Aveiro submeteu ao programa Aveiro Cidade Digital enquanto concorrente? Gostaria imenso de saber os resultados?*

*Enquanto membro do consórcio, Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria que me informasse*

*quais foram os avaliadores dos projectos que a Câmara Municipal de Aveiro submeteu directamente ou indirectamente a este consórcio?*

*E se me permitem, só terminar com um pouco mais de graça, deixem-me dizer-lhes uma coisa: eu estou imensamente satisfeito, com duas simulações que a Câmara nos proporciona e os seus Serviços nos proporcionam. A primeira simulação com que eu estou satisfeito, eu que sou adepto da velocidade como toda a gente sabe; motard, adepto de ralis, etc., a primeira satisfação que eu tenho, é da simulação de grande prémio que me fazem quando utilizo algumas das carreiras dos transportes colectivos. De facto, eu convidaria o Sr. Presidente da Câmara, se conseguir passar despercebido, frequentar algumas das linhas dos nossos transportes e verificar como é que é possível, nós termos a sensação de um grande prémio. Até o pescoço sofre com as acelerações (e nós não temos o treino do Pedro Lamy); portanto talvez fosse bom.*

*E por outro lado, também é simulação que nos dá de um grande realizador português e da sua obra, realizador de cinema e da sua obra, pela lentidão com que se processa o trânsito naquela magnífica rotunda que temos atrás do Centro Comercial Oita. Eu acho que de facto, nem este génio da realização do cinema português, seria capaz de nos dar uma lentidão tão grande no tráfego como ali conseguimos. Muitíssimo obrigado.”*

Entretanto entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente, Caros Colegas, Ex.º Público, muito boas noites e obviamente os votos da “estação” para todos. Efectivamente, tivemos hoje aqui mais uma mostra de como pode funcionar exemplarmente uma assembleia e como é importante que todos os nossos concidadãos, todos os Aveirenses, possam participar neste fórum do poder democrático. E assisti aqui a dois factos, que me fazem ressaltar algumas ideias.*

*Primeiro, o excelente discurso de improvisado da D. Maria Vitória, que do alto da sabedoria que a sua própria idade lhe dá, mas não só, fez efectivamente afastar alguns outros discursos de “Velhos do Restelo” representantes de corporativismos balofos e egoístas. Fiquei preocupado por quem na sombra movimenta pretensos, interesses e valores pedagógicos e que tão mal os exerceu quando teve na sua mão uma das mais elevadas missões que pode ser confiada a um ser humano que é Educar e Ensinar crianças.*

*O outro facto que me tocou, foi o discurso que aqui foi feito, a mensagem que aqui nos foi trazida, o alerta que aqui nos foi deixado pelo representante da Comissão de Trabalhadores da Renault de Cacia. Fiquei efectivamente, extremamente sensibilizado pelo problema. De facto, a arrogância neo-liberal do capitalismo multinacional (digo arrogância neo-liberal, como disse há dias o nosso Primeiro Ministro no seu discurso de Natal), conduz a situações perigosas como aquela que nos foi apresentada.*

*Sendo pouco o poder de que dispomos, quero aqui expressar a minha total solidariedade pessoal, bem como de toda a minha bancada, aos trabalhadores da Renault Cacia e publicamente, comprometo-me a tudo fazer para que as nuvens negras que pairam sobre os trabalhadores da Renault Cacia se dissipem. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Sr. Presidente. Eu não poderia deixar passar este momento, sem me referir a um acontecimento importante, que foi o da comemoração dos 25 anos de existência da Universidade de Aveiro, da sua instalação nesta Cidade; abriram-se aí com esse facto, a meu ver, as portas a um surto desenvolvimento nesta Cidade. E extravasando os limites do município, abriram-se também com esse fenómeno de aberturas de universidades, não só em Aveiro mas também noutros sítios, a verdadeira democratização do ensino universitário.*

*Isso é para nós e para mim, portanto também, motivo de grande regozijo e não posso deixar por*

*este facto, aqui publicamente saudar todos quantos até agora sustentaram e continuam a sustentar, a existência da Universidade de Aveiro,. São este em termos singelos e muito simples, necessariamente simples os registos que eu queria deixar nesta Assembleia, para que os munícipes invoquem neste ano, o nome da Universidade porque não há dúvida nenhuma que a meu ver foi um benefício importantíssimo, senão o mais importante, para a Cidade nas últimas décadas.*

*Depois queria aludir também à vinda a esta Assembleia destes cinco munícipes e das pessoas que os acompanharam e que se dirigiram a esse microfone, para nos dirigir a nós e especialmente a si Sr. Presidente desta Mesa da Assembleia, as palavras que devolvemos. E em relação a todos, eu devo manifestar o meu apreço, por estarem em perfeito exercício da sua cidadania, acho que é importante as pessoas preocuparem-se com os problemas que os afectam particularmente e que afectam em geral as pessoas que residem em determinada circunscrição. Mas ao mesmo tempo, não pode para mim deixar de trazer algum motivo de nostalgia e sem quebra de modo nenhum de grande apreço que tenho pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo executivo, que não deixo de ter. Creio eu que isto só se justifica, por alguma crise de diálogo, como já aqui foi dito e muito bem, e por alguma crise de autoridade. Nunca até agora, e é esta uma leitura que eu necessariamente tenho de fazer deste problema com toda a frontalidade. Foi necessário tão elevado número de munícipes virem a esta Assembleia, trazer problemas que a Câmara tinha por obrigação resolver. Esta é a verdade nua e crua. E não será alheio a este propósito; destes munícipes virem aqui, a redução do número de reuniões camarárias e porventura, não sei se isso acontece, se não, mas pelo menos houve um esboço para que isso não acontecesse, mas pelo menos penso eu que há um défice deste executivo no diálogo com as populações. Permita-se uma comparação: estou a proferir estas palavras, com o sentido que pretendo que seja pedagógico, porque é esse o meu interesse, que haja harmonia de governados e governantes.*

*Comparando, este executivo sai muito menos para as nossas ruas, para as praças do que saía o executivo anterior. Esta é uma constatação que eu faço, porque porventura este problema teria sido facilmente resolvido, sem a necessidade da vinda destes munícipes a esta Assembleia, se a Câmara tem perscrutado como lhe compete, os anseios da população e se porventura, tem aberto as portas para os munícipes em sede própria, que era ao executivo e não à Assembleia, que compete resolver estes problemas. Este não era problema nenhum da competência, se nós nos confrontarmos com o regimento desta Assembleia, este não é seguramente, problema desta Assembleia.*

*Particularizando as intervenções, gostei e apraz-me registar que quanto às Escolas, portanto primeiro ponto, não há assim divergências de montra. Ambos os oradores foram unanimes em reconhecer que realmente a Escola, aquela Escola concreta não satisfaz as necessidades, para que deve existir, isto é, para ensinar, para ter crianças, proporcionar-lhes o lazer, resguardá-las, protege-las do confronto com o ambiente, com o trânsito e portanto, não tem as mínimas condições para que continue a funcionar como Escola. Existe uma Escola ao lado, como muito bem aqui foi dito pela Sr.ª Prof.ª Maria Vitória, que cujo brilho de oração, também aqui enalteço. Realmente existindo uma Escola há pouco tempo e até tendo sido já decidido aqui pela Câmara anterior e aqui até o problema já foi falado, portanto, que as crianças devem ir para a outra Escola.*

*Mas estive atento à intervenção do Presidente daquela Associação de Pais, da Associação de Pais que aqui interveio, que levantou aqui um problema, que penso que está a escapar: ele disse aqui que “aquela Escola foi criada para ter oito valências curriculares, oito actividades curriculares” e quando ele disse isto, depois não esclareceu e não nos foi permitido perguntar-lhe, se houve ou não diminuição dessas valências curriculares nessa Escola nova. Penso que aí poderá estar algum ressentimento dele, quanto ao encerramento da Escola, porquê? Porque porventura tem o efeito directo de diminuir essas valências. Se o tem, reconheço-lhe alguma*

razão.

*Por outro lado, notou-se também problemas adicionais quais sejam os de uma população nova, numa zona residencial nova, que trás acrescida necessidade de criação de novas escolas. Parece-me que esses tais como Barrocas e Forca Vouga. Esse problema estará colmatado pelo que aqui já foi pronunciado, vai ser criado uma nova escola nas Agrads, portanto proverá às necessidades dessa zona nova de Barrocas e Agrads e há de Forca Vouga. Portanto esse problema está resolvido.*

*Agora, que o problema deveria ter sido resolvido sem ter vindo aqui, isso é uma constatação que eu vejo com algum desagrado. Quanto ao que nos veio dizer, o representante dos Trabalhadores da Renault, evidentemente que todos não podemos deixar de estar com ele, não é! Mas isso é problema para o qual pouco podemos fazer, porque isso é problema a resolver pelo Poder Central. O Poder Central, seguramente lá sabe os contratos e os tratos que fez com a Renault Portuguesa ou a Renault Francesa, não sei.*

*Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara representa o município e por isso tem o dever de estar atento aos efeitos sociais nefastos que trás o encerramento daquelas secções que o representante dos Trabalhadores aqui nos disse. E como tem essa obrigação, deve vincular e sensibilizar o Poder Central para esse problema. Porque o Poder Central também não se apercebe do que se passará nas localidades, se os próprios a quem mais directamente isso vem afectar, não o conduzirem lá. É suprema obrigação, a minha conclusão deste tema, que o município, sem ser preciso aprovar aqui moções nem nada, que a Câmara esteja atenta e que através do seu Presidente que representa o município, como disse, conduza ao Poder Central esta afronta aos trabalhadores que foi vinculada e que o representante deles mesmos nos fez aqui sentir.*

*Desejaria saudar o Partido Socialista pela vitória que teve recentemente na eleição intercalada para a Junta de Freguesia de S. Jacinto e saudar também quer o Sr. Presidente da Junta cessante, que com algumas controvérsias, enfim, mas com um balanço que a meu ver é positivo. Pena é e eu lamento, sublinho lamento, que o Sr. Presidente tenha de ter deposto o seu cargo voluntária ou involuntariamente nas condições em que o fez, isso eu lamento. Saúdo o novo elenco da Junta e desejo-lhe que o seu trabalho seja extremamente profícuo em prole de S. Jacinto, porque sendo em prole de S. Jacinto, é seguramente em prole de Aveiro.*

*Gostaria também de secundar aqui, com a devida licença, o que disse o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, cuja intervenção acerca do tema já há tempos ouvi com muita atenção e sublinhado apreço e sentido apreço, na rádio, acerca da perda ou não perda, não se pode dizer que seja perda, isto da vinda ou não vinda da Faculdade de Medicina, para Aveiro. Não é isso que interessa! O que importa sublinhar, é este ponto: esta Assembleia nalgum momento, ainda recente, aprovou aqui que a Câmara deveria constituir um grupo de trabalho, que constituiu para estudar os prós e os contras da criação da Faculdade de Medicina em Aveiro; e para apresentar no final um trabalho, por onde se pudesse avaliar do mérito ou demérito que a Cidade teria, para aqui ser criada essa Faculdade. Infelizmente acompanho eu o Sr. Prof.; não tivemos a felicidade de saber se perdemos a faculdade, se a deveríamos ter perdido, se temos razão para amargos, se temos razão para queixumes, se temos razão para aplaudir Viseu, se devemos ficar a carpir, isto é, não sabemos nada! E o que importa salientar; porquê? Porque afinal quem devia apresentar o trabalho, porque era o promotor da condução desses trabalhos afinal, não apresentou trabalho nenhum. E ficamos todos com pena de não poder emitir, um juízo de valor sobre esse suposto desvio da Universidade, porque afinal não temos elementos para comparação.*

*Eu antes de falar trazia um ponto, sobre o qual se tem tecido algumas razões de queixa dos munícipes. É sabido, é do conhecimento geral, que a construção civil nos últimos tempos tem experimentado um surto de desenvolvimento e necessidades acrescidas de apresentar obra feita, motivada sobretudo por a baixa da taxa de juro e as famílias terem sentido, que é hoje melhor*

*comprar habitação, sobretudo os casais novos que beneficiam de crédito bonificado, a juro bonificado, que é mais barato comprar casas, do que tomá-las de arrendamento. E isso tem motivado, portanto, algum estado febril, quer dos construtores, quer dos pretensos compradores, quer de quem precisa de comprar, tem suscitado um interesse acrescido na procura. E que nesse estado febril queixam-se frequentemente os construtores, os promotores da construção, digamos, que os processos entram nas câmaras e a Câmara de Aveiro não é alheia, não está fora disso e que demoram tempos injustificados.*

*Eu penso que a Câmara pode acelerar, pode e deve acelerar a apreciação desses projectos; sem evidentemente quebra do respeito pelas normas que regulam a matéria, não é! ... mas pode acelerar isso. E penso isto porquê? Porque já em determinadas ocasiões, muitas vezes se entra com um requerimento na Câmara, na Secretaria e verifica-se com alguma surpresa, que há tempos, dias, às vezes semanas para o requerimento chegar ao destinatário. Penso que a Câmara pode melhorar essa situação com simples organização, digamos assim, aproveitamento dos meios internos de que dispõe. É esse um voto que eu formulo e que penso que será perfeitamente acolhido em benefício da própria Câmara em todos os Sectores; e em benefício dos munícipes e de quem pretende oferta de habitação, mais propiciadora às necessidades de compra, é isso. Tenho dito. Muito obrigado Sr. Presidente.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Sr. Presidente, Srs. Vogais, serei particularmente breve. Queria apenas começar, apesar do Sr. Manuel Madaíl não estar presente, de subscrever as palavras de V.Ex.a e saudar efusivamente o regresso do Sr. Manuel Madaíl, por ter vencido as contrariedades com que se deparava desde há alguns tempo ... congratular-me com esse facto.*

*Relativamente à participação e às intervenções hoje, da parte do público, reproduzir na integra os comentários que sobre essa matéria o meu camarada e amigo Raúl Martins teceu; repito, subscrevê-las na integra.*

*E posto isto, tecer alguns considerandos; sendo o primeiro acerca do referendo da Regionalização. Também eu, à semelhança do Presidente da Assembleia Municipal, estava como ainda estou convicto, até como jurista que sou, das vantagens da descentralização administrativa como instrumento de perpetuação de recursos e de adequação do funcionamento da administração, às pretensões dos seus destinatários.*

*Tenho para mim algumas interpretações, algumas justificações, para recusa por parte do país, da instituição das Regiões Administrativas, designadamente, posso revelar, estou intimamente convencido que na mente de muitos eleitores, estaria subjacente um modelo de desconcentração administrativa, semi-instalado, que manifestamente foi rejeitado. E portanto, não no plano teórico, a própria questão da descentralização. Mas reconheço, esta é uma opinião; outros inclusive camaradas meus, têm outras opiniões, a verdade é que de forma incontroversa, o país recusou a instituição em concreto das Regiões Administrativas, facto que aceitamos, reconhecemos, democraticamente.*

*Quanto à assunção dos resultados, penso ter ficado claro e o povo português reteve-o, a enorme dignidade do Primeiro Ministro na noite das eleições, quando em seu nome pessoal assumiu a derrota num projecto em que acreditava; assunção essa que nós obviamente, todos os militantes do Partido Socialista, subscrevemos e partilhamos. Porém, da mesma forma que o eleitorado reteve a enorme dignidade da atitude do Primeiro Ministro, reteve também, porque chocou por contraste, a absoluta disparidade das reacções ao resultado do referendo por parte dos líderes do PSD e do PP. Sendo, que em quanto um atribuíu vitória do NÃO à Regionalização, ao povo português, ao eleitorado em geral, já o outro, o líder do PP, vinha apressadamente reivindicar para si a vitória. Isto chocou o eleitorado, que uma vez mais e bastas provas disso tem tido, que a aliança entre estes dois líderes, não passa de uma aliança contra-natura, negativista, não tenho qualquer outro projecto, não tendo qualquer outra ambição, senão o poder pelo poder.*

*Um projecto cujo único conteúdo, é lutar contra o Partido Socialista e não por um projecto comum para Portugal. E essa disparidade, esse contraste, esse absoluto divórcio do projecto entre os dois Partidos, encontra-se curiosamente traduzido de forma paradigmática em Aveiro, onde o Presidente da Concelhia de Aveiro, o Prof. Dr. Britaldo Rodrigues, nos brindou a todos com uma pérola do seu pensamento, qual seja, de que o Dr. Paulo Portas em Aveiro faria perder votos à AD.*

*É curioso que V.Ex.a assuma (acho bom); V.Ex.a pensa, assume! E assume, que o candidato a vice-Primeiro Ministro, é uma pessoa que faz perder votos. Eu concordo consigo! Porém, não sou eu jamais que o proporei para vice-Primeiro Ministro, mas portanto, se V.Ex.a entende que o candidato a vice-Primeiro Ministro, não pode ser cabeça de lista neste distrito V.Ex.a levará esse raciocínio às suas devidas consequências.*

*S. Jacinto. V.Ex.a há pouco acusou o Sr. Presidente da Câmara de ter sido deselegante. O Sr. Presidente já lhe respondeu com o brilhantismo que o caracteriza, mas devo dizer-lhe que, se alguém se portou de forma deselegante foi V.Ex.a.; e não é costume! Reconheço-lhe isso.*

*E portou-se de forma deselegante, e digo-lhe desde já porquê: porque de todas as intervenções que durante a campanha eleitoral de S. Jacinto foram produzidos, a única fulanização perpetrada nessa campanha, foi feita por parte de V.Ex.a. V.Ex.a chamou directamente a uma pessoa de incompetente. Não há paralelo em qualquer outra declaração, durante aquela campanha, de um ataque dirigido a uma pessoa. V.Ex.a fê-lo! E fê-lo de forma bastante deselegante. Poderia ter sido resolvida porque se a competência se mede pelos resultados, o resultado de S. Jacinto poderia avaliar o comportamento de V.Ex.a; mas nós não o faremos.*

*A verdade é que sobre S. Jacinto, várias coisas poderemos dizer. Desde logo, do nosso ponto de vista, o eleitorado apreciou, depois de em Dezembro ter tirado a maioria absoluta ao Partido Socialista, apreciou um ano de oposição do PP e do PSD e chamado a pronunciar-se, entendeu devolver a maioria absoluta ao Partido Socialista. É evidente ... isto são os factos.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Ainda se compram votos...”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Ó Sr. Armando Vieira, isto não passa ... e V.Ex.a acaba de ter um achaque, porque de um achaque se trata, do mais profundo reaccionarismo e de um atestado de menoridade a qualquer eleitor de S. Jacinto. V.Ex.a acaba de injuriar os eleitores de S. Jacinto ao referir que se compram votos. V.Ex.a acuse e V.Ex.a prove! Porque comentários, V.Ex.a é pródigo em fazê-los. Isto que V.Ex.a acaba de fazer é do mais baixo que tem sido feito nesta Assembleia. V.Ex.a acusa alguém de ter comprado votos ... e insiste!”*

Vogal Armando Vieira:

*“Dá-me licença Sr. Presidente. Eu começo por pedir desculpa, realmente devia estar calado e intervir na minha vez. E se assim é, peço desculpa por ter falado fora do meu tempo, eu calo-me e dou a resposta na altura própria.”*

Vogal Filipe Brandão:

*“Estou certo que esta atitude ponderada, será acompanhada também, por uma ponderação da sua resposta.*

*Finalmente, quanto a S. Jacinto, obviamente, congratular-me pela vitória do Partido Socialista, cumprimentar e felicitar a pessoa do seu novo Presidente, o Sr. António Costeira, que certamente na próxima Assembleia, provavelmente já estarão empossados os Membros da*

*Assembleia de Freguesia e que gostosamente veremos na nossa companhia. Registando também que este resultado eleitoral, não deixa de ser também, como aliás ouvi também por parte do Dr. Jorge Nascimento, o reconhecimento do trabalho do nosso camarada Libério Santos ao longo de tantos e tantos anos na Junta de Freguesia.*

*Finalmente, quanto à Faculdade de Medicina. Depois de estranhar que o Dr. Jorge Nascimento se tenha amargamente queixado de não lhe ter sido comunicado nada relativamente à Comissão, e apesar de eu ter tentado gesticular para dizer que o representante da Assembleia era o colega imediatamente sentado a seu lado (o Dr. Capão Filipe da mesma bancada), isso será obviamente um problema interno de comunicação.*

*Mas quanto ao Prof. Britaldo, que tem vindo a escrever vastamente sobre esta questão: V.Ex.a Prof. Britaldo, não ignorará de certo, que mais ninguém nesta Assembleia ignora, que uma Faculdade de Medicina não é, nunca foi e não é, uma pretensão da Reitoria de Aveiro. Quanto a isso V.Ex.a tem uma questão muito simples a tomar:*

*V.Ex.a não concordou com o projecto autárquico que Aveiro apresentou; candidatou-se e perdeu. V.Ex.a não concordou com o candidato a Presidente da Assembleia Municipal; V.Ex.a candidatou-se, V.Ex.a perdeu. V.Ex.a não concordou com o projecto que apresentamos à Assembleia de Freguesia de S. Jacinto, V.Ex.a patrocinou um outro projecto, V.Ex.a perdeu. Se V.Ex.a não concorda com a política da Reitoria da Universidade, V.Ex.a tem um remédio: candidate-se! Obrigado.”*

**Vogal Britaldo Rodrigues:**

*“Em primeiro lugar há uma defesa da honra, em relação a vários pontos em que eu sou citado directamente, nomeadamente a propósito da Faculdade de Medicina. Creio que tenho o direito de resposta.*

*Estamos aqui votados pelo povo de Aveiro. Cumpre-nos aqui, como Deputados, e nomeadamente da oposição, responsabilizar-nos por apresentar os argumentos que se achem pertinentes em favor de Aveiro e dar voz de facto, às pessoas que votaram em nós.*

*Ora sucede o seguinte, e a propósito de que dizia o Dr. Filipe Brandão e recuperando um pouco as palavras que o Sr. Presidente da Câmara há pouco tinha dito, dizia eu que se algum dia fosse autarca teria de ter preocupações quanto à realidade. Devo dizer, que para já não estou preocupado com essa pretensão, mas devo dizer que se de facto o Sr. Dr., ou o Sr. Presidente da Câmara, se eles algum dia forem membros do Governo, ou tiverem responsabilidades em alguma instituição nacional, talvez se devam lembrar que há um juramento que se faz, e que é: cumprir com lealdade as funções que nos são confiadas. E ao fazermos isto temos obrigações. E se na verdade compete a alguém, por exemplo, a um Presidente da Câmara, cumprir o que está determinado, o que está definido num Plano Director Municipal, o que estiver num Plano de Urbanização, ele tem a obrigação de que isso se cumpra, que isso se faça, que não haja nenhuma desordem. Porque dizer que é muito bonito, dizer como se fazem as coisas, mas também dizer que depois na prática é diferente, é intolerável. Porque se nós aceitamos isso, estamos a aceitar inserirmo-nos na chamada ‘República das Bananas’. E acontece que eu não gostaria que Aveiro fosse uma República das Bananas. E de facto, cumpre dizer: quando uma pessoa não é capaz de assumir que isto não vai ser uma República das Bananas e pelo contrário diz não ser capaz de evitar tal, então assume-se com falta de competência para evitar a República das Bananas. E é por isso que me cumpre a mim como membro da oposição desta Assembleia, não deixar de dizer e se é menos elegante, também é verdade que, dizia-se na minha família: “que quem não se sente, não é filho de boa gente”.*

*Efectivamente, aquilo que eu ouvi e que a Comissão Política do PSD, nomeadamente comentou nos órgãos de comunicação social, face às afirmações que foram feitas, nunca foram desmentidas. Se nunca foram desmentidas, aceito que são verdadeiras. E sem conhecimento de causa sobre uma proposta de reordenamento e recuperação da Ria de Aveiro, citar a ponte para*



*S. Jacinto e dizer-se a propósito disso “que por cima passa a demagogia e por baixo a maré baixa da política”, não é nada elegante e merece uma resposta e a resposta foi dada, nos termos que eu considere adequados.*

*Finalmente quero dizer o seguinte: é que a política da Reitoria, não tem nada haver, com o que nós decidimos aqui nesta Assembleia. Nós nesta Assembleia decidimos criar um grupo de trabalho para aprofundar uma situação. Essa situação não foi aprofundada, pelo que simplesmente nós Aveirenses não podemos dizer se estamos de acordo ou em desacordo com a decisão tomada sobre a localização das Faculdades de Medicina. Não sabemos, simplesmente! E a política da Reitoria, pode ser uma, mas atenção: a Universidade não é da Reitoria, e efectivamente o que sucede é que a população de Aveiro também tem direito de pensar em termos da Universidade que tem. Não vamos só dar-lhes votos de louvor, vamos também exigir. Eu como universitário aceito as exigências desta terra; se me forem bater à porta e dizer que precisam da minha acção para qualquer coisa, respondo pela positiva e não faço mais que a minha obrigação. O Sr. Reitor também. A Reitoria também. E se nós aqui decidíssemos que tínhamos razões sobejas para defender um curso de medicina aqui, o Sr. Reitor também tinha que nos ouvir. Mas ele nem sequer nos pôde ouvir. Nós não fizemos nada, não produzimos nada: e eu lamento que nós não tenhamos produzido nada.*

*Votámos, solicitámos à Câmara que fizesse um estudo, e eu ainda estou à espera que a Câmara responda, que o faça através dos membros que nomeou para aquela Comissão.”*

**Vogal Rogério Madaíl:**

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Bem eu começo por felicitar o Partido Socialista pela vitória em S. Jacinto; mal grado algum os acidentes de percurso. E queria também lamentar a entrega da versão corrigida do Plano de Actividades e de Orçamento para 1999, a 2ª versão no dia 23, quer dizer, fica-nos um bocado para se quisermos fazer uma análise pormenorizada como é nossa obrigação.*

*Querida também congratular-me pela participação dos munícipes nesta Assembleia, que nos conforta e estimula para o trabalho, na medida em que vimos que apreciam e consideram o que nós cá fazemos.*

*Neste contexto, relativamente à Escola Básica n.º 2 da Vera Cruz, eu penso que conheço de certa forma o assunto, tive o privilégio de ter lá dois filhos, não pelas instalações que não são boas, mas pelo corpo de professores que é excelente e que faz com que eu compreenda as pessoas, quando se tem crianças numa escola, com uma dimensão pequena, que são tratados e acarinhados de uma forma espectacular e que efectivamente a pessoa sente que não é bem uma escola, é quase que um colégio pequenino, com tudo o que os colégios podem trazer de vantagem às crianças. E quando se perspectiva a sua integração numa escola, numa macro-escola, com a sua despersonalização, eu compreendo que as pessoas se sintam de certa forma violentadas, embora reconheço que as instalações não são realmente boas. Eu penso que há aqui um défice de algo; e penso que era importante e apresentava esta recomendação ao Sr. Presidente, que realmente ouça as pessoas que estão directamente ligadas com a Escola. E a esse respeito tenho que discordar do meu colega Raúl Martins. Eu não entendo porque é que há corporativismos balofos, eu acho que as associações de pais representam os alunos e acho que efectivamente eles têm o seu poder representativo.*

*Admitindo que há outras opiniões, penso que nunca ouvi dizer aqui a ninguém, que as instalações estão desadequadas. Penso que com um bocado de diálogo, ouvindo bem as pessoas e dando-lhe garantias no sentido de criar instalações, que não sejam macro-instalações, que a situação se resolve.*

*Quanto ao aspecto da Renault, eu queria só dizer, aquilo que posso dizer: eu aconselhava o Sr. Presidente a comunicar com o Governo, parece que há negociações e há investimentos em curso, fortes. Mais não posso dizer.*

*Relativamente há outra questão dos Serviços, das ligações dos ramais. Eu penso que é um assunto que tem que ser analisado. Acima de tudo, penso que tem que haver um lema: não onerar os munícipes da periferia. A solução cabe ao Sr. Presidente e aos Serviços Municipalizados que de certeza vão arranjar uma solução.*

*Para terminar queria, queria terminar com uma pequena reflexão: estamos em fins de ano, uma reflexão sobre a actividade municipal. Eu penso que temos que nos juntar todos, em relação aos grandes projectos que marquem o futuro do nosso Município, que passe não só pelo desenvolvimento do centro dos municípios que constituem o centro, mas também olhar para a periferia. Tendo em conta os três aspectos, três pilares, o aspecto social, o económico e também o ecológico e penso que cabe ao Sr. Presidente, ser o mobilizador de todos os autarcas, seja qual for a filiação política no sentido de apoiar os projectos, venham de onde vierem. É neste contexto que eu não entendo, porque é que o projecto da estrada Aveiro/S. Jacinto, tenha sido rejeitado tão linearmente. Eu penso que é um projecto fortemente estratégico, ligado com o desenvolvimento turístico da nossa zona. Nós só temos uma praia: S. Jacinto. E que funciona não só de levar as pessoas para a praia, como também de as trazer para cá. Porque vamos criar acessibilidades para as pessoas do nosso Distrito virem a Aveiro e tudo o que possamos criar como condições para que as pessoas se desloquem a Aveiro, mais facilmente Aveiro se pode desenvolver.*

*Outro aspecto está ligado à protecção das marinhas, quer dizer, aquilo pode funcionar como um dique que evite a evasão do salgado. E por isso eu penso que isto, embora seja um projecto que foi por nós apresentado, o Sr. Presidente deve-o despolitizar, este e outros que possam vir a apresentar, porque estamos aqui para contribuir para o desenvolvimento da nossa Região. Nós estamos aqui e penso que acima de tudo a despolitização das propostas válidas, devem ser tidas em conta. E, é com isto que eu termino, formulando que no próximo ano nós possamos ser um pouco mais ouvidos sem pôr o caris partidário à frente, mas com Aveiro acima de tudo. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa:

*“Eu não percebi aí uma intervenção: a estrada!? ... não percebi que estrada é essa. Está a pretender fazer a apologia da estrada dique Aveiro/Murtosa?”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Não. Aveiro/S. Jacinto com ponte. Mas há uma estrada, é que antes da ponte há uma estrada. O Sr. Presidente não conhece o estudo que foi feito pois não? Eu penso que o nosso Presidente lhe poderá facultar uma cópia, que era interessante.”*

Presidente da Mesa:

*“Ó Sr. Deputado, ainda o Sr. andava na Escola do Adro, quando eu em 1966 me envolvi activamente e empenhadamente, na polémica da “Ponte ou Ferry-Boat”, em 66, não sei se se lembra? Ponte ou Ferry-Boat. Depois disso, tudo o que tem sido dito sobre isso ou é repetição ou é futilidade ou é esquecimento.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*“Permita-me só uma coisa: então quer dizer que apoia?”*

Presidente da Mesa:

*“Eu em 1966 era a favor da Ponte, devo-lhe dizer. Mas também sou a favor da estrada dique Aveiro/Murtosa. Portanto não digam isso alto, pode vir aí algum ecologista e aperta-nos o papo, cuidado com isso.”*

Vogal Clara Ribeiro:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. São três questões breves, mas de segurança. Uma delas já uma vez falei aqui, é sobre a iluminação da Avenida Artur Ravara, ou seja, a estrada do Hospital. O que é que acontece? A artéria do Museu está devidamente iluminada, a rotunda da Universidade e Hospital ligeiramente, e há um espaço naquela descida que realmente a iluminação é muito fraca, com as árvores tem dias que não se vê absolutamente nada. Desde funcionários do Hospital, como alunos da Universidade, queixam-se frequentemente de durante a noite não ter segurança nenhuma naquela zona. E é uma zona realmente de acesso para os jovens e para outras pessoas. Eu pedia ao Sr. Presidente que tomasse em consideração isso, na altura do Natal nota-se muito mais, porque a Cidade está toda iluminada e aquela zona é escura, é perigosa.*

*Outra também se refere à segurança. Eu durante a época natalícia, mais que o normal, deambulei pelo Fórum e verifiquei e ouvi comentários de pessoas que realmente, talvez pela minha profissão veja o perigo onde não existe, mas existe. Penso que os muros da Ria, já estão feitos naquela zona; queria perguntar ao Sr. Presidente, se tem intenção de meter um gradeamentozinho, porque realmente é um perigo muito grande. Se a pessoa cai na relva vai directamente à Ria - e eu estou a ver as crianças que ali andam a qualquer hora mesmo durante o dia, mesmo as pessoas de idade; aquilo é muito perigoso e aquela zona é uma zona que já podia estar vedada, porque triplicou o número de pessoas.*

*Outra que não tem nada haver (em parte tem haver com segurança), mas é mais com a urbanização. Eu vivo em Verdemilho, numa rua que é a Rua de S. João, que tem prédios novos, eu esperei quinze anos por ver cair a Rua da Pilota, é feio o nome e é feia a Rua. Eu esperei quinze anos por ver cair casas velhas, que avançavam para cima da estrada. Lamento, que edifícios novos que foram feitos, outros que se estão a fazer, é avança recua, avança recua. Uma avenida que passou a ser larga, neste momento tem prédios, a seguir aos prédios dois metros à frente tem quatro garagens, uma foi posta a baixo, as outras três estão à frente de outros prédios novos, sucessivamente; são cem metros em que é uma vergonha. Eu não sei se está autorizado pela Câmara ou se é o empreiteiro que faz aquilo! As pessoas queixam-se; é uma vergonha. Edifícios novos e ser permitido, se é que a Câmara permitiu, se não permitiu ainda é mais grave, porque está lá feito. Estão a fazer-se novos prédios e o mesmo empreiteiro continua a fazer aquela aberração. É feio, porque as pessoas perguntam-me, eu não sei responder. Já uma vez falei aqui também sobre isto, mas as coisas continuam a ser feitas. É muito feio. tenho dito.”*

Vogal Álvaro do Bem:

*“Primeiro é para felicitar, a comunicação do Sr. Presidente da Vera Cruz, felicitá-lo por ter comunicado a brilhante solução sobre o problema das Escolas da Vera Cruz. E eu digo brilhante solução, pelo seguinte: o tempo de decisão é tão importante, quanto o tempo de construção. Muitas vezes diz-se que se demora muito tempo a decidir e se calhar houve tempo demais para decidir. E demorou-se tanto tempo a decidir como a construir.*

*Alguns que defendem a ruralidade aqui dentro desta Assembleia, teriam muito gosto em possuir instalações da Escola Primária, como existe na Freguesia da Vera Cruz na nova escola. Se alguns de vocês tivesse o cuidado de ambular à volta da dita Cidade, que não é preciso mais, saiam da 109 para fora e perceberão que a realidade de Aveiro é completamente diferente do que os canaizinhos da Ria, dos candeeiros e dos pequenos problemas da Cidade. E para perceberem, ... gosto muito dos ecos aqui do nosso Presidente Rural (mas antes Rural que Rústico), e era preferível que alguns dos problemas que foram aqui postos, fossem analisados noutra vertente. Já alguns dos meus colegas da Assembleia, já se pronunciaram; mas há muito tempo, Aveiro sempre foi a terra da liberdade e é bonito de ver, as pessoas a exercerem o direito de cidadania. Porque alguns de nós falaram palavras bonitas, mas o direito de cidadania muitas*

vezes não é um acto bonito, e acabamos por ouvir alguns elementos concidadãos desta terra, que fizeram-nos perceber (para aqueles que ainda não percebiam), que a única coisa que difere daquelas pessoas que aqui estão, para aquelas que estão na bancada, fora destas bancadas, é tão somente as funções que desempenham neste momento. E isto, relacionado com alguma crítica sobre a falta de autoridade, para perceber o que é o direito de cidadania. É que falou-se de autoridade e quando se fala em autoridade, alguns pensam que é algum rigor, algum poder de decisão, mas alguns falam em autoridade com um certo autoritarismo e o que as pessoas queriam ver, era talvez, uma Câmara que decidisse e que cortasse a direito. Talvez, temos aqui nesta Sessão, aquilo que se diz: “preso por ter cão e preso por não ter”. Nalgumas coisas houve indecisão, falta de diálogo, e é interessante ouvir algumas argumentações de alguns ilustres deputados desta Assembleia, para os mesmos e das mesmas bancadas dizerem ao mesmo tempo, a seguir a não haver algum diálogo, dizerem que existe falta de autoridade.

A falta de autoridade é de tamanha ... que pelos vistos, faz com que os cidadãos desta terra e desta Cidade, venham à Assembleia Municipal. E basta-me constatar isto com o passado, não muito tempo atrás, para perceber que a própria participação desta Assembleia Municipal, passou portas. É benéfico e pode dizer-se que estas acções muitas das vezes dificultam quem gere uma Câmara. Mas para quem tem um conceito de essência de democracia; os actos de democracia não são todos para agradar, também têm os seus desagradados. E a indignidade com que é percebido, nalgumas das atitudes e discursos, é preciso compreender alguma da indignação de alguns dos problemas aqui apresentados e bem apresentados; um deles é relativo às taxas de saneamento e tenho-vos a dizer que era um movimento interessante e que esse movimento pode ter quinhentas, até pode ter cinco mil assinaturas e eu bato palmas ao movimento que tem muita haver com a freguesia da qual eu faço parte também, mas gostaria imenso e gostava, que esse movimento tivesse nascido desde os princípios do problema. É que quem paga hoje oitenta e seis, oitenta e sete ou oitenta e cinco, há quinze anos e há doze anos pagava setenta e setenta e dois, a diferença não vai muita. Há é um fenómeno social e aí alerto o Sr. Presidente da Câmara: é que enquanto for na Cidade, quem vive na Cidade e houve aqui alguém que levantou o véu dos preços da construção e da questão do aluguer e construir e que os Srs. Empreiteiros estão muito vorazes em relação à construção, é que quem vive fora da Cidade acaba por, digamos que bipolarizar o estrato social, é aquele que tem condições para ter uma boa vivenda, uma boa casa. E é aquele que tem dificuldades porque é o único terreno que lhe foi de herança e é o único local onde pode viver. Não pode viver na Cidade! Não pode ser um cidadão urbano. Dai a dificuldade acrescida, independentemente das movimentações que possam existir.

Em terceiro lugar queria lugar felicitar, agora posso dizer “felicitar”, ao ex-Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto, por durante treze anos ter aguentado o barco, tão longe da sede Concelho e congratular-me e esperando que ele recupere do seu estado de saúde, que bem precisa.

Em relação a outro ponto aqui referido, que foi o discurso do Sr. representante da Comissão de Trabalhadores da Renault, para dizer o seguinte: o problema da Renault, não é um problema novo, é novo para nós Cidade de Aveiro. Mas antes de mais o conceito do que é hoje as relações de trabalho e Aveiro que é apontado sempre como uma das terras mais interessantes em termos de taxa de desemprego, tem o reverso da medalha e o reverso da medalha é este: é que Aveiro possivelmente não pode suportar uma taxa de desempregados igual à que existe nalguns dos outros sítios deste país, ou seja, nós não temos a estruturas em termos sociais, para qualquer crise, nem uma taxa de desemprego acima dos dez por cento, ou seja, habituamo-nos a que Aveiro tem uma taxa de crescimento na casa dos dez, onze por cento e como é uma Cidade e uma terra que tem crescido muito, é natural que alguns dos investimentos que foram feitos, com parceria ou não da Câmara, era importante, que a própria Câmara participasse e o Sr. Presidente da Câmara participasse, comunicando das dificuldades que a Renault, porque em

*economia, em termos económicos, não é só a fábrica Renault, é tudo o que está agregado à própria empresa e pedia ao Sr. Presidente da Câmara, que servisse de ligação com a única pessoa ou a única entidade, que poderia ter parte activa nesta matéria, que é o Ministro da Economia e mais ninguém. Pensarmos em qualquer outra coisa, é pura utopia. E disse Sr. Presidente.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu começaria por cumprimentar V.Ex.a, nesta quadra festiva que estamos a atravessar; a Mesa, os meus companheiros e colegas da Assembleia, a população aqui presente, os senhores munícipes em geral, por esta quadra que atravessamos e desejar-lhes ... vejo algum semblante carregado nas pessoas do executivo. Gostaria de ver um sorriso mais aberto; será o peso dos problemas?*

*Pronto, já vejo o ambiente melhor e enfim, que as coisas se modifiquem.*

*As questões e porque estamos em época de Natal, Sr. Presidente: a Cidade está muito bonita, o Sr. Presidente da Câmara teve esse cuidado e o seu executivo, mas há uma coisa, aquilo que é a imagem de marca desta Cidade que é a sua Princesa S.ta Joana, está às escuras, já repararam nisso meus senhores? Já viram que a S.ta Joana está totalmente às escuras?*

*Aquela S.ta Joana que já lhe deram a volta, viraram-na agora para o hospital e obviamente que está às escuras, a imagem de marca!!*

*Ó Sr. Presidente, que as aldeias, que o povo, aquele povo ali das aldeias, fora da 109 como dizia o Álvaro agora há bocado, que vivam às escuras, nós já estamos habituados a isso, mas a S.ta Joana? A S.ta Joana, Sr. Presidente? Ou a S.ta Joana só serve para no Dia da Cidade, os senhores importantes da Cidade e do Executivo Municipal e o Sr. Presidente da Junta da Freguesia, se incorporarem no cortejo para se exibirem perante a população?*

*Bem... falando de S. Jacinto porque aqui foi citado o problema de S. Jacinto. Começo por referindo-me a de S. Jacinto, por desejar as melhoras ao Sr. Libério Santos. Sempre tratei o assunto da questão relacionado com a Junta de S. Jacinto com um certo pudor, apesar de muitas vezes ter vontade de falar mais em público. E hoje vejo aqui alguma hipocrisia na bancada do Partido Socialista quando se refere ao Sr. Libério Santos, quando antes não se referiam a esse Senhor da mesma forma e ficamos por aqui quanto a essa questão.*

*E quanto às últimas eleições em S. Jacinto. Meus senhores, eu andei lá, até era mandatário da lista do PSD e andei lá. ... não, não, o senhor é que apareceu lá um dia à noite de carro, só para ver como é que iam as tropas. Sabe que eu sou um homem do povo, estou com o povo, trabalho com o povo, convivo com o povo. O senhor passou só para ver se estava tudo bem, deu uma volta e deu à sola... eu andei lá.*

*O que lhes fez ganhar? obviamente que S. Jacinto tem uma maioria sociológica Socialista; obviamente. Uma maioria relativa, obviamente. Mas meus senhores, não se esqueçam disso: uma maioria relativa meus senhores. E depois falaremos sobre isso se quiserem, obviamente que em termos de votos, vocês ganharam com maioria absoluta, mas isso poderia dar outra volta e enfim. Mas deixe-me dizer-lhe que em S. Jacinto eu vi medo no rosto das pessoas. E o Sr. Presidente da Assembleia, que todos reconhecemos ser um grande democrata desta Cidade, digo-lhe aqui Sr. Presidente, eu falei com as pessoas de S. Jacinto, não é de agora, já falo há muitos anos. As pessoas têm medo de vir à porta quando vêem uma bandeira de um partido que não seja o Partido Socialista, sabia disto S. Presidente? Olhe: e às vezes entreabriam as portas e iam falando a medo. E alguns que se atreviam a falar um pouco mais, diziam: sabe temos um emprego na RIATRONICA, acho que é RIATRONICA, ou JACINTRONICA, ou lá o que é, e tal, e o Partido Socialista diz que se nós não votarmos no Partido Socialista fecham a fábrica. Ó Sr. Prof. eu não inventei! Ouvi de várias pessoas de S. Jacinto. Eu não inventei. Portanto, é por isso que eu digo que os votos, para além de outras formas de comprar votos, porque todos nós andamos há muitos anos nisto. Mas eu digo-lhe, não vejo em nenhuma terra, não vejo em*

*nenhuma freguesia do Concelho de Aveiro, não vejo sinceramente, e há outras freguesias onde o Partido Socialista ganhou com toda a limpeza. Permitam-me que eu tenha esta opinião e porque é fundamentada, não vejo o temor das pessoas em falarem de política ou de tomarem posições políticas, porque compreensivelmente estão dependentes em muitos aspectos da junta de freguesia local. É humano! Mas é a verdade. E ninguém me convencerá do contrário disto. Foi o que eu senti e tenho felizmente muitos anos de experiência no terreno.*

*Quanto há elegância que há pouco o meu amigo, Dr. Filipe Brandão falava. Primeiro quero cumprimentá-lo efectivamente pela vitória que teve em S. Jacinto e quero disponibilizar-me aqui, para o ajudar se necessitar disso, nas suas lutas internas. Porque quando o senhor se aproveitava para “gozar”, pessoas de outros partidos, que com mais ou menos dificuldades, lá tentavam dignamente desempenhar o seu lugar, com o ar dos vencedores e tal, obviamente que nem sempre gostamos, mas eu sei o que isso é, e é por isso que me estou a disponibilizar, sabe que eu estou sempre do lado dos mais fracos, porque sei o que são as dificuldades da vida, já passei por isso. E sempre sou, sempre estive do lado dos mais fracos e de todas as pessoas que precisam de mim, se eu puder ser útil. E como V.Ex.a, não precisará, mas se precisar nessa sua luta interna do Partido Socialista que eu espero que ganhe, conte comigo, para lhe dar uma ajuda. Sabe porquê? Eu explico. É que como sabe, Sr. Presidente e Dr. Filipe Brandão, os Socialistas de Oliveirinha, votam PSD. Obviamente estão habituados a ouvir a voz e as opiniões do Presidente da Junta local. Logo é nessa perspectiva que eu lhe posso dar uma ajuda.*

*Aos militantes da minha Freguesia, eu vou dizer: não ... votem no Dr. Filipe Brandão, que ele é bom rapaz e tal.*

*Bem, ainda falando de S. Jacinto, deixe-me referir que comungo com as opiniões e o sentir do Sr. Prof. Britaldo Rodrigues. Até porque acompanhei o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, neste processo de S. Jacinto e digo-lhe: vi o empenhamento que o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues pôs, em estudar seriamente uma solução para o isolamento daquela gente. E digo-lhe mais, temos que fazer aqui uma pública homenagem, Sr. Presidente da Assembleia, temos que fazer hoje e aqui uma pública homenagem ao Sr. Eng.º Joaquim Beiró, o Administrador da Geo-Control, que teve num Sábado de muito frio, a amabilidade, depois do trabalho que teve em fazer o estudo prévio que apresentou em S. Jacinto, de se deslocar à noite, para vir apresentar ao povo de S. Jacinto. Isso é de louvar e agradecer, não só pelo PSD que lhe pediu esse trabalho, mas por todos nós os Aveirenses. Porque será o primeiro passo, para a quebra do isolamento do povo de S. Jacinto. E nesse aspecto Sr. Presidente, atrever-me-ia a propor que o Sr. Presidente tomasse a iniciativa de agradecer o trabalho, independentemente de o ter feito a pedido de um partido político que não está no poder.*

*Foi aqui aflorada; temos que ter algum cuidado, separar os poderes ..., mas fiquei com a ideia que as decisões em termos de investimento da Cidade, só o eram nomeadamente na área da Educação, se a Reitoria da Universidade o quisesse. Discordo meus senhores! E digo-lhes meus senhores: nós os do PSD não temos nada haver, se porventura a Reitoria da Universidade de Aveiro e o Sr. Reitor, são a caixa de ressonância do Governo Socialista, esta Assembleia não tem que o ser. Porque ainda há dias, numa atitude que a meu ver, e esta é só minha, da sobranceria para com a população de Viseu. O Sr. Reitor colocou, um entrave, uma dificuldade nas excelentes relações que tem havido entre as populações de Aveiro e Viseu. Era bom que reflectisse e que arrepiasse caminho, porque efectivamente logo no dia seguinte teve a resposta e não gostaria de ver uma pessoa que todos nós admiramos e respeitamos, o Reitor da nossa Universidade, por quem todos nós temos orgulho, não gostaria de ver o Sr. Reitor da Universidade de Aveiro; é opinião de um Cidadão Aveirense, metido em questões que não lhe dizem respeito.*

*Deixem-me fazer aqui uma citação acerca do estado da saúde, uma situação vivida por mim próprio hoje mesmo. Sr. Presidente eu vou já calar-me, vou deixar metade dos assuntos que tenho aqui para falar, mas uma situação vivida por mim hoje e que me preocupa bastante. Ao*

*tentar-se marcar uma ressonância magnética no hospital de S. João no Porto, foi dito por quem de direito, que não eram feitas ressonâncias magnéticas desde Setembro, porque não havia verba. Como vai a saúde no nosso país meus senhores! Onde é que está toda a ambiência criada de optimismo e de resolução dos problemas. Isto faz-nos pensar, para além de todos nós sabermos, que cada vez mais e nós falando com muitos profissionais que trabalham no Hospital de Aveiro onde infelizmente tive também um familiar internado várias semanas, tenho que constatar por um período anterior de dois anos que a situação e o funcionamento da saúde no nosso Hospital de Aveiro tem vindo a degradar-se fortemente. Acho que há falta de ... o Sr. Álvaro falava em autoritarismo, eu acho que há falta de autoridade no nosso País. E digo-lhes meus senhores, à dias um Ministro deste Governo referia-o da seguinte forma, o Sr. Ministro João Cravinho, falando em Beja aqui há umas duas semanas e citando Almada Negreiros, dizia que: “pior que os malandros, eram os bons rapazes”, se calhar estar-se-á a referir ao Sr. Primeiro Ministro.*

*Depois deixem-me dizer ainda, meus senhores, falando das coisas mais concretas da nossa vida colectiva: Sr. Presidente, como lhe disse viu hoje aqui a população e tem também em seu poder um exposição enviada pela Junta de Freguesia com um abaixo assinado da população de Quintãs, a propósito do custo dos ramais de saneamento. Obviamente que V.Ex.a como pessoa sensata que é vai ter que rever essa situação, e como Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados; é necessário que o faça, porque as pessoas citam e não compreendem, porque é que um ramal de saneamento há-de custar penso que cinquenta mil escudos, quarenta ou cinquenta mil, agora não sei bem, mas no máximo será cinquenta mil escudos em Oliveira do Bairro e oitenta e dois mil e quinhentos em Aveiro. Ou sessenta mil em Ílhavo e oitenta e dois mil e quinhentos em Aveiro e logo por azar Quintãs, de um lado é Ílhavo e do outro lado é Aveiro. É bom que se reveja essa situação, porque além do mais Sr. Presidente, como eu lhe disse, eu sei quanto custa um ramal, eu sei como é que se constrói um ramal de saneamento e sei que não pode custar, nem de longe nem de perto, essa importância. É efectivamente um abuso de autoridade de quem decidiu que assim fosse.*

*Depois Sr. Presidente, numa altura em que nós temos tantas questões, de ordem social, eu percebo perfeitamente que V.Ex.a queira mostrar obra, que tenha gabinetes pomposos, que tenha uma boa equipa de marketing, que invista muito no marketing, que invista muito em festas, etc., etc., se calhar algumas dessas coisas têm razão de ser, mas será que têm todas.*

*Sr. Presidente, anteontem, e agora também para criticar aqui dois companheiros meus, dois colegas meus Presidentes de Junta, sempre ouvi dizer que a caridade não se publicita e muito menos quando se pratica a caridade, o apoio social, chame-se o que se quiser, com coisas que não são nossas, que são dos outros, são do Estado, são fruto dos impostos que os Portugueses pagam ou que os Europeus pagam, e chocou-me a mim, choca-me sempre, ver que nos jornais aparece em primeira página e lamento que os jornais dêem saída a isso, em primeira página fotografias a cores, Presidentes de Junta a distribuírem cabazes de Natal. A que propósito? Essas coisas não são para se publicitar. Não há nenhuma razão para se publicitar isso. Isso é feito, sem publicidade. Porque ainda aconteceu comigo na semana passada, ir ver uma casa, Sr. Presidente, e é bom que se invista mais em habitação social, ver uma casa ... uma não, seis casas que são o resultado de uma pocilga; não sei como é que é possível, hei-de falar isso com o Sr. Vereador das Obras, para ver que volta é que havemos de dar àquilo. Uma pocilga transformada em seis casas e uma delas a porta era um pano pendurado - a porta para a rua. E a entrada, nem sequer a pessoa mais baixa lá entrava, tinha que se baixar. É inadmissível nos tempos que correm, que se invistam em coisas supérfluas como SAD do Basquete e outras assim, em detrimento daquilo que é essencial para as populações, que são a habitação, a rede de esgotos, a água etc., as estradas condignas. É inadmissível.*

*Depois ainda acerca do aterro sanitário, que todos nós nos congratulamos. Sr. Presidente seria bom, eu gostaria de saber se é verdade aquilo que ouvi quando vinha para aqui, a Sr.ª Ministra*

*do Ambiente dizer, que havia catorze municípios que iam servir-se do Aterro Sanitário de Aveiro, foi ela que disse Sr. Presidente, eu ouvi na rádio Sr. Presidente, quando vinha para esta Assembleia, é bom que nós saibamos isso. Obviamente que não vai servir durante dez anos, aquele aterro. Muito mais rapidamente vai esgotar a sua capacidade, mas os senhores o dirão. E depois dizer-vos que aquele conceito que há, esquerda mais justiça, direita menos justiça, isso hoje está tudo adulterado. Agora que se fala muito em “neo-liberalismo”, com certeza que o Sr. Primeiro Ministro, no seu discurso de Natal, estaria a falar para ele próprio: do ter cuidado com os “neo-liberais”, eles que tudo vendem aos multinacionais e aos grandes grupos económicos, eles que tudo dão aos grandes grupos económicos e se esquecem dos pequenos. Neo-liberalismo está a praticar o Partido Socialista! Os Partidos Socialistas Europeus, Sr. Presidente, V.Ex.a é Deputado Europeu e veja que há dias foi preciso, o Democrata Cristão Alemão Helmut Kohl, ir chamar à atenção dos Socialistas Europeus, na última cimeira: meus senhores tenham lá cuidado com os cifrões, que para além dos cifrões há as pessoas. Tenho dito.”*

Vogal Gaspar Albino:

*“Boa noite Sr. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra. Também eu me quero congratular pelo regresso do Sr. Manuel Madaíl a esta casa. Vê-lo são e alegre para mim é fonte de alegria.*

*O segundo ponto que eu queria referir, foi a presença aqui de cidadãos da minha terra a exporem directamente os seus problemas. Não busco para isso justificações como aqui procuraram ser dadas. Não extrapolo conclusões, como aqui foram avançadas. O que me importa, é que foi exercido o direito cívico de exposição e de reclamação, que se traduziu na participação de cidadãos nesta Assembleia. Congratulo-me quanto ao facto, pois que é sinal de saudade e de vida cívica.*

*O terceiro ponto que queria aflorar aqui, outros já o referiram, mas eu não me esquecerei de que a nossa Universidade faz 25 anos. E se bem que reconheça que ao longo dos séculos Aveiro mediu a sua vida, pautou a sua vida, pela vida do seu Porto, a verdade é que a Universidade de Aveiro, trouxe um novo “élan” à nossa terra. E como já tive oportunidade de escrever na semana passada, também a Universidade nos deu um novo impulso para um cidadania mais profunda, mais correcta, mais inteligente. A Universidade tenho de a pôr em paralelo com o Porto de Aveiro, porque efectivamente para além do povo da nossa terra, é o Porto de Aveiro e a Universidade, que são os grandes pólos de desenvolvimento da nossa terra e quando falo no Porto de Aveiro, queria chamar-vos à atenção para o dever de uma sigla que definiu ao longo dos tempos a entidade que exerceu jurisdição sobre o Porto; a sua Junta Autónoma. Em tempos a Junta Autónoma, chamava-se JARBA - Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro; depois passou a chamar-se JAPA - Junta Autónoma do Porto de Aveiro; desapareceu da sigla a palavra “Ria”; hoje à a Junta Autónoma suceder-lhe-á uma outra sigla: APA - Administração do Porto de Aveiro.*

*Ao longo dos tempos, na Junta Autónoma, no seu plenário, as Câmaras da Ria tinham acento e faziam-se ouvir, mal ou bem, mas faziam-se ouvir ou tinham o direito de se fazer ouvir. E eu questiono-me, agora que vejo que a APA - Administração do Porto de Aveiro, tal circunscreve, eu questiono-me se a APA vai continuar a dar guarida às vozes dos municípios que enformam a Ria de Aveiro. Esta é uma questão que eu gostaria de pôr aqui e agora, porque julgo que efectivamente os municípios da Ria deverão continuar a ter palavra na gestão deste inter-água, que justifica a Barra de Aveiro.*

*Sabeis que Coutinho de Lima dizia o seguinte em relação ao Porto de Aveiro: “Quanto mais saudáveis forem os canais da Ria, mais saudável é o Porto de Aveiro. Menos se gastará em dragagens, porque mais forte será o fluxo de marés”.*

*E vejo agora falar-se com muita insistência na necessidade de municipalização desses canais,*



*que efectivamente são parte de um todo: a Ria! Até que ponto é que não deverá haver redobrados cuidados, na gestão desses canais conjugando-os com a vitalidade da Barra. A APA - Administração do Porto de Aveiro, virá a ser o futuro, porque efectivamente o Porto de Aveiro é quem mais manda. Mas não nos esqueçamos que ele só poderá sobreviver, desde que uma Ria com vida, lhe esteja subjacente. Tenho dito.”*

Vogal Capão Filipe:

*“Muito obrigado Sr. Presidente, Boa Noite. Eu vou tentar fazer a minha comunicação agregada em vários abstractos. O primeiro abstracto, refere-se à descentralização, concretamente, o bloco da Esquerda Portuguesa em alto teor de pureza; refiro-me ao Partido Socialista, mais Partido Comunista, que tentou fazer em Portugal a maior mudança de sempre e nós sabemos o tipo de resposta que Portugal e os Portugueses deram: um NÃO muito óbvio! E de qualquer dos modos, desse debate ressaltou que podemos todos embraiar não na tal mudança, mas numa outra mudança, a da descentralização. E permitam-nos afirmar a nossa concordância em relação há proposta já aqui feita pelo PPD/PSD, em relação há agendação da descentralização, consideramos isso um assunto muito importante e muito urgente, em termos de agendamento a nível da Assembleia Municipal de Aveiro. E a título exemplificativo, referia por exemplo, os seguintes factos: ainda recentemente, o Director do Serviço Sub-Regional de Aveiro, do Centro regional de Segurança Social, referiu que o antigo modelo funcionava melhor. Quando o inquirirmos acerca da Sub-Região de Saúde, com certeza que encontraremos o mesmo tipo de resposta: que quando a Sub-Região de Saúde de Aveiro, era apenas e só Região de Saúde de Aveiro, funcionaria melhor. Por outro lado, vemos de vez em quando os iluminados municípios de entre o Douro e Vouga, que abrangem os concelhos do nosso grandioso Distrito de Aveiro a norte, agregarem-se em termos de determinados objectivos. Por outro lado, por exemplo, queremos saber determinadas estatísticas distritais, vamos ao Instituto Nacional de Estatística e as únicas contas que conseguimos fazer, no que diz respeito a Aveiro, é por exemplo, o Baixo Vouga, em que aparece parte dos concelhos de Distrito de Aveiro em termos de estatística nacional.*

*Em resumo, com estes exemplos pretendemos referir que temos que e com urgência sediar na Capital de Distrito - Aveiro, diferentes Serviços no terreno onde melhor esses meios se justificam. E seguramente uma das agendações em termos de Assembleia Municipal de Aveiro. É ver que meios podemos usar, para a extinção ou a requalificação da CCR do Centro. Uma figura que a partir do momento em que queremos descentralizar pelo método, por mérito, devem ser todos os mecanismos accionados por nós próprios. Extinção da CCR Centro, ou requalificação dessa mesmo CCR Centro.*

*Segundo abstracto: a celebre Faculdade de Medicina, que já foi aqui referida. De facto fizemos parte e com muita honra do denominado grupo de trabalho, tendente à hipótese da criação da Faculdade de Medicina. Como qualquer grupo de trabalho, quando chegamos a qualquer grupo de trabalho, pensamos que nos vão entregar, uma enxada, uma alfaia e um terreno. Mas quando entramos nessa Comissão de Trabalho, não foi possível darem a todo o grupo de trabalho ou pelo menos a parte dele; nem a alfaia, nem o terreno. Apenas quanto muito, ouvimos o ruído de fundo - Ha ha; Ha ha! Trabalhem! Trabalhem! Mas de facto com - Ha ha; Ha ha, mas sem enxada e sem terreno não conseguimos ir e não conseguimos trabalhar. Por consequência, foi um grupo que logo no seu início, não deveria ter tido a designação de “Grupo de Trabalho”, mas “Grupo de Acompanhamento” de uma evolução, porque não nos foi dado trabalho. E não nos foi dado trabalho, porquê? Porque os dados estavam viciados à partida. E curiosamente, esse viciar dos dados infelizmente não tem por trás factores locais, nem de nós Assembleia Municipal, não tem por trás factor local, Câmara de Aveiro e provavelmente, nem terá por trás o factor local Universidade de Aveiro. Tem por trás um factor nacional. Quando o Partido Socialista, junta meia dúzia de castiços entregues aos seus “jobs” e cada castiço desses “jobs”,*

*tem por trás determinados municiadores governamentais: um tem um Primeiro Ministro; outro tem um Ministro; outro terá um Secretário de Estado, mas nasceu numa aldeia não sei onde. E promove essas reuniões, dessa rapaziada com os seus “jobs” e decide distribuir determinado tipo de mercadoria. E a partir desse momento, o critério político nacional da criação da Faculdade de Medicina, não foi obviamente aquele que deveria ter sido: o Técnico e o Científico. E por consequência a escolha do Governo de Portugal para a Faculdade de Medicina, baseou-se, infelizmente para o País, numa escolha irracional, contrária aos interesses nacionais e inclusivamente ineficaz politicamente, porque obviamente não vai resolver nenhum problema de interioridade. Aliás, se o fizesse técnica e cientificamente, não ficava sentado no seu sofá em Lisboa à espera das melhores propostas que pudessem entrar em correio registado pela porta, mas faria o contrário; sairia dos respectivos Ministérios e tentava verificar a onde ou que serviços é que o Estado já possuía para resolver, o objectivo da resolução da Escola Médica. Porque uma Escola Médica é uma coisa séria e então, deveria ver se as faculdades previamente existentes, já resolveriam a questão ou se isso não acontecesse, qual era a Universidade mais competente e com menos custos para o País, capaz de receber o Curso de Medicina. E se o processo tivesse sido inverso, isto é, não tivesse sido o ficar-se sentado, o exercer-se o poder de “lobby” para esse tipo de opção, se o Estado tivesse ido ao local, seguramente que mesmo que a Reitoria da Universidade de Aveiro, não quisesse a atribuição da Faculdade de Medicina, se o Governo Português entrasse pela porta a dentro (e verificasse, quão de facto a Universidade de Aveiro, é uma das melhores Universidades da Europa; já tinha a logística para os três anos do Ensino Básico) e oferecesse esse projecto, seria de facto uma questão que com certeza não se negaria e provavelmente de interesse muito mais nacional, do que a situação que aconteceu.*

*E por outro lado, com uma grande vantagem para nós, porque julgamos que qualquer decisão no aspecto de educação na área de saúde, seja a Faculdade de Medicina, seja o projecto que virá a seguir, arrastará consigo o desejado desenvolvimento do Sistema de Saúde Aveirense. Nós em termos políticos, só deveremos parar quando Aveiro tiver um Hospital de nível Central, nem é um bom Distrital. É um hospital de nível Central que Aveiro merece e justifica. Infelizmente via Ministério da Saúde não o conseguimos e via outros Ministérios, ou apoios europeus, talvez por entrar no carrilamento conseguimos arrastar consigo o desenvolvimento da saúde.*

*E então, eu diria que devemos fazer uma espécie de pacto de regime de coexistência pacífica, daquilo que aconteceu até aqui e investirmos grandemente, uma vez que se perdeu por vícios à partida, a Universidade de Medicina de Aveiro, agarrarmos com unhas e dentes o projecto Escola Superior de Saúde, porque ela em si mesmo, encerrará provavelmente, uma maneira de trazermos para Aveiro uma coisa com que não somos concorrenciais com ninguém, que permitirá, com certeza trazer esse projecto para Aveiro; consigo trazer a evolução das estruturas de saúde e quiçá, a médio ou longo prazo, quem dá um Bacharelato de três anos, poderá depois oportunamente dar mais dois anos clínicos e chegar à licenciatura. Portanto, eu penso que é do interesse de Aveiro, não questionar determinados factores locais; provavelmente lamentar a escolha nacional, mas fazermos um espécie de pacto de regime em torno da Escola Superior de Saúde. Até porque aquilo que já ocorreu e como sabemos, é eventualmente a hipótese de rebaçado para Viseu, dessa mesma Escola Superior de Saúde. E até aí temos de estar atentos. Por consequência temos de estar todos unidos em relação ao projecto Escola Superior de Saúde, porque é a única maneira de Aveiro fazer aquilo que tem sempre feito; infelizmente não nos caiu nada do céu, conquistamos por mérito. E se nós provarmos que temos a melhor Escola Superior de Saúde da Europa, podemos conseguir evoluir a trás, podemos chegar ainda à Faculdade de Medicina.*

*Felizmente nesta Assembleia é estatuto a Escola do Adro e eu também posso dizer que a vida me proporcionou com todo o orgulho e me agraciou com a Ordem da Escola do Adro. Posso aliás*

*referir que a assinatura que uso hoje, aprendia na Escola do Adro, através do Prof. Calado; a assinatura e não só a assinatura, é uma simbologia que quer dizer, as bases que tive, foram as bases dessa agraciação pela Ordem da Escola do Adro.*

*E curiosamente viram-se aqui dois pontos de vista e de certo modo exploraram-se as divergências, mas talvez se tenha esquecido de ver o pontos de vista convergentes. E afinal há um grande ponto de vista convergente, é que esta Escola não serve, de acordo com os parâmetros actuais, em termos do que deve ser uma Escola Primária; hoje com outra designação. E a única diferença que eu reparei, nos dois pontos de vista, é que num ponto de vista antes de se ir para a Escola nova, deve-se passar da Escola do Adro, via n.º 2, nas instalações actualmente existentes e depois Escola nova; o outro ponto de vista, refere que se deve sair do Adro, só quando a n.º 3 estiver pronta, por dois itens: o primeiro item, é porque indo provisoriamente pela n.º 2, pode acontecer uma de duas coisas, ou a n.º 3 fica adiada ou a nova n.º 2 fica adiada; ou então a n.º 2 deixa de ter a capacidade pedagógica que teria, por sobrelotação.*

*Por consequência, parece-me que uma vez resolvido que a n.º 2 nova irá avançar e que a n.º 2 com essa sobrelotação, não ficará afectada em termos de critério pedagógico, à total convergência dos dois pontos de vista. Por consequência, é isto que eventualmente interessará esclarecer. Estes dois itens, são os únicos que estarão em divergência em relação aos dois pontos de vista. De resto, está tudo concordante.*

*Um terceiro aspecto, é que destino dar àquela Escola? Fala-se muito na recuperação do património e sobretudo na recuperação, da forma. Isto é, recupera-se o vestido, mas esquecesse muitas vezes do coração, do conteúdo. Muitas das vezes recupera-se um edifício, mas não se continua com a alma desse edifício. Por exemplo a Capitania. A Capitania, está-se a gastar centenas de milhares de contos em termos de recuperação e pelos vistos para fazer uma suite presidencial para um locatário, quando, vamos supor, uma apresentação multimédia da Ria de Aveiro, para o turista seria muito melhor, porque é uma verdadeira casa da Ria.*

*Em relação a esta Escola, em que passaram milhares de pessoas, de Aveirenses por lá e que sempre teve no seu conteúdo, para além da forma exterior, que será recuperada, no seu conteúdo uma vertente educativa, obviamente que devemos, em termos de conservação do património, não só conservar a forma, como o conteúdo, como a afectividade em relação a essa Escola. E parece-me desinteressante mudar completamente o objectivo, até porque eu penso que o património, da Vera Cruz poderá ter outro tipo de opções e pelo menos um Museu de Ensino ou uma Escola completamente reconstruída, uma sala de aula completamente reconstruída, em termos daquilo que era dantes para as milhares de pessoas que passaram, as diferentes gerações que passaram por lá, ainda encontrarem ao longo dos tempos, uma identificação ao relação a isso mesmo. Isto é, a recuperação do património, não passa só pela recuperação da roupa, também do coração, também do respectivo conteúdo.*

*Por último, e porque a Escola do Adro é perto do S. Gonçalinho, vamos comemorar o nosso querido S. Gonçalinho daqui mais ou menos a quinze dias. Como nós sabemos, trata-se de uma tradicional festa e de veneração popular Aveirense, o padroeiro dos pescadores da Ria e do Mar e o protector do Bairro da Beira Mar e porque não de todos nós.*

*E uma coisa que eu sempre reparei, é que falta a Aveiro e ao seu Município de um modo geral, uma festividade tipo romaria diferente e única, eu sei lá; temos no Porto o S. João, em Lisboa o S.to António; na Torreira o S. Paio, e que são festas vividas intensamente com as pessoas: come-se, bebe-se, dança-se toda a noite, como nós sabemos e felizmente, nós temos no nosso quadro de festividades, isto não menosprezando quer a S.ta Joana que é a nossa padroeira institucional e formal, ou outras comemorações noutras freguesias, temos de facto uma festa que tem as características para ser este tipo de romaria popular. E concretamente, aquilo que eventualmente poderíamos pensar, é não sei se do ponto de vista do quadro legal, como é que isso pode acontecer, mas promover as Festas de S. Gonçalinho, a Festas Municipais no sentido,*

*no contraponto, de ser a nossa romaria de directa, a nossa romaria de se acenderem fogueiras e do povo Aveirense estar na rua uma noite inteira.*

*Recordo por exemplo o seguinte: as iluminações de Natal, não sei se são tiradas entretanto, mas poderemos empenhar-nos na decoração desde a Avenida, a todas as artérias que conduzem à Praça do Peixe e ao Coração do Bairro da Beira Mar.*

*Por outro lado, ainda recentemente saíram determinados livros alusivos ao S. Gonçalinho, há determinadas tradições tipo bandeiras e arcos de madeira, decorados com papel de seda. Dantes faziam-se fogueiras nas ruas, havia foguetes que podem ser os nossos foguetes tipo aqueles que largaram sobre o Tejo ou sobre a Ponte D. Luís; Bandas e Arraiais pela madrugada fora; participação na festa de todo o povo da Cidade de Aveiro, com permanência toda à noite, com cantos, danças, comidas e bebidas. Depois para além do Arraial Popular, o lançamento das Cavacas com promessas de milhares de pessoas vindas de todo o País; a entrega dos Ramos; a dança dos Mancos, etc., isto é, a Festa de S. Gonçalinho tem todas as características, para uma promoção oficial. A Festa Municipal, no sentido da Vertente Popular, da vertente de Arraial, e que deveríamos provavelmente colocar como uma grande Festividade Popular Aveirense. É isto que eu tinha a referir, muito obrigado.”*

Vogal Joaquim Abreu:

*“Sr. Presidente. Nunca é demais lembrar que a função de qualquer ... eu vou ser objectivo e vou deixar-me de conversas laterais, que o adiantado na hora assim convida.*

*Já vai sendo um bocado enfadonho, dizer que os Presidentes de Junta têm grandes dificuldades para administrar as suas freguesias; mais agravadas nas freguesias da parte rural, mas isso é um facto.*

*Quantas vezes nós nos dirigimos à Câmara através de ofícios, expondo as nossas ideias ou tratando de qualquer assunto e esses mesmos assuntos, vão caindo no esquecimento e ao fim de dois, três anos as coisas continuam na mesma. Eu valho-me de um apontamento que tenho e todos os assuntos que vão ficando no esquecimento eu vou anotando neste apontamentozinho e sempre que venho para Aveiro, lá tenho o cuidado de a ir a entrar nesta ou naquela repartição, ir chamar à atenção dos técnicos para isto ou para aquilo, mas não passa muitas vezes do paleio habitual, da desculpa habitual e nada se consegue.*

*Eu vou focar aqui dois assuntos que me parece que tem alguma importância e que se enquadram nisto que eu acabei de falar. É o facto de no Centro da Freguesia de Eixo, veio ao meu conhecimento que se estava a processar um loteamento, com uma série de casas. Como toda a gente sabe a Freguesia de Eixo, é das únicas Freguesias do Conselho que tem uma traça característica que convém preservar a todo o custo. Havia um espaço no Centro da Freguesia que são uns terrenos na Rua da Picota, que pela sua localização deveriam ser aproveitados para melhorar o Centro da Freguesia. E esse assunto foi proposto por mim, há dois ou três anos à Câmara Municipal de Aveiro, mas a resposta tardou. Agora venho a descobrir, que esses terrenos não têm capacidade para mais que duas ou três casas, quando estão planeadas dezanove casas para aquele sitio: o loteamento é o n.º 20/97.*

*Apressei-me a pedir algumas peças deste loteamento e fiz uma reclamação acerca de dois meses. Até hoje ainda não obtive resposta. É um assunto sério; é do conhecimento da própria Assembleia de Freguesia. Nós não vamos largar este assunto, vamos interessar-nos por ele.*

*Outro assunto também desta ordem que foi há quatro ou cinco anos posto por mim, através do ofício 189, que foi um corte de um caminho vicinal, entre Eixo e Taboeira, na extensão de oitocentos metros, caminho esse que constava de uma carta topográfica, consta da carta topográfica militar - 1/25.000. Eu não sei por onde é que ele encahou, sei que depois disso em 13/08/96, procurei saber alguma coisa sobre a situação nada de concreto me foi dito. É um caminho de grande importância para as duas localidades - Taboeira e Eixo.*

*Mas isto é um rol muito mais comprido. Eu por exemplo, tenho corte de árvores, árvores mortas*

*à beira da Estrada 230, desde 97, pedido ...?; até agora!*

*Marcação de exames para máquinas agrícolas, é um assunto também de grande importância, estamos à espera de resposta; reforço da luz pública: há vários anos que eu ando a pedir reforço da luz pública, também estamos à espera de resposta.*

*A quarta fase do Centro Cultural, que anda há nove anos a ser feito, este ano mais uma vez, parece que as coisas continuam em “stand by”.*

*Pedido de liquidação de despesas de 97; há uma promessa. Abertura de dois caminhos; há vários anos que eu peço a abertura destes dois caminhos em Eixo, a mesma coisa. Remoção de viaturas abandonadas, é uma grande dificuldade; as viaturas continuam a apodrecer, à beira das casas e nas estradas. Pavimentação de passeios na Estrada 230; a Estrada 230 foi reabilitada há cerca de dois anos e os passeios ainda continuam na mesma. Reforço da Ponte do Parque da Balsa, é uma Ponte que está assente em cima das estacas e está na eminência de ruir porque eu pedi em 1996 a melhor atenção, até lá chegou a ir um Sr. Eng.º da Câmara, ver a situação; continua tudo da mesma. Luz pública na Rua do Campo, desde 97 pedida. Luz pública para o cemitério de Eixo, onde há diversos assaltos, com roubos de metais das campas; também continua em “stand by” há mais de dois anos. Águas pluviais numa casa inundada na Rua da Cacieira, desde noventa e seis pedido; continua tudo na mesma. Arranjo de jardins e reformulação da entrada do Bairro Social da Vila Verde, em Eixo; continua tudo na mesma.*

*Ora, sabendo das dificuldades que um Presidente de Junta como eu, que não é a tempo inteiro, numa zona rural ....*

*Eu lanço aqui um pedido, através do Sr. Presidente da Mesa, para que haja uma atenção, mais cuidada para atender no meu caso, o de Eixo, mas será extensivo às outras freguesias. Nós temos grandes dificuldades; não temos viaturas, não temos pessoal técnico, não temos suporte financeiro, estamos dependentes da Câmara de tudo. Se não houver uma boa vontade, eu suponho que há até, mas se não houver uma abertura maior nós continuamos a lutar contra estes problemas que eu apresentei. Era só isto que eu tinha a dizer, para já.”*

**Vogal António Manuel Vinagre:**

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu prometo ser breve, até porque o adiantado da hora não me permite grandes discursos. Eu queria falar do referendo mas já muito foi dito; eu só queria dizer ao Dr. Filipe Neto Brandão (que ele não está na sala, mas já agora falo para quem me quiser ouvir), que o que mais me chocou na noite das eleições, foram as declarações do Sr. Presidente da Federação do Partido Socialista do Distrito de Aveiro, que numa atitude inqualificável, ignóbil, desprezível a todos os níveis, em que insultou de cima abaixo, todos os Aveirenses - eu quando falo Aveirenses, estou a falar do Distrito. É inqualificável a atitude do Sr. Presidente; para mais com as funções que ele exerce. É indigno reproduzir aqui as palavras do Sr. José Mota, é indigno. Isto é, deveria ter chocado o Dr. Filipe Neto Brandão, e pelos vistos não chocou.*

*De S. Jacinto já foi suficientemente falado.*

*Só uma palavra de apreço ao trabalhadores da Renault, que vêm em perigo os seus postos de trabalho. Nós pouco mais podemos fazer, penso eu, mas se pudermos fazer vamos fazer, mas pouco mais podemos fazer do que manifestar a nossa solidariedade para com todos os trabalhadores da Renault.*

*Quanto às Escolas n.º 2 e n.º 3 da Vera Cruz. Versão um, versão dois. Eu encontro um ponto comum nas intervenções da D. Vitória e do Sr. Rui Ferreira, que é um ponto comum a quase todas as escolas do Ensino Básico do Concelho de Aveiro, Sr. Presidente da Câmara: é que é óbvia e notória a falta de segurança em todas as escolas; na maior parte das escolas, não falo de todas, porque também não as conheço todas, mas daquelas que conheço, é óbvia e notória a falta de segurança a todos os níveis, nas escolas do Ensino Básico. A ordem de trabalhos, permite-nos mais à frente voltarmos a esse assunto.*

*Quanto ao saneamento; isto está a generalizar-se: S.ta Joana, agora Aradas. Desculpe-me e permita-me a expressão, mas o saneamento em Aveiro começa a “cheirar mal”. E como diz aqui o meu colega Manuel Coimbra: “isto já é uma questão de vontade política”. O Sr. quer ou não quer. Sr. Presidente ... queira!! Resolva a questão.*

*Agora para acabar a minha intervenção, uma pequena referência: na passagem de mais um aniversário, do quinquagésimo aniversário da declaração universal dos direitos do Homem. Eu tenho aqui em meu poder, este livro, que foi publicado há vinte anos - em 1978, que diz ... é Constituição da República Portuguesa e Declaração Universal dos Direitos do Homem, edição especial com índice elaborado por Carlos Candal.*

*Esta foi a segunda versão oficial, publicada em português, traduzida para português, publicada no nosso País, pelo nosso ilustre Presidente da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu não começava dizendo que a hora já vai adiantada, eu começava dizendo que estamos ainda em bom ritmo de trabalho e espero de alguma forma poder contribuir, para que esta Sessão de trabalho da Assembleia, seja ainda mais produtiva, passe a imodéstia.*

*E começava também dizendo que por ser final de ano, por ser a última reunião ordinária da Assembleia Municipal neste ano de 1998, se impõe talvez tocar dois ou três pontos, aflorar ainda que ao de leve, porque de aflorar se trata, não de desflorar, ainda que ao de leve, dois ou três pontos, que cortaram transversalmente a Sociedade Portuguesa em geral e a Sociedade Aveirense em particular, e em particular pela resposta que esta Sociedade Aveirense deu a estes temas lançados. E falo por exemplo, no referendo ao aborto; que abortou aquilo que era uma proposta de lei dos jovens Socialistas e dos jovens Comunistas e que claramente os outros todos jovens Portugueses e menos jovens, inclusivamente os de Aveiro, disseram, aqueles que se deram ao trabalho de dar alguma importância, a essa proposta de lei, disseram NÃO e muito bem dito. Esta foi (utilizando palavras do meu colega de bancada, Dr. Capão Filipe) a primeira grande resposta ao bloco de esquerda no seu mais puro estado de cristalinização se calhar.*

*Depois veio a Regionalização, há bem pouco tempo. Proposta de lei que era um vector essencial, deste e não de outro, deste Governo Socialista. Esta proposta de lei, que todos nós discutimos amplamente, que todos nós estudámos, sobre a qual todos nós nos debruçámos e emitimos opiniões, uma mais certas outras menos certas, uma mais erradas outras menos erradas. Esta proposta de lei, repito vector essencial naquilo que o Primeiro Ministro e o Governo Socialista diziam ser o prosseguir de um projecto para Portugal, esta proposta de lei, meus senhores, o País respondeu como respondeu, Aveiro respondeu ainda com mais força que o resto do País e isto é se calhar um espinho encravado, em algumas gargantas. E isto é se calhar, uma pedra nalguns dos sapatos que aqui tão levemente, hoje se tentaram descalçar. Porque quando se aflora, porque de desflorar não se tratou, porque não conseguiram.*

*Quando se aflora o tema da Aliança Democrática, meus Senhores, a Aliança Democrática está a nascer e eu farei parte dela, com todo o orgulho; como fiz parte de outros projectos. Está a nascer! E vai nascer com um projecto credível; esperem e verão. E vai nascer com gente credível, a servir esse projecto credível, essa alternativa de poder para Portugal. E esperem e verão.*

*E não me venham hoje, dia 28 de Dezembro de 1998, quando temos um plano de actividades de 12 milhões de contos para aprovar ou não pela frente. Dizer que esta Alternativa Democrática, “é uma Aliança contra-natura”; que esta Alternativa Democrática, “é o poder pelo poder”; e mais ainda, que esta Alternativa Democrática, “é um divórcio de projecto”! Meus Senhores, Regionalização vector essencial do Governo Socialista, chumbado com oitenta por cento de votos contra. E vêm-me dizer que a Alternativa Democrática, que está a nascer consolidada num projecto credível, é um divórcio de projecto!*

*Divórcio de projecto é não ter tido a consciência de que aquilo que se pensava ser um projecto futuro para a Sociedade Portuguesa, já era, no intimo da maioria dos cidadãos deste País: o aborto, para falar do primeiro referendo. E falem-me outra vez de divórcio de projectos. E falem-me na reforma do sistema educativo. E falem-me na reforma do sistema de saúde, onde a cada passo se descobrem buracos de oitenta milhões de contos, não comunicados oficialmente. E falem-me em divórcio de projecto, de um projecto que está a nascer, que está a nascer com os olhos virados para a Sociedade Portuguesa, que nós futura Alternativa Democrática, temos a certeza e temos a obrigação de liderar para que então sim, se acabem com estas dissonâncias realidades, entre aquilo que o Partido Socialista, hoje no Governo, pretende para Portugal, e aquilo que efectivamente no papel o Povo Português não quis que o Governo Socialista implementasse. Isto sim, é aquilo que nós achamos ser o monumental divórcio do projecto desde que o Partido Socialista ganhou as eleições legislativas.*

*Continuava passando por S. Jacinto. Todos já passámos e eu passava também. Também lá fui de noite, também lá fui de dia; também lá comi fêveras e sardinhas assadas e essas coisas todas. Passava dizendo que nós Partido Popular, na parte que nos toca, temos por um lado a consciência do dever cumprido, porque promovemos aquilo que foi esclarecimento da opinião pública. Temos por outro lado, o dever de consciência, de ser os fiscais, de ser os garantes, de que esta vitória do Partido Socialista, para além de significar o carinho do Povo de S. Jacinto para com o Partido Socialista, dizia: temos o dever e o garante de que mais esta vitória, não mais regalias, porque eu sei que se calhar não é disso que se trata em S. Jacinto, trás mais obrigação de fazer mais obra, obra que aquela gente a muitos anos e com algumas culpas da nossa parte também, verdade seja dita e cara à cara com todos, aquela gente há muito tempo precisava. E falo de quê? Falo da Frente Ria de S. Jacinto, que esta Câmara Socialista fez o favor de retirar do Plano de Actividades, que depois reformulou e que esta Assembleia aprovou. Estavam lá! Estava lá aberta a verba ao Plano de Pormenor da Frente Ria, e essa verba foi retirada. Pode ser que seja nesse próprio, mas estava lá. Falo por exemplo, não falo de pontes, perdoem-me a bancada do PSD, porque meus Senhores eu tenho uma consciência que se calhar mesquinha, que se calhar não me levará muito longe, mas tenho a consciência de que com este Poder Central Socialista, nunca na vida, nunca em nenhum mandato, de nenhum Governo Socialista, deste inclusivamente, algum Primeiro Ministro, ou algum Ministro Cravinho, algum outro Ministro qualquer, lançasse uma obra de três milhões de contos, para ligar uma Cidade de cinquenta mil habitantes, a uma Freguesia de seiscentos. Tenho a certeza de que isso não iria acontecer e portanto, prefiro entrar por outro lado e prefiro dizer que ao alcance desta Câmara deste Concelho, desta Assembleia Municipal estão propostas mais realistas, neste momento, com esta enquadrante política, estão propostas mais facilmente conseguidas, já discutidas e propostas por nós até, ao executivo do CDS Partido Popular, no último mandato autárquico, como sendo, e perdoe-me o Eng.º Canas que me está a ouvir, a municipalização dos transportes na Ria. É ponto de honra para nós, Partido Popular, que os transportes na Ria têm que ser pagos por todos os Municípios Aveirenses, tal qual são os transportes para nariz, os transportes para Oliveirinha, os transportes para Requeixo, os transportes para qualquer freguesia deste Concelho. Não é justo de maneira nenhuma, que por estarem mais longe, aquelas pessoas tenham que ser mais discriminadas. Que esta Câmara pode fazer também; colocar uma lancha a vir directa ao Canal Central; com horários mais regulares, pode fazê-lo e tem obrigação de o fazer e se for deficitária a exploração dessa lancha tem obrigação de suportar esses custos, como suporta, volto a repetir os transportes para as outras Freguesias do Concelho, que também são deficitários em alguns casos e todos nós sabemos muito bem. Estas são medidas antes da Ponte, um dia poderá ser o futuro, mas exequíveis no imediato, alcançáveis já amanhã, depois de amanhã.*

*Assim, o novo executivo da Junta de Freguesia de S. Jacinto, consiga tão boas relações e tão cordiais relações, com o Executivo Socialista ou independente/Socialista da Câmara Municipal*

*de Aveiro, como este Executivo da Câmara Municipal de Aveiro as consegue manter com o Poder Central. Para S. Jacinto, aqui deixo ficar aquele que foi o nosso lema de campanha e será o nosso lema até ao fim: “Aveiro é de S. Jacinto; S. Jacinto é de Aveiro.”*

*Terminava com quatro assuntos muito rápidos e que nos abrem as portas, para o ano de 99: o primeiro é dizer que estamos, todos nós, conscientes que vamos ter em mãos um documento, um documento revisto e alterado, portanto, já há dois documentos; pelo menos já temos uma base de comparação, entre aquilo que foi e aquilo que já é com a primeira corrigenda e que se calhar vai ser, com a terceira corrigenda ou com a segunda. Mas, temos em mãos um Plano de Actividades; para discutir, para aprovar. Há urgência em que isso seja feito? Há urgência em descarregarmos nós, as nossas falsas culpas, os nossos falsos testemunhos de modéstia? E eu por mim falo. É com este Plano de Actividades, que eu e a bancada do Partido Popular, descarregaremos aquilo que foi o espiar de algumas responsabilidades, que fizemos até agora. Fizemos por obrigação para com o Povo Aveirense, que quis um Executivo Socialista, capitaneado por um independente à frente dos destinos da Câmara Municipal de Aveiro. Mas acabou! E hoje aqui solenemente e perante a opinião pública digo: a bancada do Partido Popular, de hoje em diante, entrará de cabeça levantada no ano de 99 e entrará de espírito aberto em 99, a apreciar o que nos é posto em cima da mesa, com a qualidade e com a quantidade de templo, que aquilo que nos é posto em cima da mesa, merece que lhe seja dispensada.*

*Quatro questões directas ao Sr. Presidente da Câmara: a primeira em relação ao saneamento, não é a primeira nem a segunda vez, que aqui se deslocam munícipes a tentar lutar pelos seus próprios interesses. E em relação ao saneamento, Sr. Presidente da Câmara, seus Serviços Municipalizados, entidades com responsabilidades nesta matéria, apenas uma palavra - equidade. E equidade é: tratar de forma igual, aquilo que é igual e de forma diferente, aquilo que é diferente. Equidade é o que neste momento se exige, em relação às situações que passam em Aradas, que acontecem em S.ta Joana, que podem vir a ser descobertas em Oliveirinha, em S. Bernardo, em Cacia, em qualquer freguesia deste Concelho. Equidade e justiça social, critérios objectivos, não interpretações subjectivas, não formas de pressão de qualquer teor sobre esta gente, que se dá ao trabalho de aqui vir e de aguentar até estas horas, a pedir única e simplesmente isto: que seja feita justiça.*

*Renault Cacia; apenas para dizer que acho que a Câmara se deve empenhar pelo menos na auscultação e na sensibilização do Poder Central, para este problema e para dizer às pessoas que aqui vieram, que nós bancada do Partido Popular, a partir de hoje, tomaremos esta vossa resolução como uma resolução nossa e faremos questão de a agendar para ser discutida na próxima Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal. Esperemos que aí, já com o contributo esclarecedor do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.*

*Escolas da Vera Cruz; para mim são escolas. Eu também tenho a medalha e o diploma da Escola das Meninas, eu andei na Escola das Meninas, a minha professora foi a D. Júlia, a professora do meu irmão foi a D. Emília, creio eu, irmã da D. Letinha, professora hoje em dia na Escola dos Meninos. Eu não parti a cabeça nenhuma vez, mas o meu irmão partiu-a três, na Estátua dos Bombeiros onde antigamente se calhar era a Escola dos Meninos; mas quer dizer: é fundamental dizer que não há condições naquela Escola, hoje em dia não há condições naquela Escola. Não há! E é hipócrita dizer-se, que se vai esperar por uma ou por outra. É urgente saber e decidir e pensar, que as crianças, os nossos filhos estão primeiro de que quaisquer guerras, de que quaisquer titubeações, de que quaisquer tergiversações, para utilizar um termo caro ao nosso Presidente da Câmara, do que quaisquer ofícios contraditórios. É preciso dizer; eu por exemplo digo: eu tenho duas filhas, se elas tivessem idade de ir para a escola primária, tudo faria, para que não fossem para a Escola do Adro. Por todo o respeito que tenho pela Escola do Adro, neste momento, eu não punha as minhas filhas lá. E creio que isto é aquilo que tenho a dizer sobre esta Escola.*



*E terminava com um assunto muito mais delicado e para o qual eu chamo a vossa atenção. Que é: as assessorias da Câmara Municipal de Aveiro. E este assunto foi-me despoletado no meu subconsciente, quer dizer no subconsciente não, no consciente, no subconsciente nem nós conseguimos controlar, mas conscientemente despoletado por uma notícia vinda a público na quarta-feira dia 23 de Dezembro, dois dias antes do Natal, sobre as dívidas de milhares que o Mundial de Kayak-Pólo deixou em Aveiro. Foram vinte mil. São vinte mil, neste momento. Vinte mil, quando foi aqui dito, por este Presidente da Câmara que é o nosso, que o Mundial de Kayak-Pólo a esta Câmara custaria quinze mil contos! No dia 23 de Dezembro de 98, o Assessor do Sr. Presidente para a organização deste Mundial, vem dizer que a Câmara já gastou, trinta e cinco mil contos. Trinta e cinco mil contos, quando dois ou três meses antes, aqui foi dito que a Câmara gastaria quinze mil e que com sorte, o Campeonato do Mundo de Kayak-Pólo ainda daria lucro. Com sorte!? - Digo eu: com muita sorte!? Porque até este momento, aquilo que era uma despesa de quinze mil, já são trinta e cinco mil e ainda há vinte mil para pagar; com os tribunais à porta; com tudo à porta e com o Assessor do Sr. Presidente da Câmara, que responde para os jornais a dizer que não é da responsabilidade da Câmara.*

*Com todo o mérito que lhe possa reconhecer na organização deste evento, previno-o Sr. Presidente da Câmara, de que se aproxima até o Campeonato do Mundo de Basquetebol Júnior, para o qual o Senhor vai querer fazer obras ali no Pavilhão dos Galitos; se formos por este caminho, digo-lhe já que nós chumbamos as obras no Pavilhão dos Galitos. Enquanto não nos explicarem porque é que esta Assessoria foi contratada para organizar este Mundial, deixou um prejuízo à Câmara de Aveiro, para já, de vinte mil contos.*

*E por falar em assessorias, falava do Sr. Assessor Gonçalves; creio que é economista. Ou o Sr. Assessor Dr. Gonçalves, passo-lhe o respeito, que creio que é economista. E foi levantada uma lebre, por um Vereador do Partido Popular na Câmara Municipal de Aveiro, que a mim me deixou extremamente perplexo. E essa lebre foi levantada, quando por uma acaso ou talvez não, se tomou consciência da folha de pagamentos, inclusivamente desse Senhor Assessor Dr. Gonçalves, onde constavam seiscentos e vinte e qualquer coisa contos, mês. Quando em finais de Fevereiro, quando instado e questionado sobre este assunto, inclusivamente pelo meu colega de bancada, o Dr. Jorge Nascimento e está em acta e é facilmente comprovável; o Sr. Presidente da Câmara até se atreveu a desmentir, o jornal "Público", que dizia na altura, que o Sr. Assessor Gonçalves, ganhava quinhentos e sessenta contos e o Sr. Presidente da Câmara afirmou aqui alto e bom som e nenhum de nós pode negar e está na acta, que o Sr. Assessor Gonçalves ganhava quinhentos contos ilíquidos. E o Sr. Assessor Gonçalves, vem-se a descobrir ao fim de meses que ganha seiscentos e vinte e tal contos ilíquidos, líquidos, não me interessa. Interessa-me os desfazamento de verbas e interessa-me que se este assunto não for cabalmente esclarecido, pode perpassar pela mente de todos nós, um acto de má fé. Pode perpassar pela mente de todos nós, algo cozinhado. E para que não perpassasse e por falar em cozinhados, eu exijo, com todo o respeito, mas exijo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que me explique algumas questões concretas em relação a este assunto: primeiro; de que gaveta, de que empresa, de que arquivo de currículos ou curriculum, como entenderem, mas penso que já se pode dizer currículos, saiu o currículo da senhora que foi comparado com o do Sr. Gonçalves; de que empresa saiu este currículo? Onde é que estava? Eu sei, Sr. Presidente! Se o Sr. Presidente não diz, digo eu! Eu sei! Diga-me quem é que lhe entregou esse currículo, para ser comparado com o dele próprio, na mão. Diga-nos quanto é que essa senhora, qualificada ou não para o lugar, não interessa, apresentou como proposta remuneratória e quanto é que o detentor do currículo, que afinal foi o aprovado, apresentou ele próprio como proposta remuneratória. Diga-nos?*

*Diga-nos também, se é verdade ou não, que esta remuneração, eu quase que ousava dizer - ofensiva para quem trabalha, é uma remuneração a meio tempo, meus Senhores! Esta de seiscentos e vinte e tal contos, é uma assessoria a meio tempo, meus Senhores!! E é uma*

*assessoria que foi contratada para pôr de pé o novo Organigrama da Câmara; promover a reestruturação dos Serviços da Câmara: onde é que ela está? Não está! Com qualidade, com exequibilidade, com força. Não está! E ainda hoje o Sr. Presidente da Câmara se queixava e bem, de problemas burocráticos, que perpassam e atravessam esta Câmara.*

*Mas eu lembro que foi contratado um Assessor, a quem pagam seiscentos e muitos contos por mês ou seiscentos e algo, para promover esta remodelação e ela não existe. Eu lembro que este senhor também tem formação em economia e portanto, sendo um Assessor pessoal do Sr. Presidente, terá algumas responsabilidades no assunto. Não sei se faz triagem, se não faz, deixaram passar, o que a mim me faz uma confusão atroz, já fez na altura e calei-me, e hoje não calo mais. A proposta de contribuição autárquica para este ano, veio fundamentada como todos nós sabemos, num Decreto Lei revogado há três anos. Três anos!! E há um Assessor pessoal do Sr. Presidente da Câmara, que por acaso é formado em economia e por acaso tem obrigação de fazer triagem a estas coisas que deixou passar. Uma proposta que a Câmara teve de passar pela vergonha de retirar. Se não foi responsabilidade dele, de alguém foi! Mas se é Assessor, alguma coisa teria que ter feito. Lembro-vos também, que o documento que vamos analisar, numa próxima reunião desta Sessão - Plano de Actividades e Orçamento, já teve uma primeira corrigenda, vinha com erros nas contas! Erros nas contas. E lembro-vos também, que se gastaram até hoje quase sete mil contos com um Assessor, que por acaso é formado em economia e por acaso ainda não consegui descobrir o que é que ali anda a fazer. E se hoje não me for aqui explicado, a mim e a todos, peço perdão pelo abuso: como é que apareceu o currículo que foi comparado com o Sr. Dr. Gonçalves; a que empresa ou que portefólio de currículo se foi buscar esse currículo; qual a proposta económica da senhora detentora desse currículo. Se aqui não for explicado, eu não terei outra alternativa em nome da bancada do Partido Popular, senão pedir ao Sr. Presidente da Câmara, que de uma forma singela e com o nosso apoio, faça sentir ao Sr. Assessor Gonçalves que já não é digno de merecer a confiança desta Assembleia Municipal, porque envolto em mentiras está todo este processo; envolto em neblinas esquisitas está todo este processo e eu sempre tive a certeza, que desta neblina, nunca sairia um D. Sebastião, aquilo que nos saiu foi o Assessor Gonçalves. Muito obrigado.”*

Entretanto saíram da sala os vogais, Lucas Amaro Rodrigues e Manuel Branco Pontes.

Presidente da Mesa:

*“Há um problema que eu queria pôr: o Diogo Soares Machado, diz que sobre o problema da Renault, o seu Grupo agendaria ...; bem, passando pela falta de rigor, de que os Grupos não agendam Ordem do Dia; regimentalmente é assim.*

*Para além disso, o Sr. António Salavessa já disse que retomaria o tema da Renault, se a Mesa não o tomasse por si. Bem, a Mesa Instituto não pode; a Mesa Colectivo não pode tomar.*

*Eu propunha uma solução, que abordo agora, antes do Presidente da Câmara intervir. Eu propunha ... parece que houve consenso de que é um tema de grande relevância social, política, económica, de bairrismo também, acerca do qual a Assembleia “per si”, pouco pode fazer.*

*Então eu propunha que informalmente, a Assembleia assumisse esta dupla perspectiva: encarregar ou solicitar, ao Presidente da Câmara que é o representante exterior do Município, que agi-se junto do Governo, na medida do possível, para fazer o ponto da situação e da evolução deste assunto, tão delicado; primeiro aspecto. Segundo aspecto; encarregasse a Mesa ou a mim próprio de fazer um contacto com o Governador Civil, na mesma perspectiva; mais do que isso, pode ser muito mediático. Mas não vejo que possa ter mais eficácia do que esta dupla intervenção possível. De todo o modo, esta resolução, que seria aceite provavelmente, porque apesar de ser no Período de Antes da Ordem do Dia, provavelmente haveria unanimidade em admitir o tema a votação. E apesar das resoluções ou das moções, relevarem nas suas conclusões, no aspecto deliberativo, tem considerandos de muito discutíveis.*

*Bem, em suma, o que eu queria propor é que a Assembleia, do modo que melhor entendesse, sob o tema Renault, por consenso, encarregasse ou solicitasse ao Presidente da Câmara, que em nome do Município, fizesse as diligências, as “demarches” junto dos órgãos do Governo próprios, que entendesse pertinentes. E que encarregasse a Mesa ou o seu Presidente, de contactar o Governador Civil de Aveiro no mesmo sentido.*

*Se assim não quiserem, outras soluções se podem pré-figurar, mas era esta a minha proposta. Se houver consenso muito bem, se não houver consenso também muito bem. Não sei se alguém se quer pronunciar sobre isso.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Em nome da bancada do Partido Popular, aderimos à sua proposta, lamentando que ela pecasse, por ligeiramente tardia, nos trabalhos desta Assembleia. Eu em nome da bancada, assumi esta proposta, como nossa e assumi o agendamento para a próxima reunião ordinária. Em nome da bancada também, entrego esta proposta, que já fizemos nossa ao Sr. Presidente da Mesa e faça dela aquilo que bem entende, porque entende está bem entendido.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, a questão que é colocada pelo Sr. Presidente causa-me algum embaraço, porque quem apresentou a proposta, não pode intervir, quem levantou o problema, não pode intervir e de alguma forma, custa-me que uma sugestão que seja feita à Assembleia, por uma estrutura ou por alguém que pertence a uma estrutura representativa dos trabalhadores, que visava intervir num determinado sentido, que seja entendida de outra forma e que os caminhos, que aqui sejam decididos, sejam diferentes daqueles que nos são ou que nos foram propostos por quem levantou o problema.*

*Depois, a proposta que o Sr. Presidente da Assembleia faz, carece pelo menos de uma questão, que é a da anuência expressa, do Sr. Presidente da Câmara, em proceder a essas “demarches”, porque, quanto à posição do Sr. Presidente da Mesa poder intervir junto do Governo Civil, parece-me que já está esclarecida “per si”.*

*Permitia-me Sr. Presidente, acrescentar o seguinte: eu acredito que o que mais interessa, é resolver o problema. A mediatização está feita; a colocação do problema no Período de Antes da Ordem do Dia, por um membro da Comissão de Trabalhadores, nesta Câmara, certamente que terá reflexos nos órgãos de comunicação social; devemos ter alguma preocupação de eficácia. Eu admito, não me custa admitir, que a representação institucional da Assembleia através do seu Presidente e a representação da Câmara através do seu Presidente, possam contribuir para pressionar nesta fase ou para contribuir para a resolução do problema ou para a clarificação pelo menos.*

*Nós temos uma Sessão Ordinária em Fevereiro, eu permito-me ou sou capaz de esperar até Fevereiro, pelos resultados dessas “demarches”, e pela informação que certamente será trazida a esta Assembleia em resultado dessas “demarches”, antes de poder através do uso dos meus direitos, apresentar uma resolução, uma proposta de resolução de teor semelhante àquela que foi aqui apresentada. Portanto, não sendo o caminho preferido, estou de acordo, com o estabelecimento de um consenso na base da proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Isto é claro, se o Sr. Presidente da Câmara manifestar essa intenção, de no exercício das suas competências poder traduzir esta preocupação junto dos órgãos do Poder Central.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“Bem, eu faço minhas as palavras do líder de bancada Diogo Soares Machado e também do Sr. Salavessa. Mas acrescentaria o seguinte: os membros desta Assembleia, têm os seus partidos políticos, e é dever dos nossos parlamentares, interferir também sobre este assunto. De maneira que nós não abdicaremos, nunca, e até fazia votos que os outros partidos fizessem do mesmo*

*modo, da intervenção dos parlamentares. E depois recolhida a informação, trazida como se espera pelo Sr. Presidente da Câmara e recolhida a informação que o Sr. Presidente da Mesa trouxe também, confrontada com a nossa, se verá da oportunidade na próxima Sessão Ordinária de agendar ou não, o tema para uma outra Sessão. De qualquer maneira, é preciso que os partidos trabalhem também nisso, isto é um tema nacional, e merecerá de certo a atenção dos representantes dos partidos políticos no Parlamento.”*

Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Carvalho Arroiteia:

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Só para dizermos que depois do que ouvimos, nos parece bastante aceitável e pertinente a proposta do Sr. Presidente, na medida em que de alguma forma e representando um certo sentimento político desta Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia o poderá manifestar ao Sr. Governador Civil. Por outro lado, haverá certos aspectos de pormenor e talvez técnicos cuja evolução deverá ser acompanhada pelo Presidente da Câmara, no sentido de verificar qual é o ponto da situação e qual será a atitude mais pertinente a tomar. E também aí, solicitaria que fossemos informados, porque se forem necessárias também atitudes de natureza política, nos competirá não só dentro desta Assembleia tomá-la, mas e muito bem, e como diz a bancada do PP, utilizar outros meios, nomeadamente, a nível nacional, da própria Assembleia da República, através dos deputados dos partidos que aqui estão também representados.*

*Portanto, da nossa parte aquiescência, em resumo, à proposta do Sr. Presidente da Assembleia.”*

Entretanto saiu da sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira:

Presidente da Mesa:

*“Bem, não havendo mais inscritos sobre isto ficaremos a aguardar, com uma aprovação meramente perfunctória, a aguardar a intervenção do Presidente da Câmara.*

*Agora temos um problema de agendamento ou de procedimento dos trabalhos. O Presidente da Câmara, pelos vistos quer intervir já. Mas já é uma hora menos dez, hora avançada, porque já há quem fume... Vamos ouvir o Presidente da Câmara?*

*Então vão no entretanto pensando, se faz favor, quando é que os trabalhos continuam; se é amanhã e a que horas; se é na quarta-feira e a que horas ou daqui a um bocado e a que horas, havendo interesse em que pelo menos um dos pontos da Ordem de Trabalhos seja ultimado ainda este ano, concretamente, o problema da Contribuição Autárquica; havendo uma proposta, um pedido da Câmara, no sentido de ser alterada a Ordem dos Trabalhos, passando a Contribuição Autárquica, para n.º 2, imediatamente a seguir à Comunicação Escrita do Presidente da Câmara. Vão pensando nisso, entretanto dou a palavra, exactamente ao Dr. Alberto Souto, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Aveiro.”*

Presidente da Câmara:

*“Sr. Presidente muito obrigado. Antes de mais gostava também de cumprimentar os Srs. Múncipes presentes, o debate está a ser interessante e as pessoas continuam a assistir ao debate e eu queria congratular-me com a vossa presença e esperar que ela possa acontecer mais vezes. É nestes momentos em que a Assembleia Municipal que é um órgão representativo se vê rodeada, interpelada pelos Cidadãos, pelos Múncipes que não são eleitos locais, mas que estão a exercer uma forma de democracia directa, de participar nela directamente, através dos locais apropriados e das Sedes instituídas para isso que a democracia mais se exalta e mais se aprende e portanto eu estou muito satisfeito, pelas formas como os trabalhos têm estado a*

*decorrer. Penso que têm sido muito pedagógicos.*

*Como puderam constatar houve aqui intervenções veementes, originais, construtivas e críticas. O Sr. Diogo Machado terminou de facto a sua intervenção de uma forma veemente e interpelando-me directamente sobre um assunto aparentemente delicado e portanto, era sobre a intervenção dele que gostava de começar. Desde logo para recordar em relação a S. Jacinto, que o Plano de Pormenor que diz que nós deixámos cair e que abandonámos o projecto da muralha, isso não corresponde à verdade. A única coisa que nós fizemos foi integrar os estudos de recuperação da muralha de S. Jacinto, no Plano de Urbanização de S. Jacinto, como sabe é diferente do Plano de Urbanização da Cidade e portanto, a recuperação da muralha não está só a ser estudada no Plano de Urbanização de S. Jacinto, está mesmo já o projecto específico dessa parte, pronto e concluído, e foi enviado já para o novo responsável do Instituto Marítimo Portuário, para que se encontrem os financiamentos que há tantos anos aquelas populações aguardam, para que a obra se possa fazer. Portanto, vai ser promessa cumprida, a muralha vai ser recuperada brevemente e os trapiches e as pequenas protecções, quer para pescadores, quer para barcos de recreio; como sabem neste momento é difícil, estacionar um barco em S. Jacinto, vão aparecer nos próximos tempos, é uma garantia que me deram e é uma garantia que eu quero transmitir a esta Assembleia, espero que daqui a uns tempos todos nós possamos estar a regozijarmos com isso.*

*Depois a questão da lancha; eu também acho e isto já agora um pequeno parêntesis em relação à Ponte; nunca me ouviu Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, nem nenhuma das pessoas que hoje se referiram a isso, nunca ninguém me ouviu dizer, que eu era contra a Ponte. Ninguém! Se pensarem bem, se forem rigorosos, nunca ninguém me ouviu dizer isso.*

*A única coisa que eu disse, é que era contra pontes que apareciam em véspera de eleições. Isso tenho algumas dúvidas e suspeitas. E mais: e disse que a solução melhor nesta fase, é uma solução de “ferry-boat”, que permite de facto resolver algum problema de acessibilidade e que já introduz um movimento que é muito importante, para a economia local de S. Jacinto. Porque uma Ponte deve ser devidamente estudada, vocês têm um traçado, eu acho que outros traçados alternativos devem ser estudados, para que hajam termos comparativos e se verifique qual deles é o melhor e o menos agressivo em termos ambientais; é preciso que o Plano de Urbanização de S. Jacinto esteja aprovado, para se saber designadamente onde é que a Ponte vai desembocar; que impactos é que ela vai provocar em termos de cargas automóveis, que consequências é que ela vai ter na Reserva Natural de S. Jacinto, tudo isso gostaríamos de ter ouvido, mas não é na véspera de uma eleição, francamente! Parece-me, escuso-me de qualificar, mas parece-me uma Ponte muito política e com estudos a menos.*

*Portanto, a Ponte a seu tempo. Deve ser estudada e eu nunca politizarei um projecto ao qual reconheça virtualidades para servir os interesses de Aveiro.*

*Também estou de acordo com o Diogo Machado quando ele diz; aliás foi bandeira de campanha, nossa e temos essa filosofia; achamos que S. Jacinto não é menos Freguesia do que as outras e portanto, tem direito a ter transportes municipais, fluviais ou marítimos como é o caso, mesmo que eles dêem prejuízo. E portanto, estamos apostados e aprovámos mesmo já em Câmara o principio da municipalização dos transportes, que passa justamente por conseguir desenvolver carreiras para S. Jacinto, que sirvam os interesses das populações. Não é fácil como sabe, porque já quase nem há homens para fazer esse serviço, mas vamos e inscrevemos verba este ano no orçamento, para esse efeito. Já se perdeu muito tempo e portanto, os “Ferry-Boat”, talvez se possa começar a pensar neles este ano e venham a ser uma realidade a curto prazo. Já há preços e orçamentos e até já estão os cais de acostagem projectados, para substituir aqueles que lá estão. Portanto o trabalho está no terreno.*

*Depois a questão do saneamento. A questão do saneamento e eu aproveito, para falar em geral sobre a questão do saneamento, porque foi um tema comum a várias intervenções.*

*Como sabem, isto já foi aqui focado numa outra Assembleia, das trezentas e cinco Câmaras do*

*País, apenas uma, que é Beja, é que não cobra o custo dos ramais de ligação do saneamento aos particulares. Uma Câmara! E portanto desde já eu vos peço, para com esse dado relativizarem melhor aquilo que estamos a falar. Mas vamos mais: a Câmara de Aveiro, que de facto podia, pura e simplesmente, ter-se livrado do problema e não ter tentado encontrar nenhuma solução, através dos nossos Serviços e perante da facto as necessidades, que nós entendemos que são reais, que algumas famílias estão a sentir no pagamento do ramal de ligação, que criámos um sistema de isenções de taxas, que foi aqui discutido, foi melhorado na Câmara, foi aqui melhorado e foi aprovado. E portanto neste momento as pessoas que estejam abrangidas pelo rendimento mínimo garantido, que vivam exclusivamente da reforma, cujos projectos foram aprovados sem que nessa altura tivessem sido exigidos os projectos, as bombagens e os sistemas de ligação aos sistemas de saneamento, todas essas pessoas estão isentas.*

*Bom, depois eu chamo ainda mais à atenção de toda a Assembleia e de todos aqueles que estão a ouvir: a taxa de ramal do saneamento, só se paga uma vez na vida. Que é quando o saneamento chega à rua, ou quando a casa nova se faz. Estamos a falar de oitenta e tal contos, oitenta e quatro, oitenta e dois, no caso do Município de Aveiro, que se paga uma vez na vida. Mais ainda, os Serviços tiveram o cuidado de admitir, que esses oitenta e dois contos, oitenta e quatro contos que se pagam uma vez na vida, se paguem em prestações durante um ano. Bom, se mesmo assim há dificuldades e eu admito que sim, mesmo assim há dificuldades para pessoas, há os sistemas de isenção de todos que vos foquei há pouco.*

*Portanto, certamente que há algumas situações ... o Sr. Deputado Salavessa, encontrou algumas que podiam ser afinadas, mas a vontade de isentar essas situações foi clara, esta Assembleia não teve dificuldade em aprovar isso.*

*Não sei o que é que estamos a assistir agora; ou estamos a assistir, quando agora me aparecem novos movimentos, de contestação destas taxas, das duas uma; ou as pessoas não querem o saneamento, ou estão mal informadas porque não lhes transmitem tudo aquilo que eu agora estou a dizer e que foi transmitido a toda a gente. Porque senão relativizariam melhor a situação e estou convencido que a contestação seria francamente diferente, como entendo que tem de ser. O que é que aconteceu? E aí sim, as pessoas têm razão e os nossos Serviços já foram chamados à pedra e tem que reconhecer, que houve ali uma falha: é que entre a data da aprovação na Assembleia e a data em que foi para publicação no Diário da República, tratava-se de alterar um regulamento desta Assembleia, convém lembrá-lo, e isso também demorou algum tempo, decorreu tempo que é sempre excessivo para quem tem que pagar, é evidente. E portanto, os nossos Serviços, foram confrontados com situações em que não sabiam o que fazer; deram respostas às pessoas que se calhar não eram as respostas que as pessoas estavam a querer ouvir, porque já tinham visto nos jornais que estavam isentas e houve de facto aqui umas semanas em que não prestámos um bom serviço público a essas pessoas, porque as pessoas já sabiam que estavam isentas e ainda não estavam a ser isentadas. Em todo o caso, também sei que os Serviços em nenhum caso desses, executaram o que se deveria ter feito, portanto guardaram os protestos e as facturas das pessoas e as execuções não se seguiram, justamente há espera que a publicação saia no Diário da República e que tudo passe a ficar em conformidade.*

*Portanto penso que é só falta de informação e que não há razão objectiva nenhuma neste momento para que se vá mais longe nesta matéria.*

*Bom, depois outra questão, a questão do Kayak-Pólo. O Diogo Machado, leu bem a noticia, mas também deve ter lido o seguinte; é que diz lá ao lado ou diz antes até: que a única quantia que está por pagar, é da Federação de Canoagem. Diz ou não diz?*

*Pronto; mas é importante termos presente a noticia completa por isto: é que de facto a Câmara de Aveiro, honrou os seus compromissos, pagou a sua parte e depois há uma verba da Federação de Canoagem que ficou por pagar porque havia um problema na Federação Portuguesa de Canoagem, que impedia que o subsidio correspondente fosse atribuído e tenho a*

*informação que chegou hoje, por coincidência chegou hoje, que finalmente está desbloqueado o problema e que a Federação de Canoagem vai receber, vinte sete mil contos, que lhe vai permitir honrar todas as dívidas.”*

Vogal Diogo Machado:

*“Desculpe! O que eu disse foi que de um orçamento de cinquenta mil contos, cujo compromisso da Câmara eram quinze mil, a Câmara até à data já pagou trinta mil. Eu até louvo a Câmara que honrou os seus compromissos e os compromissos de outros; quando o Sr. Presidente nos tinha dito aqui que iria gastar quinze mil contos.”*

Presidente da Câmara:

*“É provável que sim, que eu tenha dito isso. E não tendo presente os números, é provável que esses quinze mil suplementares que a Câmara pagou, correspondam a obras suplementares que foram feitas e que foi necessário fazer; mas posso rever isso.*

*Agora o que eu queria frisar era isto: é que de facto as pessoas estavam a queixar-se não era por falta de pagamento da Câmara; é que a Federação Portuguesa de Canoagem não tinha pago um centavo da sua parte. Bom, isso vai ser pago e esse problema vai estar resolvido também.*

*Depois o empenho da Câmara no caso de Cacia e da Renault. Eu já tive um encontro com o responsável da Renault, em Aveiro; estou obviamente disponível para poder fazer o que for possível no sentido de que se criem condições para que a fábrica não saia de Aveiro, e vou estar muito atento ao processo; é a única coisa que posso dizer. Posso dizer também que por parte da Câmara de Aveiro, obviamente, serão dadas todas as facilidades e não será criado nenhum obstáculo que possa servir de pretexto para que a fábrica possa ser retirada dali.*

*Depois as assessorias da Câmara de Aveiro e o caso do Dr. Gonçalves que eu acho aliás desagradável ser tratado aqui neste contexto e com estes contornos, como se estivéssemos a tratar de alguma coisa muito estranha.*

*Eu devo dizer que também fiquei surpreendido quando vi na folha de pagamentos, os seiscentos e tal contos que referiu; mas deixe-me explicar: eu quando fico surpreendido tento compreender as coisas; em vez de pegar nisso e vir aqui para a Assembleia Municipal e aí vai disto: o homem está a ganhar muito mais do que aquilo que nos disse.*

*A explicação que os Serviços me deram, é que aos quinhentos e tal contos, que toda a gente sabia que ele ganhava, os Serviços têm que acrescentar o IVA; e depois têm que deduzir o IRS. Bom, e a explicação é essa.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“O Sr. Presidente desculpe! Em nome da verdade, porque é disso que se trata, temos aqui representantes de órgãos de comunicação social, que foram desmentidos na altura, quando escreveram que o Assessor Dr. Gonçalves, iria ganhar quinhentos e sessenta contos, ilíquidos. E o Sr. Presidente está em acta, e se quiser os Serviços põem-nos essa acta à frente, o Sr. Presidente desmentiu categoricamente, inclusivamente o jornal “Público”, volto a frisar dizendo, que o Assessor Dr. Gonçalves, ganhava, apenas e só, quinhentos contos ilíquidos por mês, e era tudo. São as suas palavras na acta.*

*Portanto Sr. Presidente, em nome da verdade, não me responda dessa maneira.”*

Presidente da Câmara:

*“Desculpe lá! Em nome da verdade que me fizeram ver esta semana, quando o problema suscitou, é essa. E não estou a esconder nada. Disseram-me: a esse valor tem que se acrescentar o IVA e a esse valor subtrai-se o IRS. E de resto para mais explicações, peço-lhe para ir falar com o contabilista da Câmara, porque eu não tenho nada a esconder nesta matéria. Nada! É*

*assim.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Sr. Presidente só um esclarecimento: o IVA são 17% e o desconto de IRS, é pelo menos 20% Sr. Presidente. Portanto, quinhentos mais 17% de quinhentos, menos 20%, não dá garantidamente seiscentos e tal contos.”*

Presidente da Câmara:

*“Não dá! Pois não dá. Dá menos.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“O Sr. Presidente se calhar ainda não ... dá menos de quinhentos contos. Se calhar o Sr. Presidente ainda não falou com o contabilista da Câmara como deve ser. Quinhentos contos, mais 17% de quinhentos contos, quanto dá Sr. Presidente?”*

Presidente da Câmara:

*“Bem, rematando eu só queria dizer que a questão lá do vencimento do Gonçalves, peço-lhe que veja o processo todo com a contabilista da Câmara, porque eu não tenho nada a esconder nessa matéria e nem percebo que se faça disso um problema, a não ser por causa de uma questão política, e é triste que isso aconteça.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente, desculpe interrompê-lo novamente! É uma questão política, profundamente pertinente nesta altura. Profundamente!”*

Presidente da Câmara:

*“Porquê?”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Primeiro lugar; porque houve objectivos e o senhor enunciou-os aqui aquando da contratação do Dr. Gonçalves. Em segundo lugar; porque aqui nos foi dito inequivocamente, que o vencimento era um; o vencimento é outro.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu enviar-lhe-ei toda a documentação que existe sobre isso, e a quem tiver esse interesse de facto muito especial, de saber quanto é que a pessoa ganha, se são mais cinquenta ou menos cinquenta ...”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Isto é uma questão de principio não desvalorize! Por favor.”*

Presidente da Câmara:

*“Não, não, você é que a está a valorizar. Isso para mim é um assunto de menor importância. Para mim o que é importante, é que o Dr. Gonçalves, como disse, está a desenvolver projectos muito importantes, como Aveiro Digital, em que várias candidaturas tiveram que ser apreciadas, desenvolvidas e aprovadas; está a desenvolver o projecto do Aveiro Basket; está a desenvolver o projecto da reestruturação dos Serviços, tem dado acompanhamento na parte financeira da Câmara e sobretudo eu acho que é muito deselegante, da parte de pessoas que nunca passaram por essa responsabilidade, nem estão à vontade para o fazer, seguramente, nessa matéria, virem atrever-se a tecer comentários sobre a profissão e a competência*



*profissional de alguém em que não tem competências para o fazer. É mau em qualquer nível, e é muito mau vindo de alguém que não tem de facto habilitações para o fazer.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Aquilo que eu disse e está gravado era só isto: os objectivos que presidiram à contratação do Dr. Gonçalves por esta Câmara Municipal, foram pelo menos dois. Um ano depois do mandato, eu não questionei em qualquer altura da minha intervenção a competência do Dr. Gonçalves, em qualquer altura!”*

Presidente da Câmara:

*“Fala muito mas esquece-se que disse, ainda agora disse, ainda agora fez comentários no fim!”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Essas reacções nervosas Sr. Presidente?!”*

Presidente da Câmara:

*“Não são nervosas, são atentas. Ainda agora fez comentários depreciativos sobre o trabalho que ele teria feito. Ainda agora disse que havia gralhas aqui e ali; as gralhas são todas minhas, porque eu assumo a culpa por elas todas. Pronto, é assim mesmo!”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Pronto! Ainda bem. E também assume depois os processos internos que poderão surgir?”*

Presidente da Câmara:

*“Com certeza que sim! Enquanto os Serviços funcionarem mal o culpado sou eu.”*

Vogal Diogo Machado:

*“Muito bem! Está explicado.”*

Presidente da Câmara:

*“Bom, depois queria dizer ainda o seguinte: o Sr. Abreu que me interpôs sobre várias coisas e que agora está ...”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Sr. Presidente, desculpe mas esqueceu-se de responder às questões: de onde veio o currículo, de que portefólio, qual a proposta ...”*

Presidente da Câmara:

*“Eu não tenho problemas nenhuns em responder-lhe a isso. Não percebo é porque é que isso é repetido agora. Gostava de perceber!”*

*Mas eu vou responder; tanto quanto sei, o currículo da outra candidata, surgiu de uma gaveta que eu não sei identificar, ou seja, a senhora tinha-se candidatado à Câmara em tempos e o currículo estava lá pendente - e era economista. E tinha um perfil que era claramente diferente do perfil, do economista que veio a ser contratado. Bom, e eu aí no uso dos poderes que tenho e em função daquilo que estou há procura, decidi em conformidade. Ponto final! Quer que lhe conte o resto da história? Conhece-a bem!*

*Sabe porque é que isto foi notícia? Quer que eu diga porque é que isto foi notícia? Não digo! Porque tenho algum decore, não digo! Toda a gente nesta sala sabe!”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Se a senhora não fosse namorada de um jornalista na SIC, esta questão passava perfeitamente impune e não se levantava!?”*

Presidente da Câmara:

*“As palavras são suas, ... foi você a dizê-lo não fui eu!!*

*Bem, vou continuar; eu queria responder ao Sr. Abreu e queria dizer-lhe que de facto, fez uma série de referencias que eu também tenho que lamentar: diz que há dois ou três anos, que não tem respostas de algumas cartas; que há um loteamento 20/97, no centro de Eixo com o qual está em desacordo; que há quatro ou cinco anos escreveu o ofício n.º 189, não teve resposta; a iluminação pública é deficitária; etc. Neste grupo são infelizmente tudo coisas imputáveis ainda à outra Câmara, é claro que eu já podia ter pegado nesses dossiers e se calhar podia ter começado a resolver esses problemas. Mas o loteamento, a casa, tudo isto são coisas que vêm da anterior Câmara.*

*Agora, nós temos vindo a começar a resolver os problemas. E eu gostava, também já agora, que tivesse lembrado, porque estivemos lá os dois em Eixo na Presidência Aberta e muita coisa se decidiu a favor de Eixo. Portanto, eu não tenho esse sentimento de que nós estejamos a trabalhar mal com Eixo; pelo contrário, estamos a recuperar o tempo perdido.*

*Está-se a fazer a obra na antiga Junta de Freguesia, tem adjudicada a obra do novo Centro Cultural, a quarta fase aparece inscrita no próximo planos de actividades, com verba suficiente para os trabalhos arrancarem.*

*... vai-me dizer que a verba não chega, porque só aí estão dez mil contos? Mas sabe que isto em função do ritmo da obra, permite depois haver alterações de verbas. Mas deixe-me dizer mais: está-se a esquecer da Azurva, está-se a esquecer-se dos televisores e dos vídeos que demos lá para o Centro Infantil no Natal, da sinalização que está a chegar; não ao ritmo que o Sr. Abreu queria e todos nós desejávamos certamente, mas que está a chegar. A sinalização está a ser feita em toda a estrada de Eixo. Estamos a falar também do apoio que está a ser dado ao Centro Infantil de Eixo e da resolução do problema da rua de acesso, a esse Centro Infantil, etc., etc., etc. Não sinto neste momento, que Eixo esteja a ser desprezado, bem pelo contrário, acho que houve um atraso sensível disso, confirmo isso, acho que neste momento estamos a pôr as coisas nos carris e que Eixo vai ter um bom desenvolvimento.*

*Depois, ... eu peço desculpa mas foram questões, eu vou tentar agrupá-las.*

*A Faculdade de Medicina. O grupo de trabalho que foi constituído por sugestão desta Assembleia, reuniu várias vezes. Mas de facto o Dr. Capão Filipe, já disse tudo, de uma forma castiça, como ele se lembrou de evocar: o que se passou e o que se tem passado nesse grupo de trabalho. Nós fomos confrontados por um lado, com uma resolução do Conselho de Ministros que enunciava, determinava que a Faculdade de Medicina, uma delas iria para o interior e outra, muito provavelmente, seria Braga. Embora isso na altura, o nome não aparecesse. E portanto, as nossas chances (pode algum de nós ter vocação para D. Quixote, mas gostamos de travar batalhas, onde temos chances de ganhar), e a batalha que tínhamos em mãos e que não queríamos de todo perder e sobretudo porque não somos, não podemos deixar de ter uma atitude nacional, quando está em causa a opção de uma Faculdade deste tipo, podemos discutir como discute o Dr. Capão Filipe e bem, e se calhar eu também subscrevo a opinião dele; se ela deve ir para a Covilhã ou para Viseu, ou para a Guarda, agora não podemos ter a atitude de um bairrismo, esse sim doentio, de dizer que tivemos uma enorme derrota só porque ela não veio para Aveiro, quando ela não tinha hipóteses nenhuma de vir para Aveiro. Isso não é prestar um bom Serviço a Aveiro, ao contrário do que o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues escreveu, a meu ver de uma forma infeliz.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“Não foi isso que eu disse; não falámos em derrota, não ponha palavras na minha boca que eu não disse. Eu disse apenas que: dada a incúria de não se ter realizado trabalho que foi solicitado, sucedeu que não ficámos habilitados, nem a reivindicar, nem a apoiar inclusivamente qualquer atitude mesmo que fosse no sentido de dizer que não a queremos cá, se fosse caso disso. Mais nada!”*

Vogal António Salavessa:

*“... já estou arrependido de não interromper na altura acerca do saneamento!”*

Presidente da Câmara:

*“Mas voltando à Faculdade de Medicina; além disso Sr. Prof. somos confrontados por outro lado, em termos locais, com a posição da Universidade de Aveiro, de não estar interessada num projecto da Faculdade de Medicina Clássica e pelo contrário, estar vivamente empenhada, num projecto de reconversão da Escola de Enfermagem, em Escola Superior de Saúde, valorizando a componente do Ensino Politécnico e tirando partido das componentes universitárias que tem e que podem ser aproveitadas para uma Escola desse tipo. Naturalmente, o grupo de trabalho: Presidente da Câmara e os outros elementos, perante esta posição, não podiam, não tinham condições objectivas para serem voluntariosos e irem fazer figura de D. Quixote, a defender uma dama que não existia.*

*Agora, eu queria sublinhar de novo as palavras do Dr. Capão Filipe: é importantíssimo para Aveiro, que independentemente das sensibilidades políticas, daqui desta Assembleia, todos nos unamos, no sentido de que a Escola Superior de Saúde, possa vir efectivamente a ser criada em Aveiro. Porque se isso acontecer, o futuro está aí, a dinâmica de Aveiro é muito forte, como tem vindo a ser demonstrada nos últimos anos e na Escola Superior de Saúde pode estar o embrião de uma outra coisa, mais interessante, mais tarde.*

*ERSUC e o Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos. O Aterro foi inaugurado hoje; foram convidados os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares; talvez deversem ter sido convidados todos, mas enfim, a ERSUC é que organizou os convites. Devo dizer que empiricamente como leigo, ao olhar para lá hoje e ao ver o resultado das duas primeiras semanas de recolhas experimentais, eu também estou convencido que aquilo não dura dez anos, porque o ritmo, a produção de dejectos e de lixo que se faz actualmente em todos os municípios é surpreendente; surpreendeu os próprios técnicos que o conceberam e portanto penso que vamos ter Aterro para menos que dez anos. Mas isso preocupa-me pouco. Se fechar o nosso, a seguir, um dos municípios do sistema será obrigado a criar um novo e isso está contratualmente acertado, embora não esteja acertado quem. Em princípios será o município com mais habitantes.*

*Agora, eu espero que o espírito de consciência ambiental amadurecida que presidiu à abertura deste Aterro e que existe nos municípios que estão envolvidos, no futuro, quando chegar à altura de passar o testemunho, venha também, a tornar possível que essa transferência se faça sem dificuldades. Estamos paralelamente ...”*

Vogal António Salavessa:

*“Quer dizer: uma coisa que foi concebida para dez anos, na base de dez municípios e que recebe por acréscimo, quatro municípios com as características do Município de Oliveira de Azeméis...”*

Presidente da Câmara:

*“... mas é que aí há uma explicação técnica ...”*

Vogal António Salavessa:

*“... a compactação já estava prevista ...”*

Presidente da Câmara:

*“Não, não, a compactação iria permitir essa baliza dos dez anos, mas isso vamos ver como é que as coisas evoluem.*

*Paralelamente o que nós estamos a fazer e o Sr. Eng.º Maia lembrou e bem: já aprovámos em Câmara e portanto irá para publicação e para consulta pública e para vir a esta Assembleia; é um novo regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos, para regulamentar de facto toda essa área de recolha, acomodação, recipientes, horários, coimas, contravenções, etc. Isso está consoante os resíduos, isso está provado e virá por consulta pública no princípio do ano.*

*Mais questões ...; bom, sobre a Escola n.º 2; a matéria que trouxe aqui muitos munícipes hoje e que de facto durante algum tempo saíram notícias nos jornais, algumas correctas, outras com meias correcções apenas e em que muito se escreveu e disse.*

*Aqui alguém às tantas dizia que o problema da Câmara de Aveiro, teria sido o da falta de diálogo neste processo. Eu quero dizer que foi precisamente o contrário que se passou. Eu desde que peguei neste dossier e porque me percebi que o processo estava a ser minado por relações pessoais, por diferentes pontos de vista, de ver o problema, que ao longo dos anos se transformaram em verdadeiras inimizades entre as partes; meias verdades; circulações paralelas; o diz que disse; argumentos contraditórios, mal fundamentados e mal baseados. A certa altura, de facto criou-se um impasse. E se foi preocupação que eu tive desde o início, quando entrei no processo, foi a de ser absolutamente frontal, objectivo, verdadeiro e falar com toda a gente. Falei com a Associação de Pais da Escola n.º 2, falei com os Professores da Escola n.º 2, falei com a Escola n.º 3 e falei com o CAE e com a DREC. Falei com todas as partes e concluí o seguinte: o que é que queriam os pais e os professores da Escola n.º 2? E devo dizer que estes pais da n.º 2, da Associação de Pais, me fizeram chegar - confirmo isso, já o disse várias vezes, cento e onze assinaturas devidamente identificadas e do outro lado da barricada, se quiserem, eu tinha uma carta anónima e depois um artigo da D. Ana França. A correlação de forças que eu tinha para decidir, com base em critérios objectivos eram todos os nomes da Associação de Pais da Escola n.º 2, uma carta anónima do outro lado e um artigo, publicado no jornal recentemente da D. Ana França. E depois tinha outro dado objectivo que era a posição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que desde sempre manifestou interesse em que aquele edifício pudesse ser utilizado para, designadamente, a Sede da Junta de Freguesia.*

*E depois fui visitar as Escolas, com o Sr. Dr. . da DREC, e concluímos o que toda a gente já concluiu esta noite; é que a Escola n.º 2, não tem condições para continuar como Escola do Primeiro Ciclo, como Escola Primária. E eu penso que na reunião que tive com os Pais da n.º 2, eles próprios ficaram convencidos, que de facto a Escola não tinha condições para continuar e hoje aqui disseram-no. Portanto, há acordo quanto à necessidade de fechar a Escola. Mas disseram-me isto também: nós preferimos ficar cá; apesar da Escola não ter condições. É evidente que há alguns riscos, mas também há riscos se se fizer a fusão porque ficamos com uma mega Escola de 500 pessoas e tudo isto é um bocado alienatório; porque pode haver um acidente numa Escola com vinte pessoas e pode não haver nenhum numa Escola de 500, mas apesar disso eles preferem e assumem a responsabilidade. Porque uma boa escola e todos nós aqui devíamos ter isso presente; uma boa escola, não é necessariamente uma escola nova. Uma boa escola, pode funcionar em péssimas instalações, se a comunidade escolar, se os pais, se os professores, se os auxiliares de educação, se o equipamento disponível, criar condições pedagógicas para aprender. E é isso que eles sentem: é que têm uma boa escola, embora boa escola a funcionar em más instalações. E eles preferem assumir esse risco.*

*E portanto, eu tenho de um lado, pais e professores, que me expressam esta vontade e tenho do outro, um carta anónima e o artigo da D. Ana França. São os argumentos que eu tenho na*

*balança. Mesmo assim, eu fui visitar a Escola n.º 3 e dizem-me esta coisa espantosa, diz-me o Director da DREC: mas afinal o espaço que aqui temos, já nem sequer é suficiente para os alunos que a três agora cá tem! Se seguirem o regime normal, que é um regime que pode criar problemas nos horários, mas que é o regime que tem a Escola da Glória, onde as aulas funcionam normalmente. Ou seja, e depois mais ainda, para concluir: a pretensão do Sr. Presidente da Junta, já de há muitos anos, e que só agora é que foi claramente afirmada e que se só agora é que a Câmara claramente, teve a coragem perante todo este processo de dizer que se ia decidir dessa maneira; era que aquele edifício fosse adaptado para Sede da Junta de Freguesia. E todos nós aqui que lá andámos - eu só lá tenho a medalhita do exame da 2ª classe, porque era “Ceboleiro”, andei na Glória, mas passei por lá também; mas todos nós que lá andámos e os pais que lá andaram, sabem que uma coisa é a relação de afectividade que se tem com os edifícios, outra coisa, é que a memória do ensino, também ensina que a partir de certa altura os edifícios requerem outras capacidades de trabalho; e os pais concordaram com isto, toda a gente concorda com isto; e toda a gente concorda também: se nos libertarmos deste processo afectivo, aquele local, objectivamente considerado, é excelente para uma Junta de Freguesia da Vera Cruz. Independentemente de ter outras valências de apoio, Centro Médico, Centro de Dia ... tem virtualidades para tudo isso. E portanto eu penso assim: bem, por um lado quero um Presidente da Junta, que quer uma Junta; muito bem! Mas se a Escola fechar já, como não há projecto, nem concursos, nem financiamento, vai estar fechada até ao fim do ano lectivo. Então porquê estar a criar uma guerra, com os pais da n.º 2 que querem lá ficar até ao fim do ano lectivo? Não vale a pena! Se eles preferem ficar até ao fim do ano lectivo, podem ficar; o Sr. Presidente da Junta, vai ter a sua Junta assim que as obras estiverem prontas; nós temos o compromisso com a DREC, de criar uma nova Escola, porque as instalações da n.º 3 já não são suficientes - segundo as regras pedagógicas que eles têm instituídas, vamos avançar. Foi só isto que se passou, o resto meus amigos, é intrigas pessoais, meias verdades e necessidade de fazer notícias.”*

Vogal Raúl Martins:

*“O Sr. Presidente, pode explicitar melhor o que é que vai acontecer às Escolas?”*

Presidente da Câmara:

*“A ideia é ... está inscrito como o Sr. Barbosa invocou, verba, está inscrita verba no Plano de Actividades, para se proceder à nova Escola, que neste caso será 0+1, porque também é preciso pensar no pré-escolar. E portanto iremos ter uma 0+1, na Zona das Agradas.”*

Vogal Raúl Martins:

*“Sr. Presidente pode explicitar o que é que vai acontecer à Escola n.º 2?”*

Presidente da Câmara:

*“A Escola n.º 2, assim que estiver pronta a Escola nova, é transformada em Sede da Junta de Freguesia da Vera Cruz.”*

Vogal João Barbosa:

*“O Sr. Presidente falou em meias verdades e eu gostava de dizer que essas meias verdades para mim não chegam. E não chegam porque nós estamos num processo democrático e para mim o processo democrático, tem que ser - toda a verdade! E a verdade é que o Sr. Presidente não a quis ouvir desde o principio. Porque quando o Presidente da Junta invocou ao Sr. Presidente que deveria ouvir todas as partes ... o Sr. Presidente disse uma vez que ia ouvir em conjunto: a Associação de Pais da Escola n.º 2 da Vera Cruz e ouvir o Presidente da Junta e ouvir a Directora da Escola n.º 3 e em conjunto, num consenso, resolveriam entre todos. O Sr.*

*Presidente nessa altura disse-me: que o que estava para trás, não interessava! Não ouviu, não quis ouvir o Presidente da Junta. Mais, no Plano e Orçamento para 1999, não está inscrita nenhuma 0+1, para as Agras ou para Sá-Barrocas, o que está inscrito, é em PIDDAC uma 1, 2 e 3, e está o estudo de uma Escola Básica para a Forca Vouga.*

*Sr. Presidente, lamento muito, mas muito sinceramente. Não está em causa se a Escola vai para uma Sede de Junta, se a Escola ... porque eu nunca fui contra os alunos, nem contra ninguém. Agora o que é verdade, Sr. Presidente, eu exijo a verdade e ser respeitado e considerado como Presidente de Junta. E o Sr. Presidente não me considerou, ao trazer aqui meias verdades. Porque devia ter ouvido todos e não ouviu, inclusive, não diz se a Escola vai para a Freguesia; se será daqui a dez anos; se será daqui a cinquenta anos.*

*Sr. Presidente, continuamos bem instalados e lamento muito a sua atitude.”*

Presidente da Câmara:

*“Ó Sr. Barbosa, desculpe lá; eu não percebo aquilo que está a dizer?”*

Vogal João Barbosa:

*“Desculpe, mas eu expliquei-me bem!”*

Presidente da Câmara:

*“Não, explicou mal! Porque se calhar por explicações dessas, é que o processo se tem arrastado como tem.*

*O que eu disse é que a Escola ia ser transferida para a Escola nova e que a Junta de Freguesia, iria para lá logo que as obras estivessem prontas.*

*Então eu vou dizer mais: o objectivo deste executivo, é que no próximo ano lectivo, a Escola nova esteja pronta a receber os alunos. Preciso ser mais claro?*

*... está lá previsto e não é no PIDDAC.”*

Presidente da Mesa:

*“Ó Sr. Deputado, não queira saber demais. Tome nota e depois invoque a acta.”*

Vogal Armando Vieira:

*“V.Ex.a vai-me desculpar, mas como um exemplo para nós, de Democrata e de político experiente, essa do “não queiram saber demais”, não me caiu bem. Então nós não temos o direito de saber a verdade toda, Sr. Presidente? É só isto.”*

Presidente da Mesa:

*“O jogo político, como o Sr. Presidente e ilustre Deputado sabe, tem os seus escaninhos e se amanhã vier nos jornais, que o Presidente da Câmara estava numa negociata, política naturalmente, com o Ministro da Ciência, o Ministro se calhar chateia-se e dá o assunto por encerrado.*

*Bem, ... e essa coisa do PIDDAC, é uma história, porque vem dinheiro para isto e para aquilo sem se estar no PIDDAC e o PIDDAC muda para PIDDOC, etc. E portanto não devassemos as habilidades políticas, porque um bom político é aquele que sabe gerir as circunstâncias. Não devassemos as habilidades políticas do Presidente da Câmara, que tem mostrado ser hábil, não é.”*

Vogal Armando Vieira:

*“V.Ex.a permita-me: se bem compreendi, há o PIDDAC, depois há as tais negociatas políticas como disse (vulgo sacos azuis do Governo), para o Partido do Poder.”*

Presidente da Mesa:

*“Isso foi uma coisa que este Governo aprendeu com o Governo do Prof. Cavaco Silva e que é prática e útil.”*

Vogal Armando Vieira:

*“Olhe Sr. Presidente, já sou Presidente da Junta há muitos anos e nunca recebi nada do Governo anterior.”*

Presidente da Mesa:

*“É porque tem funcionado mal.”*

Presidente da Câmara:

*“Não sei se respondi a todas as questões... Clara Ribeiro - a Artur Ravara. Se reparar bem, quando passar por lá agora, vai verificar que as obras de iluminação já estão em curso: estão as valas todas abertas da rotunda do Museu à rotunda do Hospital. E portanto, tenho a esperança que durante o mês de Fevereiro a Avenida Central fique finalmente iluminada.*

*A questão da Rua da Pilôta. Vamos ver; não estou ao corrente.*

*Os muros. Também sou o primeiro a reconhecer que estão perigosos, já tinha conversado aqui com o Feio sobre isso; é necessário alteá-los sem dúvida nenhuma.*

*Ainda sobre o que disse o Sr. Prof. Manuel Coimbra; também não queria deixar passar em claro a questão do saneamento. O saneamento não está muito atrasado, Sr. Prof.; o saneamento está muito adiantado. Nós temos uma taxa de cobertura de saneamento, que é superior neste momento à média nacional e como eu já disse aqui com algum risco, mas quero repeti-lo aqui hoje, no fim do meu mandato, o objectivo é termos 90% da população do Concelho de Aveiro, servida por saneamento.*

*Portanto, essa é uma meta que eu tenho. Quero e nestes termos, para estarmos a 90% no fim do mandato e estamos a fazer e a dar os passos nesse sentido.*

*O Sr. Prof. Henrique Diz, também me questionou sobre os resultados dos projectos aprovados pela Câmara Municipal de Aveiro, no âmbito do processo Aveiro Digital. Eu tenho impressão que eles são cinco, estão descritos no Plano de Actividades e se tiverem sido cumpridas as regras que estavam previstas e adoptadas, para a avaliação dessas situações em que um dos membros é simultaneamente candidato e membro do consórcio, nesses casos, o membro não faz parte do júri, naturalmente.”*

Vogal Henrique Diz:

*“Sr. Presidente, eu tinha-lhe perguntado quem são os avaliadores do projecto.”*

Presidente da Câmara:

*“Pois, eu isso não tenho aqui comigo. Mas tenho a lista e posso facultá-la.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa:

*“Neste momento a Escola n.º 3, tem algumas salas vazias. Elas vão continuar vazias para o ano?”*

Presidente da Câmara:

*“O problema é o seguinte: é que as salas só estão vazias... eu não vou dizer porque é que elas estão vazias, porque acho que essa pergunta deve ser feita à Sr.ª Dir.ª da Escola.*

*Elas só estão vazias, já toda a gente percebeu porquê! Porque há projectos pedagógicos, que elas têm obrigação de desenvolver; há horários que podem ser ajustados e nada disso está a ser feito, só por causa disto que se está a passar.*

*Sr. Presidente, eu penso que respondi a todas as questões, de momento não tenho mais, a não ser que me tenha escapado alguma. Estarei à disposição.”*

Presidente da Mesa:

*“O problema da Renault, se se dão por satisfeitos far-se-á como previsto: o Presidente da Câmara diligenciará no sentido que melhor lhe parecer, com a eficácia possível. Eu avistar-me-ei ou a Mesa, com o Governador.*

*Agora, não foi só indirectamente, foi feita pelo Dr. Jorge Nascimento, uma referência ao papel Deputados da Assembleia da República; sei que alguns estão atentos e penso que o tema até já foi abordado.*

*O problema da Renault, não é só em Portugal; em Bruxelas há mais de um ano e meio, participei numa manifestação pública em relação à Renault, é um problema da política da Renault.*

*Temos aqui um Voto de Louvor, ainda o votaremos se quiserem. Mas se alguém quiser replicar que o não tenha ainda feito, faça o favor.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*“É só o seguinte: no que diz respeito a ter surgido, segundo diz, e achar suspeito, o Sr. Presidente da Câmara, em vésperas de eleições propostas sobre uma solução rodoviária para S. Jacinto, ele diz isso efectivamente porque não conhece o projecto; porque o projecto fundamentalmente diz respeito a uma recuperação e reordenamento da Ria de Aveiro, com uma possível extensão de uma pequena ponte num sítio seleccionado para S. Jacinto. E mais do que isso, esse estudo foi feito, apresentado e pode-se ver facilmente, que com trabalho de campo, com algumas sondagens geotécnicas e que se prolongou no tempo, porque gostamos de apresentar coisas credíveis e não feitas sobre o Joelho.*

*Também só nessa altura é que eu ouvi falar de um “ferry-boat” pela parte desta Câmara, nunca tinha ouvido antes; e também não estou a dizer que por causa disso, lanço suspeitas sobre essa proposta.*

*Também não lanço suspeitas sobre o facto de ter sido anunciado na campanha eleitoral, que no dia seguinte à campanha se iam entregar chaves de casas que estavam feitas. Estou a dizer, não vou lançar suspeitas. Mas também não gosto que lancem suspeitas sobre um trabalho sério e que já tinha sido feito, ao longo de meses, anteriores a isso e que portanto, está disponível. Nós brevemente, numa acção do Gabinete de Estudos Concelhio do PSD de Aveiro, vamos apresentar publicamente esse estudo.*

*Finalmente eu quero dizer que discordo, que alguém em democracia por defender coerentemente certas soluções alternativas seja denominado de “Quixotesco”. O facto de aparecer alguém do Governo a anunciar que já decidiu que uma Faculdade de Medicina vai para o interior, isto não é razão para nós abandonarmos o trabalho, a não ser que queiramos ser meninos bem comportados e amáveis para o Governo. Porque na verdade e como sabe, muitas vezes Decretos do Governo, já publicados em Diário da República, podem ser chamados para ratificação pela própria Assembleia da República. E portanto, não é um assunto esgotado, nem um Decreto Lei publicado, quanto mais a declaração de um Sr. Ministro a dizer que já se decidiu, que afinal vai para determinado local, uma determinada Faculdade. É que volto a dizer, nós não ficámos sequer a saber se deveríamos ou não ter essa Faculdade em Aveiro. O que aconteceu é que não foi feito nenhum trabalho nesse sentido. Que fique bem esclarecido, que não é nada de “Quixotesco” não concordar com o Governo da República; pelo contrário, compete à oposição criticar construtivamente e articular cenários alternativos, o que não foi feito em Aveiro por culpa da Câmara Municipal.”*

Vogal Manuel António Coimbra:



*“Sr. Presidente, muito rápido; gostaria de aproveitar esta oportunidade, até como membro de uma Bancada chamada de oposição, para expressar o meu apreço pela maneira clara como o Sr. Presidente da Câmara expôs o problema da Escola e como o pretende resolver.*

*Eu penso que a melhor maneira é realmente ouvir as partes e perante o ouvir as partes, optar por uma solução, que seja uma solução de compromisso: se os pais acham que as crianças, podem estar naquela escola que pedagogicamente pode servir, estão satisfeitos por estar lá, muito bem! Faça-se essa vontade e faça-se a vontade também de construir uma escola nova, para beneficiar outros residentes naquela Freguesia, que gostariam de ver com uma outra valência aquelas instalações.*

*Se os pais, os encarregados de educação e as restantes pessoas envolvidas neste processo, acham que o edifício nas Agradas, é uma boa solução, ótimo! Eu se calhar apontaria Força Vouga, mas se acham que Agradas está bem, a população acha que isso é razoável, muito bem! Está encontrada a solução. E como um grande problema que parecia surgir, afinal tem uma resolução simples. Apreciei a maneira como resolveu o problema.*

*Gostaria de dar mais uma outra nota e agora dirigir-me ao Sr. Presidente da Assembleia. E que Sr. Presidente da Assembleia, às vezes é difícil falar de um assunto, em que o Sr. Presidente como Aveirense de longa data, ainda não tenha reflectido. E é uma desvantagem que eu às vezes sinto; é que qualquer assunto que possa levantar, o Sr. Presidente da Assembleia já reflectiu sobre o assunto. Mas gostaria também de realçar uma vantagem às vezes de ser mais novo; é que podem-se tratar mesmo assuntos antigos, de uma maneira nova, e encará-los com novas facetas e à luz dos novos conhecimentos; isto não descorando no entanto os esforços e a reflexão do passado. E eu acho que é isso que está a acontecer com esta proposta de estrada para S. Jacinto e esta intervenção na Ria que é necessária. Aliás, e agora aqui gostava de realçar mais um ensinamento do Sr. Gaspar Albino, quando nos diz que: a APA, já foi JAPA, já foi JARBA, já teve o nome da Ria de Aveiro e cada vez mais a Ria de Aveiro está desvalorizada; e é necessário ter coragem, para fazer uma intervenção forte na Ria. Uma intervenção com coragem, que é capaz muitas vezes de ser polémica, mas que é necessário intervir de uma maneira ou de outra. E esta estrada para S. Jacinto, esta proposta do PSD, seja em campanha eleitoral e agora ressuscitada, tem a vantagem de nos pôr a discutir de um assunto que não podemos esquecer. Uma passagem para S. Jacinto e ao mesmo tempo, uma intervenção na Ria. Há vantagens ambientais; há vantagens económicas; há vantagens sociais e há vantagens humanas que nós não podemos, como municípios de Aveiro, descurar. Muito obrigado.”*

**Vogal Henrique Diz:**

*“Sr. Presidente, três observações muito rápidas relativamente à questão de S. Jacinto. Folgo em saber, que depois de criticado o projecto, as pessoas estão interessadas em vê-lo para depois então poderem debruçar-se sobre ele. É uma forma diferente daquela que eu costumo utilizar, mas enfim. Por acaso não me estava a referir ao Sr. Presidente, mas enfim. O Sr. Presidente também resolve aceitá-lo melhor.*

*Tinha duas questões muito concretas a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, que são as seguintes: gostava de saber se o Sr. Presidente da Câmara, confirma, que com o Kayak-Pólo a Câmara gastou mais ou menos trinta mil contos, em vez dos quinze mil contos que o Sr. Presidente aqui disse que se gastariam. E, no caso de isso se confirmar, gostaria de pedir ao Sr. Presidente que quando estas situações se verificassem, dado que houve uma informação prévia do Sr. Presidente, o Sr. Presidente, alterasse a informação e informasse a Assembleia das alterações - primeiro ponto.*

*Relativamente à assessoria do Sr. Dr. Gonçalves. Eu não quero entrar em questões, em guerras e guerrinhas acerca das questões do Sr. Dr. Gonçalves, até porque eu detesto falar de pessoas concretas, em público, nestes termos. No entanto, o Sr. Presidente, não conseguiu responder à questão que lhe foi colocada. E, essa questão, o Sr. Presidente por favor, na próxima vez que*

*nos encontremos traga uma resposta adequada. Diga-nos por favor, como é que o Sr. Presidente informa a Assembleia de uma despesa e a despesa mais tarde é outra completamente distinta. Em nome da transparência de processos. Muito obrigado.”*

Vogal António Salavessa:

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados. A maior parte das questões que eventualmente teriam uma réplica, eu vou encontrar maneira de as introduzir no ponto da comunicação do Sr. Presidente, por isso ficava apenas com a réplica relativa às questões do saneamento.*

*Sr. Presidente, é muito simples a razão porque é que o movimento agora aparece em Aradas com esta expressão e não foi antes. Porque foi agora que as pessoas de Aradas receberam o postal para o pagamento. É tão simples como isso.*

*Portanto, é natural que as pessoas estejam mais atentas ou mais alerta, à medida que recebem os postais para o pagamento. O que não houve foi uma atitude, aliás como teve o cuidado de reconhecer, foi em relação às isenções, uma atitude mais ofensiva por parte da Câmara no sentido de um esclarecimento da população, às isenções que foram decretadas e o que é um facto, é que houve muita gente abrangida pelas isenções que já pagou após a deliberação desta Assembleia, por desconhecimento desta situação e não houve nada que tivesse alertado para essa realidade e que parece que deve ser corrigida; são situações que devem ser corrigidas.*

*Por outro lado há aqui questões de julgamento de princípio, em que as nossas posições não têm conciliação possível; têm haver com o valor da taxa, que é manifestamente excessiva; o Sr. Presidente acha normal: então vamos fazer com que aquilo que se paga, pelos enterramentos, seja também de cem contos, é só uma vez na vida; outras coisas semelhantes porque só é uma vez na vida, podem ter um valor qualquer. Não! É preciso que esse valor seja razoável. E neste caso, até comparativamente, não o é.”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Em primeiro lugar; em relação à questão do saneamento, voltar a dizer que a equidade é aquilo que aqui se exige; que oitenta e dois contos por ano divididos por doze, são seis contos e oitocentos, provavelmente à maior parte de nós que aqui estamos não custarão, se calhar a outros custarão e muito. É neste sentido, que eu falei de equidade; foi também neste sentido que me ocorreu a ideia que se calhar sete mil contos, gastos até agora com uma “prestação de serviços”, já teriam resolvido o problema a muitas famílias de Aradas ou de S.<sup>1ª</sup> Joana.*

*Em segundo lugar, para falar também de S. Jacinto e me regozijar com as três iniciativas aqui trazidas pelo Sr. Presidente da Câmara: o “Ferry-Boat”, que eu louvo. Como louvei já em noventa e seis e em noventa e sete, aquando da recolha dos preços e dos estudos de viabilidade económica, penso que recuperou alguns deles e fez bem Sr. Presidente, sinceramente. A Lancha directa é também um projecto antigo como o senhor sabe; e a Municipalização dos Canais da Ria, essa sim já tinha sido também discutida em reuniões de Câmara no mandato anterior e folgo muito em ver, ainda há pouco eu dizia a alguém que me perguntava, que há projectos de antes, que estão a ser recuperados porque têm valor; por mais nada. Porque Aveiro está primeiro e porque esses projectos têm valor, folgo em ver.*

*Terminava sem querer ser acintoso, pondo um ponto final naquilo que alguns chamaram “fait-divers”, naquilo que outros tentaram diminuir, mas que para nós, bancada do Partido Popular é grave; é grave não pela questão do dinheiro em si, é grave pelo princípio que encerra e fico triste quando tenho que constatar que a resposta do Sr. Presidente da Câmara, quando questionado por mim acerca da assessoria prestada pelo Sr. Dr. Gonçalves e em relação às gavetas de onde saíram os currículos, a resposta do Sr. Presidente da Câmara foi: o currículo da Senhora saiu de uma gaveta qualquer, não posso precisar bem qual e na minha liberdade de escolha, o currículo da Senhora não era de modo algum comparável ao currículo do Dr. Gonçalves. E eu pergunto-lhe Sr. Presidente: o Sr. Presidente um dia lembra-se daquela sua*

*metáfora das ideias; um dia teve a ideia e provavelmente boa, de contratar um Assessor económico, financeiro e etc., e eu não posso querer acreditar e não vou aceitar que hoje eu tenha que concluir que quando o Sr. Presidente decidiu ter um assessor, só abriu uma gaveta qualquer para tirar um currículo de uma Senhora, que comparou com o currículo do Dr. Gonçalves, ou seja, aquilo que eu quero dizer é que, se me respondeu aqui hoje que tirou o currículo da Senhora de uma gaveta qualquer, tem que me dizer que também foi buscar o currículo do Dr. Gonçalves a outra gaveta qualquer. Porque senão, eu e todos, somos obrigados a concluir que a gaveta de onde saiu o currículo do Dr. Gonçalves já estava aberta e então tiveram que abrir outra para ir buscar o currículo de uma Senhora ou de um Senhor, para comparar com o Dr. Gonçalves; e isso eu não quero acreditar Sr. Presidente. Nisso eu não quero acreditar!*

*E quem me está a ouvir, e o Sr. Presidente espero que me faça essa justiça, sabe que eu não gostaria nada de acreditar nisto. Mas a sua resposta, quando me diz que tirou o currículo da Senhora de uma gaveta qualquer e que comparou com o do Dr. Gonçalves; não me disse também que tinha aberto duas gavetas: uma saiu o do Dr. Gonçalves, doutra saiu o da Senhora. Disse-me que só tinha aberto uma. Portanto, é esquisito pelo menos!*

*Quanto ao resto Sr. Presidente, por coincidência terá falado hoje ou ontem ou esta semana, não sei, com a contabilidade e respondeu-me que ia pedir à contabilidade, que me enviasse todo o processo. Eu digo-lhe que os quinhentos contos ilíquidos que o senhor disse, que o Dr. Gonçalves ganhava, trezentos e cinquenta e tal contos líquidos que também disse que o Dr. Gonçalves ganhava; mas que os quinhentos contos ilíquidos, com 17% de IVA em cima e com 20% de IRS a menos, são menos de quinhentos contos líquidos, são quatrocentos e oitenta contos se não me engano ou quatrocentos e setenta se não me engano, certo?*

*Os seiscentos e vinte sete contos e quinhentos, creio que é essa verba que está em causa, que efectivamente estão a ser pagos ao Dr. Gonçalves, não questionando o mérito nem a capacidade, líquidos dá um vencimento superior a quinhentos contos. Vai aqui uma diferença de duzentos contos por mês, quase; e esta Assembleia não foi informada ou esta Assembleia foi mal informada. E é contra estas questões, que nós aqui estamos de cara aberta, de peito feito, sem nada a esconder na manga.”*

Presidente da Câmara:

*“Eu quando vi isso agora, fiquei surpreendido também! Ele não ganha seiscentos e tal contos; fiquei surpreendido - porque ele não ganha isso.*

*O que os serviços me informaram foi que seria o tal IVA e a dedução do IRS; mas eu não tenho nada a esconder neste processo. Se as contas estiverem mal feitas, serão bem feitas, todo o processo será revisto e será facultado ao Sr. Deputado, se nisso tiver interesse. Não há nada a esconder nisto.*

*Embora isto não tenha que vir à Assembleia, penso que não tem; era uma questão em que a Câmara decide sozinha, mas enfim, eu não tenho problema nenhum em trazer cá isso; se as contas estiverem erradas, terão que ser refeitas. Devo dizer que de facto, quando o Dr. Vítor Marques chamou à atenção para seiscentos e tal contos, todos nós na Câmara torcemos o nariz, porque eu sei que não é isso que ele ganha e portanto, havia ali uma questão contabilística por esclarecer.”*

Presidente da Mesa:

*“Ando à muito tempo a reclamar contra a hierarquia dos vencimentos públicos dos funcionários, dos políticos, ninguém me liga!”*

Vogal Diogo Soares Machado:

*“Ó Sr. Presidente, permita-me só um "xiste" como dizem os nossos "hermanos": é que se fosse*

*só mal pago, era triste!; agora prejudicado e mal pago é que é complicado.”*

Presidente da Mesa:

*“Isso aí é um abuso. Acho que sim!”*

Vogal Armando Vieira:

*“Sr. Presidente, já agora não se esqueça nessa reivindicação dos Presidentes de Junta de Freguesia.”*

Presidente da Mesa:

*“Nessa grelha (eu hei-de-lhe dar uma cópia disso, que é uma coisa com muita piada), nomeadamente em matéria corporativa de estatutos de reforma. Há coisas chocantes, escandalosas.*

*Bem, temos aqui pendente um voto de louvor pelos 25 anos da Universidade de Aveiro. Como não está na Ordem de Trabalhos e por coerência, pergunto se alguém se opõe a que haja votação desta Moção? Não havendo quem se oponha, vou pôr à votação.*

*«Voto de louvor.*

*Por ocasião da Comemoração dos 25 anos da Universidade de Aveiro, ocorrida a 15 de Dezembro último, a Assembleia Municipal de Aveiro, reunida no dia 28 de Dezembro de 1998, congratula-se com este facto e manifesta o seu regozijo pelo prestígio já alcançado pela sua Universidade e pela elevação científica, tecnológica e humana que esta tem proporcionado à cidade e à região de Aveiro, e pelo contributo que tem dado à afirmação de Aveiro, quer nacional quer internacionalmente.»”*

Colocado à votação o voto de louvor, apresentado pelo Vogal Manuel António Coimbra, veio o mesmo a ser aprovado por unanimidade e aclamação.

Presidente da Mesa:

*“Já agora e porque estamos a falar do passado e é a tal história de “eu ando nisto há muito tempo”, queria relembrar que foi em 1955, que um homem já falecido que se chamava Orlando de Oliveira, foi a primeira pessoa que veio a público defender a criação de uma Universidade em Aveiro. E lembro-me bem disso, porque havia uma Comissão que era ele e da qual fazia também parte eu próprio e uma Prof.ª Dr.ª Ermelinda Damas, que está actualmente reformada. É evidente que quem fez o trabalho todo foi o Dr. Orlando de Oliveira e nós limitámo-nos a pôr umas vírgulas e a assinar.*

*Mas é justo, não falo nisso por mim próprio, falo por homenagem ao Dr. Orlando de Oliveira, que era uma pessoa com o seu feitio, mas que era muito empenhado nas coisas de Aveiro e foi o precursor e o primeiro defensor da criação da Universidade de Aveiro.”*

Vogal Gaspar Albino:

*“Era só para dizer isto e o senhor deve-se lembrar muito bem: o actual Conservatório Regional de Aveiro, foi a primeira pedra, para além do CET, para o surgir da Universidade de Aveiro e tudo em relação ao Conservatório, por causa do Orlando de Oliveira: um homem de Viseu, que foi tão Aveirense na sua vida, como eu.”*

Dado o adiantado da hora o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos Regimentais, a próxima reunião da presente Sessão para o dia 30 do mês em curso, pelas 18:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 29 de Dezembro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação

magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.